



Comité  
Central do PCP  
denuncia

# O Governo ao ataque

O CC do PCP chama a atenção para a «acelerada concretização de um conjunto de medidas», por parte do Governo, «com profundas e negativas consequências para a situação do País, para as suas perspectivas de desenvolvimento e para as condições de vida da população e dos trabalhadores».

Pág. 5

## Televisão

### Governar para os privados

Negociatas para favorecer estações privadas, realizadas por PSD e PS, estão na base da actual situação financeira da RTP. Trabalhadores defendem serviço público de qualidade.

Págs. 10 e 32

## Segurança Social

### Jogar reformas na bolsa

O PCP reafirmou-se contra propostas de privatização da segurança social preconizadas pelo Governo, que tenciona submetê-la à especulação, com as pensões a dependerem das oscilações bolsistas.

Pág. 14

## Vence a especulação

### Governo revoga tributação

O Governo revoga a tributação das mais-valias obtidas em bolsa. Na AR, o PCP defende a sua reposição, Governo é pela revogação. O PS fica-se nas meias-tintas.

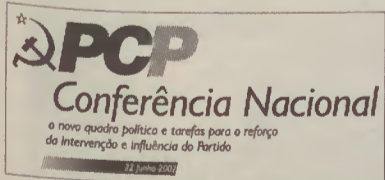
Pág. 12

## Projecto de Resolução Política

### da Conferência Nacional do PCP

O Comité Central aprovou, na sua reunião do passado sábado, um Projecto de Resolução Política que, a partir de agora, deverá ser sujeito a debate em todas as organizações no processo de preparação da Conferência Nacional.

Págs. 15 a 18





**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Gago Coutinho  
121/1700 Lisboa  
Capital social:  
€ 125 000.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque  
Miguel Inácio

Grafismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria  
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

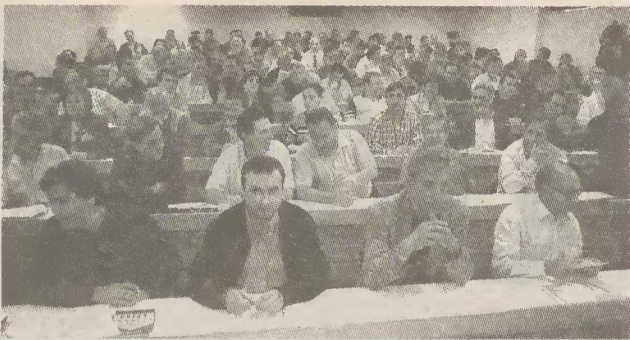
PORTUGAL  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
44,90 euros  
25 números: 4 600\$00  
23,00 euros

EUROPA  
50 números: 23 000\$00  
114,75 euros

EXTRA-EUROPA  
50 números: 33 000\$00  
164,60 euros

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Reunião do Comité Central do PCP prepara a Conferência Nacional

## Resumo

### 8 Quarta-feira

Jorge Sampaio envia à Assembleia da República uma mensagem e pareceres de cinco constitucionalistas para a revisão do Regimento ● Paulo Portas confirma, em tribunal, o financiamento pela universidade Moderna da empresa de sondagens «Amostra», de que era gerente ● O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Santana Lopes, retira a proposta de acordos com o Benfica e o Sporting sobre os estádios do Euro 2004 ● Arafat condena, em língua árabe, terrorismo contra civis.

### 9 Quinta-feira

O Conselho de Ministros muda a administração da Portugal Global, RTP e RDP, visando a criação de uma nova RTP com um só canal ● Trabalhadores da RTP manifestam-se, em frente da empresa, contra pretensões do Governo e em defesa de dois canais públicos ● O PCP apresenta, na Assembleia da República, uma proposta para reposição da tributação de mais-valias ● Áustria, Espanha, Grécia, Itália e Luxemburgo aceitam receber os 13 palestinianos da Basílica da Natividade, considerados por Israel como «os mais perigosos».

### 10 Sexta-feira

Portugal aceita um dos 13 palestinianos da Basílica da Natividade ● No encontro com o comissário europeu António Vitorino, Durão Barroso dá o seu acordo às propostas da Comissão Europeia de combate à imigração ilegal ● Tribunal Criminal de Monsanto condena a 18 anos de prisão o principal arguido da máfia de leste «Borman» Ghénadie Foslocea ● Pareceres desfavoráveis da Força Aérea e associações ambientalistas levam à mudança do local previsto pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para a instalação da ETAR de Alverca.

### 11 Sábado

Reunião do Comité Central do PCP aprova projecto de Resolução Política da Conferência Nacional de 22 de Junho ● Líderes de 42 países do Conselho da Europa defendem concertação internacional no combate ao terrorismo ● Países árabes rejeitam realização da conferência de paz, tal como Ariel Sharon a concebe ● O delegado da Palestina em Portugal, Issam Beseis-

so, alerta para a responsabilidade dos países de acolhimento na segurança dos palestinianos exilados ● Irmãos luso-descendentes sequestrados na Venezuela aparecem, ao fim de 21 dias.

### 12 Domingo

O Governo português substituiu o embaixador João de Valera por Ernâni Lopes como seu representante na Convenção Europeia sobre o futuro da Europa ● O ministro da Ciência e do Ensino Superior rejeita a abertura de licenciaturas em Medicina, afirmando que Portugal não tem falta de médicos ● Fidel Castro recebe o ex-presidente americano Jimmy Carter, na sua chegada a Cuba em viagem particular ● Sharon decide desmobilização de reservistas ● Sporting conquista a Taça de Portugal, conseguindo a sua sexta «dobradinha».

### 13 Segunda-feira

Ministro da Educação anuncia a devolução às escolas dos 1500 professores requisitados e destacados no seu Ministério ● Ministro do Ambiente assina à pressa uma portaria que permite aos aeroportos de Lisboa, Porto e Madeira usufruir de um regime de excepção quanto aos novos limites de ruído que amanhã entram em vigor ● O líder parlamentar do CDS/PP anuncia a intenção de avançar com a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito aos acontecimentos de Camarate ● O ministro palestiniano das Relações com as Organizações Não Governamentais, Hassan Asfour, é espancado, juntamente com os guarda-costas, por cinco indivíduos mascarados.

### 14 Terça-feira

Centenas de pessoas protestam junto à sede da RTP contra a intenção do Governo de alienar um dos canais da televisão pública... ● ... enquanto um manifesto a circular com o mesmo fim recolhe a adesão de inúmeras personalidades ● Parlamento israelita aprova declaração de Ariel Sharon exigindo uma outra Autoridade Palestiniana como condição para o reinício das negociações de paz ● Ataque a um autocarro e a uma base militar, perpetrado pela guerrilha islamita na Caxemira, mata vinte e sete civis, incluindo dez crianças e três soldados ● EUA rejeitam Protocolo de Quioto sobre a redução das emissões de gases com efeito de estufa por mais dez anos.

## Aconteceu



## Prémio Camões

O Prémio Camões, a mais alta distinção literária portuguesa, foi atribuído este ano, por unanimidade, à romancista Maria Velho da Costa. O júri, que pela primeira vez incluía representantes dos países africanos de expressão portuguesa, destacou, na obra da laureada, a «inovação no domínio da construção romanesca, no experimentalismo sobre a linguagem e na interrogação do poder fundador da fala».

Maria Velho da Costa ficou internacionalmente conhecida com a obra colectiva «As novas cartas portuguesas» (1972), de que foram co-autoras Isabel Barreno e Maria Teresa Horta.

A escritora estreou-se em 1963 com o livro de contos «O lugar comum». Entre as suas obras mais recentes contam-se o volume de contos «Dores», a peça «Madame», o romance «Irene ou o contrato social», que lhe valeu o Grande Prémio da Associação Portuguesa de Escritores, e um novo livro de contos, «O amante do Crato».

A entrega do galardão deste ano decorrerá na IV cimeira de chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em 2001, o vencedor do prémio foi o brasileiro Autran Dourado. Esta prestigiada distinção já contemplou dois africanos, José Craveirinha, de Moçambique, e Pepetela, de Angola. Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner e Jorge Amado estão entre os escritores também distinguidos com o Prémio Camões.

## Alunos ilegais

A Escola Secundária Azevedo Neves, na Damaia, Amadora, tem 284 alunos ilegais, aceites segundo princípios dos Direitos da Criança, mas que estão impossibilitados de prosseguir os estudos por falta de documentos de identificação.

Segundo a direcção da escola, os 284 «indocumentados» seguem toda a estrutura pedagógica do ensino básico e secundário, mas precisam de ser legalizados para ingressarem no 12.º ano e poderem posteriormente seguir estudos universitários.

Acontece que a legalização nem

sempre é fácil, tanto mais que o trabalho para a obtenção de vistos é basicamente desenvolvido pelas escolas que, naturalmente, não são vocacionadas para tal.

A direcção da escola conseguiu recentemente legalizar seis alunos, mas as dificuldades para fazer o mesmo com os restantes alunos são muitas porque as entidades que controlam a imigração no País, como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), exigem que os pais das crianças estejam em situação legal no País.

Apesar de não

A Assembleia da República aprovou, no passado dia 8, por unanimidade, o voto de protesto apresentado por «Os Verdes» a propósito das declarações da Comissária Europeia para a Energia, Loyola de Palacio, que afir-

## Nuclear

mou ser necessário recorrer ao nuclear para que a Europa possa cumprir o Protocolo de Quioto.

Com esta aprovação, não só foi reafirmada a posição antinuclear do país e posta em causa a ideia de que o nu-

clear seria a solução para o combate ao fenómeno da mudança climática, como o Governo ficou comprometido a dar prioridade à concretização do Programa Nacional de Combate às Alterações Climáticas.

## EUA rejeitam Protocolo de Quioto

Os Estados Unidos não vão discutir a renegociação do Protocolo de Quioto em 2005, e não pretendem aderir ao Protocolo antes de 2012, segundo notícia do jornal «The Independent», que cita Harlan Watson, um conselheiro próximo do presidente norte-americano, George W. Bush. Harlan Watson afirmou que «está excluída a hipótese de qual-

quer coisa como Quioto poder ser ratificado pelo Senado norte-americano. Esta é a realidade da situação actual e também num futuro próximo» e defendeu que o Protocolo, a ser aplicado, «poderia colocar no desemprego milhões de norte-americanos e reduzir a capacidade de investimentos a longo prazo para uma energia mais adequada».



## Consumo

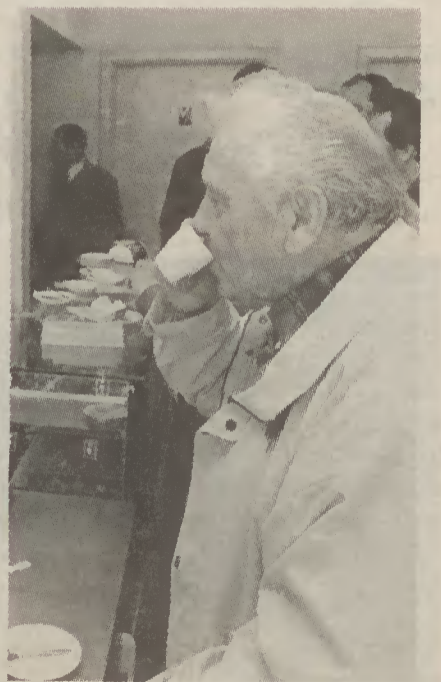
Mais de um terço dos agentes económicos fiscalizados em Março pela inspeção económica (IGAE) foram alvo de processos por atentarem contra a saúde pública, sendo a falta de higiene um dos problemas mais frequentes.

Segundo relatório do IGAE, agora divulgado, a taxa de incumprimento global situou-se nos 31 por cento. A fiscalização abrangeu todo o país e envolveu 596 agentes económicos. O universo abrangido inclui produtores, importadores e distribuidores, armazenistas, retalhistas e prestadores de serviços.

A fiscalização, respeitante ao cumprimento de normas

de saúde pública, incidiu sobre a origem de carnes, a sua qualidade higieno-sanitária, regras de comercialização de géneros alimentícios com brindes e regras e afixação de preços.

No entanto, a fiscalização não se centrou unicamente na saúde pública. Foram igualmente fiscalizadas práticas comerciais, a segurança geral dos produtos e propriedade intelectual.





## Crónica Internacional

• Domingos Lopes

### Até quando?

O que se está a passar no conflito israelo-árabe é bem paradigmático da nova ordem internacional. O governo de Ariel Sharon, desde o primeiro dia da sua posse, tem como objectivo (cada vez mais claro) destruir as infra-estruturas da Autoridade Palestina no sentido de ao liquidar este embrião da independência, liquidar uma futura independência da Palestina.

Os principais alvos militares da ofensiva israelita são precisamente essas estruturas: quartéis, esquadras da polícia, hospitais, escolas, pontes, aeroporto, helicópteros, etc.. E todas essas estruturas eram pertença da Autoridade. Ora, quer o Hamas, quer a Jihad que reivindicam a esmagadora maioria dos atentados terroristas, não são organizações ligadas à Autoridade, antes pelo contrário. Nasceram e alimentaram-se do combate à OLP. Cresceram sob o olhar silencioso dos governantes israelitas.

Algumas das acções terroristas mais espectaculares têm lugar em momentos cruciais do processo e têm sido pretexto para justificar a ofensiva e fazer confundir a justa luta de libertação nacional com o terrorismo. E bem sabe o governo de Sharon que ao combater a Autoridade Palestina está a dar força ao Hamas e à Jihad. Acaso para justificar uma guerra total mais à frente?

Vale sempre a pena recordar que os brutais atentados terroristas em Nova Iorque serviram de pretexto para os EUA desencadarem uma nova guerra e ganharem posições na Ásia Central. Pretendendo combater a ocupação israelita, o terrorismo tende a justificar a

própria ocupação. Ora é a ocupação o mal de todos os problemas. É contra essa ocupação que o povo palestino, através das suas mais diversas organizações que dão corpo ao movimento de libertação palestino, vem lutando há décadas. A sua luta legítima no plano interno foi coroada de êxitos assinaláveis no terreno do direito internacional, tendo sido aprovadas inúmeras

**É uma decisão totalmente inaceitável, violadora do direito internacional**

decisões e resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU que exigem a retirada das tropas israelitas de Gaza, Cijordânia e Jerusalém-Leste e reconhecem ao povo palestino o direito ao seu Estado independente.

Com a subida de Sharon ao poder, o governo de Israel passou a assumir uma atitude de prepotência e arrogância de tipo colonial, visando sufocar a ferro e fogo a luta do povo palestiniano.

O clamor mundial de indignação contra esta política de Israel, onde se fez ouvir a voz dos milhares de manifestantes portugueses, levou a ONU a criar uma comissão de investigação para conhecer toda a dimensão da tragédia que se abateu sobre aquele campo de refugiados. Mas Sharon e o seu governo, onde está o Partido Trabalhista, não aceitaram essa comissão constituída pelo Secretário Geral da ONU, que acabou por claudicar face à decisão do governo de Israel.

A recente decisão do Comité Central do Likhud de rejeitar a criação de um Estado palestino, contrariando as anteriores negociações dos seus líderes, mostra até que ponto os dirigentes sionistas de Israel pensam ter as costas quentes, na expectativa que Washington os apoie. É uma decisão totalmente inaceitável, violadora do direito internacional, dos tratados assinados pelo próprio Netanyahu e que agravará a situação. A decisão coloca-o em confronto directo com a comunidade internacional, com a União Europeia e exige uma rejeição firme por parte de todos os países. Portugal, por si e no quadro da U.E., deve empenhar-se para que sejam aplicadas severas sanções a Israel e seja suspenso o Acordo entre a U.E. e Israel. Por outro lado, deve prosseguir o generoso movimento de solidariedade com o povo palestino que se desenvolveu um pouco por todo o mundo. Em Portugal, está previsto um concerto pela paz no Médio Oriente no Rossio, no dia 23 de Maio às 18,30h, convocado pelas organizações que estiveram na base da manifestação do dia 10 de Abril. Será um momento alto de solidariedade do povo português com o povo da Palestina. A confirmar que lutando se vence, eis o próximo dia 19 a confirmar a independência de Timor. Um destes dias, não obstante todos os Bush, Sharon, Netanyahu e Peres, a bandeira da Palestina também será desfraldada na Palestina, apesar de todos os sacrifícios.

## Editorial

# A CONFERÊNCIA E A LUTA

Em centenas de reuniões, plenários e encontros, milhares de militantes comunistas têm vindo a proceder, nas últimas semanas, a um amplo debate em torno do novo quadro político decorrente das eleições legislativas e da Nota de Trabalho aprovada pelo Comité Central do Partido na sua reunião de Abril. Tendo em conta as opiniões, reflexões, críticas e propostas surgidas nesse debate, o CC procedeu, no sábado passado, à discussão e aprovação de um Projecto de Resolução Política da Conferência Nacional (que publicamos, em suplemento, nesta edição do «Avante!»).

O Projecto de Resolução Política será, a partir de agora, sujeito a debate em todas as organizações do Partido, e desse debate – no qual se pretende que participe o maior número possível de membros do Partido – e da ponderação das críticas, sugestões e propostas de emenda nele apresentadas pelos militantes nascerá o documento a levar à Conferência que o discutirá e aprovará.

O método, não sendo novo no PCP, merece referência – sempre e, muito particularmente, neste tempo em que uma poderosa máquina de manipulação e mentira espalha uma imagem

## “Preparar a Conferência e dar resposta à política de direita”

deturpada, falsa, caluniosa do Partido e das suas normas de funcionamento, apresentando-o como uma força intolerante, que amordaça as opiniões diferentes, que silencia as vozes discordantes.

Agindo assim, esses profissionais do anti-comunismo cumprem o seu papel: é por isso e para isso que existem.

Assinalando esse facto, fazêmo-lo sem qualquer ilusão de que a nossa exigência de verdade toque, ainda que minimamente, as consciências dos fazedores da mentira anticomunista – mas, e dizêmo-lo mais uma vez, não prescindimos do direito de a denunciar e de contra ela erguermos a nossa voz, o nosso protesto, o nosso combate.

Por outro lado, assinalando a atenção que damos ao aprofundamento da vida democrática interna do Partido, nomeadamente ao enriquecimento do seu conteúdo participativo, sublinhamos, mais uma vez, o facto, **incontestável e incontestado**, de o PCP ser o único partido nacional a seguir tal prática – e dizêmo-lo por ser verdade de que nos orgulhamos, mas sem sombra de qualquer atitude de auto-satisfação embevecida, antes com a consciência plena das manifestas insuficiências existentes e com a firme determinação de prosseguirmos o esforço de superação dessas insuficiências. À nossa maneira, de acordo com as concepções, as normas, os princípios definidos pelo nosso colectivo partidário, naturalmente.

O período preparatório da Conferência Nacional constitui um tempo e um espaço de deba-

te de enorme importância, de debate aberto a todos os militantes que queiram, com as suas opiniões, propostas de emenda, reflexões, críticas, contribuir para o enriquecimento das conclusões da Conferência e, portanto, para o reforço orgânico, interventivo e da influência do Partido, um debate que será tanto mais proveitoso quanto maior for o número de militantes a participar nele.

Simultaneamente com a preparação da Conferência, coloca-se aos militantes comunistas a tarefa imperiosa de dar resposta à política que o Governo PSD/CDS-PP está a levar a cabo, política que, como era previsível, faz recair sobre os trabalhadores o peso pesado das suas consequências.

Com efeito, mal assentou pé no Poder, o Governo da direita coligada virou as suas baterias contra os direitos e interesses dos trabalhadores e do povo e assumiu-se ostensivamente como intérprete fiel dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros.

A revogação da tributação das mais-valias (já antes suspensa pelo governo do PS) em benefício dos grandes grupos financeiros; a abertura das portas da privatização e entrega da Segurança Social aos grandes grupos seguradores; o lançamento de um processo visando a destruição do serviço público de televisão – constituem exemplos flagrantes da acção do Governo a favor desses grupos.

Contra os trabalhadores e o povo, entre outras coisas, a subida do IVA em dois pontos percentuais (com consequências graves na diminuição do poder de compra de quem trabalha); o corte do acesso ao crédito bonificado para a aquisição de habitação própria (com efeitos devastadores particularmente nos mais jovens, muitos deles com vínculos de trabalho precários e baixos salários); a anunciada alteração da legislação laboral em matéria de horário de trabalho; a ameaça de desenterrar a «Lei dos Disponíveis» para a Função Pública.

Acroar esta ofensiva contra os direitos e interesses da maioria dos portugueses, a direita coligada anuncia e visa acelerar a chamada «reforma do sistema político» que, como não poderia deixar de ser, tem o PCP como alvo, prenuncia graves atropelos democráticos e pretende assegurar até à eternidade a alternância no governo de partidos que, fingindo-se opositores, fazem, no essencial, a mesma política. E também como não poderia deixar de ser... a dita «reforma do sistema político» merece os aplausos e apoios do PS.

À política e às medidas anunciadas pelo Governo Durão Barroso/Paulo Portas há que responder com a luta, quer na frente institucional quer na frente social. Nesse sentido, o Comité Central do Partido decidiu promover, de 23 a 26 deste mês, uma acção de esclarecimento nacional em torno de alguns dos aspectos mais imediatamente gravosos da política de direita e apelou à mobilização e ao desenvolvimento do protesto e da luta contra essa política e à participação dos trabalhadores no Dia Nacional de Luta convocado pela CGTP-IN para 20 de Junho próximo.



## Actual Com a tralha às costas

• Jorge Cordeiro

Quando ainda o PS tentava não soçorbar eleitoralmente, o recém-chegado à condição de militante socialista, Vicente Jorge Silva, lançava o apelo ao PS para que este rapidamente e em força se desenvencilhasse da «tralha guterrista». Uma expressão mais radical para traduzir aquilo que Ferro Rodrigues e os seus procuravam já ensaiar: apresentarem-se desamarrados das políticas dos governos a que haviam pertencido, lavados dos pecados da política governativa de há uns meses e prontos a prometer fazer o contrário do que até há bem pouco tempo haviam realizado.

Porque os tempos eram outros, a frase, na linha da boa tradição descartável que a casa gasta, não só não causou a verificada agitação que uma outra «Roma não paga aos seus traidores» meses antes havia provocado, como se revelava aconselhamento sensato para tentar salvar o poder que lhes fugia. Mas como a vida vem provando e porque a

tralha é muita, a missão revela-se bem difícil de concretizar. Não há passo que dêem sem que nela tropecem. Muitas das propostas do Orçamento Rectificativo apresentado por Durão têm origem em ideias da governação socialista; a ofensiva contra a capacidade financeira

das autarquias encontra inspiração no Orçamento de Estado de 2002 aprovado pelo PS; a política restritiva de Manuela Ferreira Leite é o desenvolvimento do programa draconiano de redução da despesa pública apresentado pelo governo de Guterres em Julho de 2001; o processo de liquidação do serviço público de televisão alimenta-se na exploração das erradas políticas seguidas nos últimos anos para o sector; e a retoma da chamada reforma do sistema

político, animada pelas palavras de Sampaio e logo agarrada por Durão Barroso com as duas mãos, dificilmente não encontrará uma comprometedor convergência do PS em matérias particularmente negativas.

Por mais que se esforcem, é bem possível que lhes não reste alternativa do que passarem os próximos tempos com a tralha às costas. Como aliás o episódio da passada sexta-feira no Parlamento o comprovou, com a revogação da tributação das mais-valias ganhas na Bolsa decidida pela nova maioria, que se encontrava já suspensa por decisão do governo do PS, e pelo expressivo significado que a votação da actual bancada parlamentar socialista contra o projecto de lei do PCP de repor essa tributação em si encerra. Como que a aprovar que o carregamento é muito e o espaço não chega para tanta tralha lá para os lados do Rato.



## Acto de fé ou «auto-de-fé»?

• Aurélio Santos

Num momento de entrega eleitoral a um governo de negociantes em que não é difícil adivinhar até que ponto se poderão multiplicar actos usurários expropriando a sacrossanta mãe pátria (sem hífen) assistimos ao aproveitamento de um acto de fé a 13 de Maio, em Fátima, para celebração de um auto-de-fé anticomunista, a que só faltaram as fogueiras da Inquisição.

Para quem tenha ouvido com atenção a homilia do cardeal de Colónia no encerramento das cerimónias é difícil não concluir que a sua balança pesou muito mais para César do que para Deus. Mau aconselhamento dos seus assessores? Talvez não. A igreja católica de há muito se habituou a fazer de Portugal território de uso e abuso: com o uso de uma longa e íntima coabitação com um poder político autoritário, que desde o primeiro quartel do último século até Abril de 1974 foi um regime fascista; e com o abuso do respeito do povo português pelo direito à liberdade religiosa, deixando passar atitudes teocráticas que vão até ao missal incitamento directo ao voto em partidos de direita e extrema-direita. Esta impunidade resume o «reality show» transmitido «urbi et orbe» no 1.º canal da RTP.

Pela voz do cardeal Meissner aproveitou-se a oportunidade da «mundialização» de Fátima para, na presença de altos dignitários, fazer uma luxuosa cerimónia litúrgica de exconjuración do comunismo – que pelos vistos ainda mete medo. E para actualizar no novo quadro mundial as supostas revelações anticomunistas atribuídas a Maria, que desde os anos 30 se tornaram o eixo da instrumentalização de Fátima utilizan-

do e vendendo mediaticamente as lágrimas e esperanças de quem lá vai, juntou-lhes agora o cardeal alemão (com a reconhecida diplomacia do Vaticano) uma 4.ª «revelação»: o apelo aos russos para uma cruzada contra a China. Fátima ficou assim mobilizada para a grande ofensiva ideológica que, a par das componentes financeiras, económicas, políticas e militares, integra o processo em curso de globalização reaccionária e imperial do grande capital financeiro internacional, numa cruzada sem ideias, sem perspectivas e de caminhos truncados.

A imagem de Fátima, directamente vivida ou mediaticamente transmitida, é impressionante e comovente. Mas o abuso da sua exploração ideológica não pode deixar de repugnar. Ao contrário do ideal comunista, saído da ânsia de liberdade contra a exploração do homem pelo homem, o cardeal de Colónia mostrou que na actual hierarquia da igreja católica domina quem não acredita, quem não prega, não defende e não consente uma humanidade livre.

Ah! Se o cardeal fosse crente, como os que diante dele com fé o ouviam, cairia redondo só de pensar que um Cristo indignado apareceria ali e o expulsaria do Santuário à chicotada, como fez aos vendilhões do Templo.

Em tempo de pedidos de perdão papal sobre grandes e graves pecados mortais da Igreja, talvez não fosse mau que a mesma pedisse perdão ao povo português pela intolerância e o anticomunismo do discurso de Fátima. É que não parece que a Virgem conste historicamente como intolerante ideológica e anticomunista convicta e impenitente.



## A vaia

• Leandro Martins

Os portugueses não são gente de grandes unanimismos. E gostam de escolher o seu campo, de tomar partido, de puxar pela camisola. Em qualquer área de actividade social, nem que seja à mesa da bisca. Quanto mais no futebol. Unanimidade só para invectivar a equipa de arbitragem. E nem sempre pelas mesmas razões, mas precisamente pelas razões contrárias às do grupo instalado na outra bancada. Uma vez tive oportunidade de ver na televisão um estádio inteiro a aplaudir uma jogada. Mas o estádio era inglês. E o jogo não era o futebol. Portanto, digamos que, em questões de futebol, o aplauso e a vaia costumam dividir, não servem para unir.

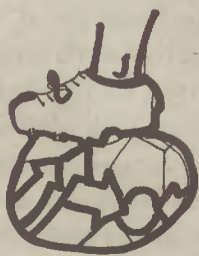
Por isso foi extraordinária a vaia que acolheu o anúncio da presença do primeiro-ministro Barroso no jogo da Taça. A vaia partiu de sportinguistas e de leixonenses, uni-

dos e unânimes. Ao fim de poucos dias de governação, o ganhador das eleições confrontou-se com o repúdio popular. A coisa foi tão retumbante que não havia memória. Há muitos anos que um chefe de governo não recolhia assim, no território neutro de um Estádio Nacional, a unanimidade do repúdio. Geralmente isso fica um pouco para mais tarde e nos terrenos marcados pela luta dos trabalhadores, em manifestações de protesto para isso mesmo convocadas. Imagine-mos um buzinao que acontece não ao fim de dois mandatos, mas no princípio do primeiro...

Mas esta extraordinária unanimidade na vaia a Barroso tem a sua razão de ser. Aliás, tem muitas razões de ser. E apostamos que partiu das gargantas de gente que não votou nele, do mesmo modo e com igual ou maior intensidade

que saiu do peito de gente que votou laranja. É que, como de resto os comunistas tinham previsto e prevenido, a laranja estava podre. E a política de direita, uma vez a caminho, não interessa senão aos que dela se aproveitam, não aos trabalhadores e à população em geral. As pessoas já se deram conta de que a «baixa» dos impostos era promessa falsa, e vem aí o IVA mais caro. Que o crédito à habitação deixa de ser bonificado. Que os despedimentos na Função Pública já não são uma hipótese, mas um plano a pôr em prática. Que a Segurança Social está em perigo. Que já se anuncia o encerramento de escolas. Que o serviço público de televisão é objecto de um grande negócio e que os postos de trabalho não são coisa que se respeite. Isto é, que se o PS já era mau, a direita tem mais pressa.

Por isso a vaia. Que vale mais do que mil palavras. E prenuncia fortes lutas sociais.



## Frases

“Sharon ordena desmobilização / Israel aproveitou o clima “encorajador” do encontro árabe de Sharm el-Cheikh e mandou os seus reservistas para casa. Hamas continuará com atentados enquanto prosseguir a ocupação israelita”

(Título e pós-título, Diário de Notícias, 13.05.02)

“[Enquanto] a origem do mal existir, a violência continuará [no Médio Oriente] (...) e a raiz do mal é a ocupação israelita”

(Michel Sabbah, patriarca latino de Jerusalém, idem)

“Este Governo, que tem um ministro para a televisão que fala de mais, tem a missão de facilitar a vida ao dr. Balsemão e quer concluir o processo de desmantelamento da televisão pública que começou com o professor Cavaco”

(Leonel Moura, A Capital, 12.05.02)

“A dependência da televisão é hoje tão grande que só o que aparece no ecrã existe, tudo o resto torna-se irrelevante ou inexistente. E por isso colocar a televisão exclusivamente nas mãos de privados é pôr em risco o próprio funcionamento de uma sociedade democrática e pluralista”

(Idem, ibidem)

“Que o Estado abdique das suas responsabilidades na gestão de uma realidade com tais dimensões na vida nacional [como o serviço público de televisão] é tão absurdo quanto alienar integralmente ao tecido privado a educação, a defesa ou a segurança”

(Ruben de Carvalho, Diário de Notícias, 10.05.02)

“Vamos assistir ao fecho de muitas empresas nos próximos tempos porque temos tido uma enorme inconsciência. Esta será uma das consequências do nosso desleixo”

(João Salgueiro, falando como representante da Associação Nacional de Bancos, idem)

“As chamadas aparições de Fátima são a grande mentira e o grande crime da hierarquia da Igreja Católica portuguesa do século XX. A qual veio, estranhamente, juntar-se, já na parte final desse mesmo século, o próprio Papa João Paulo II, sem dúvida o mais fatimista de todos os papas e também o mais beato e idólatra”

(Padre Mário Oliveira, Diário de Notícias, 12.05.02)

“O grande crime de Fátima é este: das três crianças que o clero envolveu na encenação das “aparições”, duas apanharam pneumónica e morreram abandonadas pouco tempo depois; e a mais velha teve de ser enclausurada”

(Idem, ibidem)

“A primeira versão dos acontecimentos de Fátima, a 13 de Outubro, quando muitos milhares de crentes afirmaram ter visto “o Sol a bailar”, relatara que a Virgem dissera à vidente Lúcia que a guerra ia acabar nesse mesmo dia. Mas o morticínio vai, infelizmente, continuar – facto que não impedirá a Igreja Católica de explorar habilmente as “aparições”, do ponto de vista espiritual como do material, não se esquecendo de as relacionar com a “descristianização” imposta desde 1910 pelos republicanos (...) tendo como pano de fundo interesses poderosos”

(António Rego Chaves, idem)

“No fundo, [o problema do País] nem sequer está na qualidade da “classe política”. Está – como sempre esteve – na qualidade da “classe dirigente”. Na semana passada, por exemplo, os gestores receberam um atestado de incompetência indecoroso. E que não recebessem, basta perguntar por esse país fora que serviço, público ou privado, funciona bem, o que se chama bem. A ignorância, a improvisação e a mediocridade reinam no maior sossego”

(Vasco Pulido Valente, idem)





Comunicado do Comité Central

# Governo de direita desfere primeiros ataques

**N**a sua reunião de sábado passado, o Comité Central do PCP aprovou um Projecto de Resolução que servirá de base à discussão preparatória da Conferência Nacional de 22 de Junho (págs. 15 a 18) e um documento (que a seguir se transcreve), onde analisa a situação política actual, designadamente as «graves consequências sociais» resultantes das medidas tomadas ou anunciadas pelo novo Governo PSD/CDS.

**L**os primeiros dias de Governo do PSD-CDS, confirmando as apreciações e avisos do PCP, ficam marcados por uma acelerada concretização de um conjunto de medidas com profundas e negativas consequências para a situação do país, para as suas perspectivas de desenvolvimento e para as condições de vida da população e dos trabalhadores.

Na verdade, no espaço de poucos dias, o novo Governo aprovou uma proposta de orçamento rectificativo caracterizado pela sua opção recessiva para a economia nacional e altamente penalizador da generalidade dos portugueses, consagrando o aumento dos impostos e novas limitações à capacidade financeiras das autarquias locais; decidiu a revogação da tributação das mais-valias (já antes suspensa pelo governo do PS) numa chocante manifestação de defesa dos interesses dos grandes grupos financeiros; deu início a um processo com vista à destruição do serviço público de televisão; declarou já a abertura da privatização e entrega da segurança social aos grandes grupos seguradores; e anunciou a chamada «reforma do sistema político» com componentes muito perigosos.

**2** Face à escalada de opções e decisões que se traduzem num novo e qualitativo passo no desenvolvimento da política de direita o Comité Central do Partido Comunista Português, a par da sua intervenção

para lhe dar um firme combate, não pode deixar de alertar todo o país, os trabalhadores e o povo português para as graves consequências das medidas avançadas ou anunciadas pelo Governo, designadamente:

– para os efeitos que a decisão do aumento do IVA em dois pontos percentuais (que representa um aumento de 12,5%) assumirá nos orçamentos familiares, traduzindo-se num novo e adicional factor de perda de poder de compra dos salários e num agravamento das condições de vida em particular para as pessoas de menores recursos em contraste com a revogação do princípio da tributação dos ganhos em Bolsa;

– para os efeitos que o corte das despesas de investimento e outras medidas contraccionistas aliado ao aumento do IVA e dos seus reflexos na diminuição da competitividade das exportações — em obediência cega aos critérios do Pacto de Estabilidade — produzirão em sentido negativo na actividade económica nacional, em acrescidas dificuldades para numerosas empresas e em aumento de despedimentos;

– para as consequências que a decisão do corte do acesso ao crédito bonificado para a aquisição de habitação própria não deixará de ter na legítima aspiração, designadamente dos mais jovens, muitos dos quais com vínculos precários de trabalho e baixos salários, e a médio prazo na indústria da construção civil;

– para as graves consequências sociais que a liquidação do carácter público universal e solidário do sistema de segurança social com a entrega da parte mais rentável às seguradoras privadas terá no futuro para a estabilidade de vida e condições de sobrevivência e segurança de gerações futuras;

– para o significado do anúncio de alterações à legislação laboral designadamente em matéria de horários de trabalho com as suas consequências nos direitos dos trabalhadores e na organização da sua vida pessoal, familiar e social, e da tentativa de desenterrar a «Lei dos Disponíveis» para a Função Pública;

– para as consequências que o projecto liquidacionista

do serviço público de televisão e de rádio (RTP e RDP) trará com a entrega apenas a grupos privados de instrumentos com uma importância decisiva na formação da opinião pública e com a real possibilidade de uma dominação completa do panorama televisivo nacional por grupos e capitais estrangeiros;

– para o significado das recentes declarações reaccionárias de membros do Governo e dos previsíveis desenvolvimentos que venham a ter expressão nas suas orientações políticas, designadamente pelo ministro do Trabalho e da Segurança Social, Bagão Félix, a propósito do aborto e dos direitos das mulheres.

**3** O Comité Central do PCP decidiu promover ainda este mês uma acção de esclarecimento nacional em torno dos aumentos dos impostos e do novo ataque ao poder de compra dos salários dos trabalhadores e apela à mobilização e ao desenvolvimento do protesto e da luta de todos quantos se opõem a esta política e às suas consequências e à participação no Dia Nacional de Luta, já convocada pela CGTP para o próximo dia 20 de Junho.

**4** O Comité Central do PCP saúda o povo de Timor-Leste pela consagração da sua independência e pela constituição de um Estado soberano, como marco significativo da sua longa e heróica luta.

**5** Registando positivamente a participação já verificada em centenas de reuniões e plenários com a presença de milhares de membros do Partido, o Comité Central debateu questões relacionadas com a preparação da Conferência Nacional e aprovou ainda o projecto de resolução a submeter à discussão em todas as organizações do Partido até à sua realização e apela a todos os membros do Partido para que contribuam com a sua opinião e reflexão para o aprofundamento do debate colectivo e para o apuramento final das conclusões que se julguem mais correctas, adequadas e urgentes no quadro desta Conferência, do seu tema e dos seus objectivos.



## Uma vergonha!

Na declaração aos órgãos de comunicação social, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, não deixou passar em claro «certas posições particularmente expressas sobre relevantes questões de gravidade por membros do Governo», concretamente as opiniões manifestadas pelo Ministro Bagão Félix, de que as mulheres acusadas em Tribunal de recurso ao aborto clandestino «deveriam ser condenadas, alegadamente a título pedagógico mas de facto como castigo, a trabalharem ao serviço da comunidade, como forma de “expiarem” (sic!) “a sua própria dificuldade moral perante a situação”».

«Consideramos uma vergonha», disse Carlos Carvalho, «que haja alguém, ainda por cima exercendo responsabilidades governativas, que em vez de compreensão humana e de soluções de protecção da saúde e dignidade das mulheres coloque o acento tónico na culpa das mulheres sujeitas a esse drama e na sua expiação, na linha de uma chocante estigmatização.»





Comissão Política do PCP denuncia ofensiva governamental  
contra serviço público de televisão e de rádio

## Um meio de (in)formação decisivo

A Comissão Política do PCP pronunciou-se, na sexta-feira passada, em nota à comunicação social, pela manutenção dos dois principais canais de serviço público e contra projectos que visem impedir a RTP de obter receitas de publicidade, defendendo uma audição pública sobre a matéria.

Para o PCP, as orientações explicitadas pelo Governo quanto à RTP e à RDP e as nomeações que fez «espelham» com clareza «o intuito de aplicar um golpe devastador contra o serviço público de televisão e de rádio», a pretexto de dificuldades e problemas reais, para os quais «contribuíram decisivamente orientações e decisões aplicadas em 10 anos de governos do PSD», seguidas de «uma desastrosa abordagem e calamitosas medidas» por parte do governo do PS nos últimos seis anos.

Referindo-se concreta-

mente à RTP, a Comissão Política diz que se confirma a tática «repetidamente usada contra outras empresas outrora públicas»: primeiro «degrada-se, arruína-se, desprestigia-se e afunda-se» e, depois, «cinicamente, vem-se dizer que, face à situação alegadamente insustentável a que se chegou, não há outro remédio senão privatizar ou liquidar».

Reiterando as suas críticas às orientações e critérios de informação, programação e gestão que têm sido seguidos na RTP, o PCP reafirma a necessida-

de e potencialidades «do serviço público de televisão e da RTP enquanto empresa prestadora desse serviço» e defende «a manutenção dos dois principais canais de serviço público, uma reestruturação da RTP; uma rigorosa imputação de custos por canal e serviços prestados; uma justa definição das indemnizações compensatórias e o seu atempado pagamento pelo Estado; uma política de valorização dos profissionais da RTP e de racional aproveitamento das capacidades e património da empresa».

O PCP, lembrando, ainda, «as insensatas restrições que o governo do PS impôs neste domínio», pronuncia-se «contra projectos para impedir a RTP de obter receitas de publicidade», os quais, além de «representarem um benefício imoral e ilegitimamente concedido aos canais privados», apenas serviriam para «agravar consideravelmente os encargos do Estado com a RTP e, por essa via, a pressionar ainda mais para a sua privatização ou encerramento».

### O perigo da hegemonia

A «manutenção e renovação do serviço público de televisão» é indispensável para que «um meio de informação de importância decisiva na formação da opinião dos cidadãos e no próprio curso da vida nacional não seja monopolizado apenas por grupos privados», prossegue o PCP, sublinhando ser esta, também, «a única e segura garantia de que o país não acordará um dia com um panorama televisivo nacional hegemoni-

camente dominado por grupos e capitais estrangeiros».

O PCP saúda e apoia «a corajosa luta» dos trabalhadores da RTP e da RDP e, apelando «ao desenvolvimento de um forte movimento de opinião e de luta contra os projectos liquidacionistas do Governo e em defesa de um renovado serviço público de televisão e de rádio», anuncia a promoção, na próxima terça-feira, pelo seu Grupo Parlamentar, na Assembleia da República, de uma audição pública sobre esta matéria.

### Repete-se a tática antes usada contra outras empresas públicas

## Factor de coesão

Também o Organismo de Direcção da Emigração do PCP, preocupado com o futuro das RTP e RDP internacionais e do seu papel junto das comunidades portuguesas, defende a manutenção dos actuais canais de televisão e das emissões internacionais.

Os comunistas na Emigração acusam os governos de Cavaco Silva/Durão Barroso pelo «esbulho» de toda a rede de emissores da RTP - hoje, obrigada «a suportar um custo anual de 5 milhões de contos pela utilização de uma rede que lhe pertencia» -, e lembram que só um serviço público de qualidade pode constituir-se como um factor de «coesão nacional e de afirmação e projecção de Portugal no Mundo» e, simultaneamente, «garantir a expansão e valorização da língua e cultura portuguesas junto da nossa diáspora e dos países lusófonos».

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### António Pós-de-Mina

Faleceu, no dia 13 de Maio, no Hospital de Serpa, o camarada António Pós-de-Mina. Natural de Pias, concelho de Serpa, António Pós-de-Mina, comerciante, de 74 anos, encontrava-se doente desde há algum tempo. Resistente antifascista desde muito jovem e militante do PCP desde 1947, desempenhou tarefas e cargos partidários de responsabilidade a nível do Alentejo e do distrito de Beja. Depois da Revolução de Abril, foi funcionário do PCP durante vários anos. No plano unitário, foi membro da Comissão Distrital de Beja do MUD Juvenil, nos anos 40, tendo integrado, na década seguinte, o Movimento Nacional para a Paz. Mais recentemente, fez parte dos órgãos sociais da Associação Comercial do Distrito de Beja, foi eleito na Assembleia Municipal de Serpa e foi sócio de várias colectividades de Pias e do concelho de Serpa.

Em nota à comunicação social, a DORBE do PCP considera a morte de António Pós-de-Mina como «uma perda irreparável», ainda que «a memória do democrata e homem bom que foi permaneça viva e sirva de exemplo às gerações mais novas».

#### Maria Eugénia Lopes Araújo

Faleceu, no dia 13 de Maio, a camarada Maria Eugénia Lopes das Neves Araújo, de 86 anos de idade. A camarada estava organizada na freguesia de S. João, em Lisboa.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Seixal Instabilidade social

A Comissão Concelhia do Seixal, depois de analisar a situação social no concelho, mostra-se preocupada com a mesma, particularmente no que diz respeito à ameaça que paira sobre 410 trabalhadores da VESTUS, empresa de vestuário sediada na freguesia de Corroios, cujo horizonte é o seu previsível encerramento.

Também a instabilidade que persiste relativamente aos 1400 trabalhadores que ainda estão na Alcoa (ex-

-Indelma), depois de um dos seus sectores ter sido deslocalizado para a Lituânia, provocando a eliminação de 800 postos de trabalho no espaço de um ano, preocupa o PCP que alerta para o risco de outros sectores ou mesmo toda a empresa poder vir a ser igualmente deslocalizada para outro país com mão-de-obra mais barata.

Entretanto, as recentes medidas do Governo, ao invés de apontarem para a

resolução dos problemas dos trabalhadores, vão no sentido do seu agravamento, conclui a Concelhia do PCP.

Quanto ao trabalho desenvolvido pelos autarcas da CDU, ele reafirma o projecto autárquico e o programa eleitoral sufragado, no ano passado, pela população do concelho, tendo já sido aprovadas as contas de Gerência de 2001 e as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2002 pelas Assembleias de Freguesia e

pela Assembleia Municipal, esta, porém, marcada pela «atitude antidemocrática e irresponsável» do grupo do PSD que abandonou a sessão, depois de ver rejeitada a sua proposta de metodologia para o funcionamento dos trabalhos.

Por fim, a Concelhia do Seixal do PCP aprovou um conjunto de iniciativas a levar a cabo no ano em curso, marcando para Novembro a 6.ª Assembleia de Organização Concelhia.

## Jornada na Atalaia

Por iniciativa da Célula dos Trabalhadores Comunistas na Câmara Municipal do Seixal, realizou-se, no domingo passado, uma jornada de trabalho de limpeza da mata da Quinta da Atalaia, que envolveu cerca de 30 camaradas.

Com início às 7 horas da manhã, a jornada de trabalho decorreu em ambiente de alegria e são convívio entre militantes e amigos do Partido que também participaram.

Aos trabalhos da jornada seguiu-se um almoço preparado por outros camaradas, onde não faltaram as febras de porco assadas, o pão, a salada e o vinho.

Embora a mata não tenha ficado totalmente limpa, a iniciativa dos camaradas da célula da Câmara do Seixal revelou-se de grande importância, tanto na preservação daquele espaço como na prevenção de eventuais incêndios durante o Verão que está prestes a iniciar-se.

Enfim, uma jornada que não fica por aqui, já que os que nela participaram prometeram voltar à Atalaia para outras tarefas, no âmbito da Festa do Avante!.



## Figueira da Foz É necessário agir

Em «carta aberta» aos trabalhadores do Hospital, a Concelhia da Figueira da Foz lembra as várias posições que ao longo dos anos tem tomado, designadamente na Assembleia da República, em defesa do Hospital distrital, considerando, porém, que a ofensiva contra aquele «ganhou novo alento» com a entrada em funções do actual presidente do Conselho Administra-

A estratégia de ataque ao Hospital - tendo como pano de fundo o local e espaço privilegiado que este ocupa - passou, assim, a processar-se ao longo de três fases: a primeira, bloqueando o seu desenvolvimento, através da não aprovação do plano director e a não concretização dos investimentos já aprovados; a segunda, a actual, desclassificando-o nas suas competências e valências e favorecendo a

degradação dos equipamentos, instalações e serviços; a terceira, a desencadear a curto/médio prazo, destruindo-o como unidade de saúde pública.

Ou seja, um «crime» perpetrado por quem coloca os interesses de «alguns mercenários do sector da saúde» contra os interesses do concelho e dos 120 mil utentes do Hospital, cujos trabalhadores vêm também ameaçados os seus postos de trabalho.

Chegou-se, pois, a um ponto em que, «já não bastando condenar a situação», é necessário «passar ao plano concreto», dizem os comunistas, disponibilizando-se para, junto com todos os que querem defender o HDFF, encontrar urgentemente as respostas adequadas à situação, o que poderá ser já iniciado na reunião que, para o efeito, se realiza no próximo sábado.



## BAIÃO Contra nova taxa

«Contaminada com o vírus dos aumentos decretados pelo Governo», a Câmara Municipal de Baião, segundo notícias vindas a público, prepara-se para criar mais uma taxa, de recolha de lixo, denuncia a Comissão Concelhia de Baião do PCP, afirmando não surpreender-se que, dada uma tal «fúria» de aumentos, a curto prazo, também fosse criada uma taxa de utilização das casas de banho camarárias!

Aliás, por este caminho, em breve «os salários e as reformas de miséria» que a maioria dos baionenses recebe «são única e exclusivamente para pagar impostos». Isto, enquanto as grandes fortunas permanecem «intocáveis», acusam os comunistas de Baião, recusando «a criação de qualquer taxa municipal, seja ela de que natureza for», pois se a Câmara Municipal tem dificuldades financeiras, que «reivindique junto do Governo mais verbas».

## AVIS Situação social agrava-se

A Comissão Concelhia de Avis do PCP está preocupada com a situação de salários em atraso e instabilidade nos postos de trabalho que se vive em algumas empresas do concelho. Há trabalhadores despedidos sem qualquer indemnização, um número significativo de jovens não encontra emprego nem saída profissional e, para muitos trabalhadores, a única saída é o recurso a programas ocupacionais ou a cursos de formação profissional, apesar de, posteriormente, não lhes ser dada a possibilidade de aplicarem os conhecimentos adquiridos. Entretanto, as medidas já tomadas ou anunciadas pelo Governo, designadamente o aumento do IVA e a abolição do crédito bonificado, «apenas servem para agravar a situação dos que já têm os mais baixos rendimentos», denuncia a Concelhia do PCP, apelando aos trabalhadores e à população em geral para a luta em defesa dos seus direitos.

## VIDIGUEIRA Sempre os mesmos a pagar...

Também a Comissão Concelhia da Vidigueira do PCP condena o fim do imposto sobre as mais-valias, medida que, a par do aumento do IVA e da suspensão do crédito bonificado, «deixa antever quem mais uma vez vai pagar o défice público: quem trabalha e quem menos tem».

A alteração da Lei de Bases da Segurança Social, com vista à sua privatização, é outra medida que a Concelhia da Vidigueira condena, «não augurando», com este Governo, «um futuro próspero para trabalhadores, juventude, idosos e população em geral».

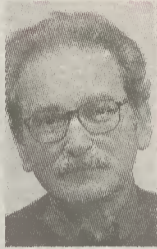
Em nota à comunicação social, os comunistas divulgam, também, algumas iniciativas preparatórias da Conferência Nacional do Partido e lançam um apelo à participação dos militantes na homenagem a Catarina Eufémia, no próximo domingo.

## MOITA ... e a ser lesados

A abolição da bonificação ao crédito para habitação decidida pelo Governo é uma medida igualmente condenada pela Comissão de Freguesia da Moita do PCP já que «lesa os interesses de largas faixas da população», sobretudo as camadas mais desfavorecidas e particularmente os jovens que, possuindo as mais baixas expectativas no que respeita à escolaridade e ao emprego, passam, agora, também, «a nem poder aspirar a ter uma casa para poder organizar a sua vida e constituir uma família».

# Valorizar o património do PCP

**A** Conferência Nacional está aí; tiremos dela tudo quanto ela nos pode dar e que é muitíssimo.



Albano Nunes  
Membro do Secretariado

Claro que a Conferência Nacional não vai dar, nem se propõe dar, resposta a todos os problemas - ideológicos, políticos, organizativos, de direcção, de quadros - desta curva apertada da vida do Partido. Seria errado alimentar ilusões quanto a isso. Só o trabalho continuado e persistente de todo o colectivo partidário, com mais iniciativa e entusiasmo de cada militante e de cada organização, e numa mais estreita articulação da Direcção com a base do Partido, permitirá superar debilidades que, no fundamental, o XVI Congresso já identificou. Para o dia seguinte à Conferência espera-nos trabalho ainda mais árduo e exigente. O que será então novo, com um valor que nenhuma legítima discordância deve menosprezar, é que estaremos

sistemática e de obstrução à orientação e à direcção do Partido; é desmascarar e rejeitar com firmeza a campanha, que vai continuar, de apoucamento e denegrimiento da Conferência e das decisões do Comité Central.

Vivemos uma fase muito complexa da nossa luta. Uma situação internacional muito perigosa, o novo quadro político nacional, a campanha sem precedentes contra o Partido, a própria situação partidária, tudo se entrelaça num nó muito complicado. Este é seguramente um daqueles momentos na vida de um partido revolucionário em que, frente a duros reveses, toda a vigilância é pouca perante tentações e pressões para procurar «bodes expiatórios» ou

**“É necessário  
fincar bem os pés  
no terreno firme  
da realidade”**

então melhor apetrechados, mais unidos e mais animados para realizar esse trabalho.

Neste caminho o principal é levar ainda mais longe a larga e empenhada participação dos militantes que se tem estado a verificar; é convencer os camaradas mais reticentes da grande importância da Conferência e da necessidade do seu empenho; é mostrar a ilegitimidade e o prejuízo que criam à coesão e à dinâmica partidária posições negativistas de crítica

«clicks» e «golpes de asa» salvadores. Partidos burgueses ou que não ponham em causa o sistema não só podem como é da sua própria natureza recorrer a expedientes de baixa política, como temos visto com o PS. Mudam de «líder» como quem muda de camisa, adoptam regras estatutárias e congressuais género prontos-a-vestir, dizem na oposição o contrário do que fizeram (e tencionam fazer) no governo e, regra geral, «saem por cima» e seguem em frente até nova e «virtuosa crise». Isto não é possível num partido revolucionário. Muito menos num partido comunista. E menos ainda no nosso Partido. Admiti-lo é desconhecer (ou rejeitar) a concreta natureza e identidade do PCP forjada pelo empenho e criatividade revolucionária de gerações de comunistas.

«Não iremos por aí»

A história do movimento comunista e operário internacional tem muitos exemplos, de diferente sinal, em que a busca do sucesso imediato e a tentação facilitista - para não falar já da claudicação diante das campanhas hostis do adversário de classe - conduziu a grandes desastres e amargas desilusões. A tendência para, sob a pressão da conjuntura, precipitar medidas e decisões que mexem em profundidade com a tática, a estratégia e a própria identidade do Partido, é uma velha pecha oportunista que se reanima sempre que as condições socioeconómicas e ideológicas o propiciam. Não iremos por aí.

Tanto como produto da fase actual do capitalismo («globalização», mercantilização de todos os aspectos da vida social, «pensamento único...») como em resultado da evolução da situação nacional (recuperação monopolista triunfante, democracia e soberania empobrecidas, avanço da direita...), colocam-se aos comunistas tarefas muito exigentes. Em momentos como este, de bruscas mudanças e de incerteza, é particularmente necessário fincar bem os pés no terreno firme da realidade, a começar pela concreta realidade que é o PCP, o seu rico património de experiência revolucionária e características próprias no plano da organização e da vida democrática interna, forjadas por muitos anos de dura luta e que, sem as absolutizar, é essencial preservar. Foi com elas que resistimos onde muitos soçobraram. Foi com elas que o PCP venceu grandes obstáculos e atravessou unido grandes tempestades: fascismo, revolução e duas contra-revoluções, a portuguesa e a mundial resultante das derrotas do socialismo. Será valorizando-as e defendendo-as dos violentos ataques de que estão a ser alvo, que asseguraremos o sucesso da Conferência Nacional e estaremos à altura dos grandes desafios que hoje se colocam ao PCP.





## Continuar a luta

Os trabalhadores da Carris decidiram continuar a lutar até que as suas reivindicações sejam atendidas por Governo e Administração. Esta intenção de manter e intensificar a luta foi decidida em plenário descentralizado, no passado dia 9, durante a greve que contou com uma adesão acima dos 98 por cento. Os trabalhadores consideram que, face ao aumento da inflação e à nova realidade económica — com o aumento do IVA, dos combustíveis, do seguro automóvel e com o fim do juro bonificado —, faz todo o sentido manter as reivindicações de 5 por cento de aumento, «tanto mais que da parte da empresa não existe qualquer sinal de que vão ter em conta os novos pressupostos. A luta continua no próximo dia 16, com uma greve entre as oito e as onze da manhã.

## Forças Armadas

Os órgãos representativos dos trabalhadores civis das Forças Armadas e empresas de defesa entregaram à Presidência do Conselho de Ministros um caderno reivindicativo, na quinta-feira, em Lisboa. As principais exigências são a manutenção do vínculo público, a defesa dos postos de trabalho, a actualização salarial para os funcionários do Arsenal do Alentejo e a recusa de encerrar ou privatizar o sector.

## Schun-Union

460 trabalhadores estão em risco de perder o seu emprego, visto a fábrica em que trabalham, a Schun-Union, fábrica de calçado alemã a funcionar na Maia, pretender fechar as portas, alegadamente por dificuldades financeiras. Honório Novo, deputado do PCP, visitou a fábrica e afirmou na ocasião que existem indícios de que as dificuldades sejam apenas um pretexto para desactivar a fábrica para ser substituída por uma nova unidade a ser criada num dos países do Leste da Europa. Segundo o deputado, só assim se explica o transporte de várias máquinas da empresa para o estrangeiro, sob o pretexto da necessidade de se proceder a reparações.

## Schindler

A greve dos trabalhadores da empresa de elevadores Schindler, marcada para quinta e sexta-feiras da semana passada, foi suspensa depois da administração da empresa ter mandado uma reunião com o sindicato para discutir as reivindicações. Depois de terem cumprido um primeiro dia de greve, os trabalhadores da Schindler convocaram outros dois dias de greve. Em causa, os aumentos abaixo do nível da inflação, apesar da empresa ter contado nos últimos anos com elevadas margens de lucro.

Sindicato dos Enfermeiros critica criação de seguros de saúde e promiscuidade entre sectores público e privado e considera medidas para diminuir listas de espera insuficientes

# Contra gestão privada dos hospitais

«O serviço de saúde deverá continuar a ser o prestador por excelência dos cuidados de saúde dos portugueses.» Esta é a resposta do Sindicato dos Enfermeiros ao programa do Governo, tecendo duras críticas aos vários pontos do documento.

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses começa por apelar ao executivo de Durão Barroso que separe claramente o sector público do privado, «pondo fim a uma promiscuidade negativa». Nesse sentido, defende que cada profissional deve optar por trabalhar exclusivamente num dos sectores.

O Sindicato dos Enfermeiros classifica como «incompreensível» a decisão do Governo de afectar cerca de 900 milhões de euros para a continuidade da empresariação hospitalar. Quanto à «adopção de modelos alternativos» e à «gestão de natureza empresarial» preconizadas pelo Governo, os profissionais da saúde consideram que a alteração dos modelos de gestão dos hospitais é «profundamente falaciosa», dando como exemplo o Hospital Amadora-Sintra, onde «nem o modelo de gestão permitiu diminuir os gastos, nem tão-pouco se registou uma melhoria no acesso aos cuidados de saúde por parte dos utentes/clientes».

A mesma opinião é colocada quanto aos hospitais públicos com modelos de gestão de tipo empresarial, como os de Santa Maria da Feira, do Barlavento Algarvio e a Unidade Local de Matosinhos. «Esta alteração apenas permitiu cobrir os passivos

deficitários destas instituições, muito por culpa do subfinanciamento da saúde e criar a ilusão de ter havido uma redução da despesa primária do Estado», afirmam os enfermeiros.

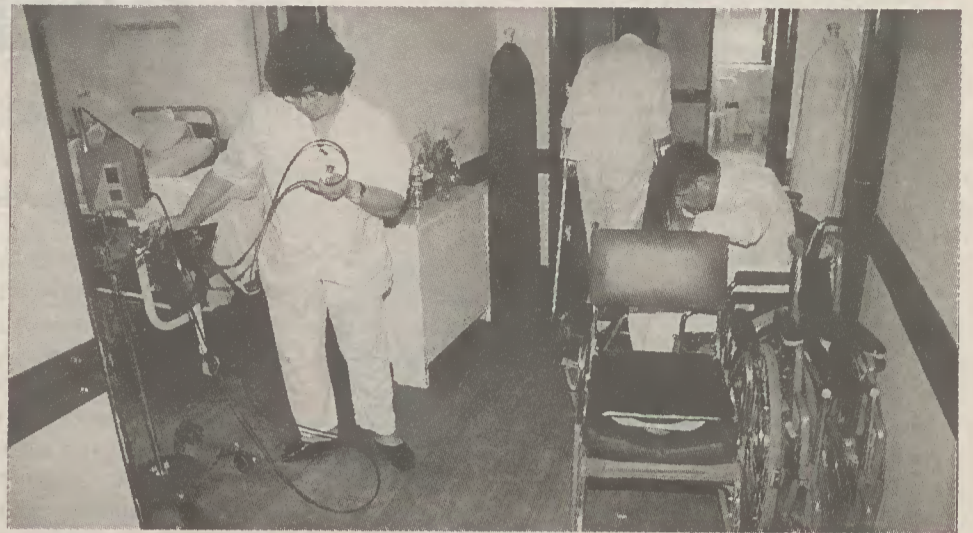
## O sistema de saúde deve assentar no «enfermeiro de família»

si só, não permite melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde por parte das populações.» Por isso, o sindicato propõe o incremento dos sistemas locais de saúde.

## Actuar sobre as causas

O Sindicato dos Enfermeiros defende a aposta nos cuidados de saúde de proximidade, ou seja, nos centros de saúde. E mais do que o papel dos médicos de família, salienta a importância do enfermeiro de família como porta de entrada no sistema de saúde, que deverá desenvolver um acompanhamento efectivo das famílias - tal como preconiza a Organização Mundial de Saúde.

Por outro lado, os enfermeiros consideram que as medidas adoptadas pelo Governo para diminuir as listas de espera de cirurgia e de consultas são «insuficientes» e lembram que esta questão não pode ser analisada de forma desfasada do funcionamento do próprio sistema.



«O serviço nacional de saúde tem recursos humanos e materiais e equipamentos que podem e devem ser rentabilizados», afirmam os enfermeiros

«Para resolver este problema é preciso actuar sobre as causas que o provocam», afirma o sindicato, acrescentando que «não actuar na separação clara do sector público do privado é fomentar» a continuação das listas de espera.

«Sendo certo que o serviço nacional de saúde tem recursos humanos e materiais e equipamentos que podem e devem ser rentabilizados, exigia-se que as orientações do Governo fossem no sentido da resolução do problema dentro do sistema e de responsabilização dos gestores e conselhos de administração pela não prossecução dos grandes objectivos do Governo», defendem os enfermeiros.

Sobre a possibilidade de implementação de fundos e seguros de saúde mediante compensações fiscais, o sindicato considera que se trata de uma «medida lesiva para o conjunto dos portugueses». E explica: «Se tivermos em conta que um terço da população vive abaixo do limiar da pobreza, é fácil deduzir que estes nunca poderão fazer

seguros de saúde e muito menos ter compensações fiscais por isso. Por outro lado, pode levar a um emagreci-

mento do orçamento disponível para a saúde e consequentemente para o serviço nacional de saúde.»

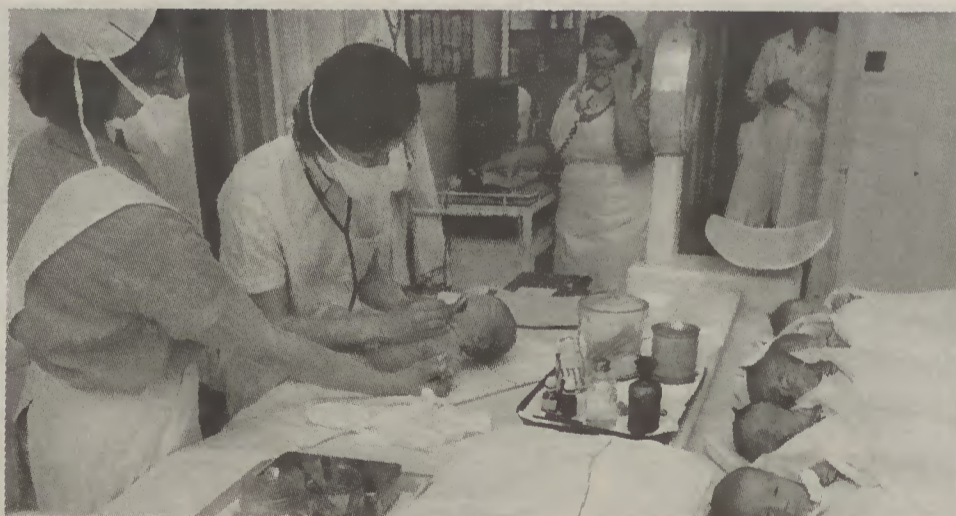
## «Ponham-se na rua!»

«Ponham-se na rua!» Foi com estas palavras que o presidente do Conselho de Administração do Hospital S. Sebastião, em Santa Maria da Feira, pôs fim a uma reunião com delegados sindicais e dirigentes do Sindicato da Função Pública, na semana passada.

Durante a reunião, os representantes dos trabalhadores voltaram a reivindicar a uniformização do horário de trabalho de 35 horas semanais para o pessoal técnico profissional, administrativo e auxiliar em regime de contrato individual de trabalho. Na ocasião foi entregue um abaixo-assinado com 233 assinaturas, das quais 123 de funcionários já com as 35 horas, que decidiram expressar assim a sua solidariedade com os colegas.

A resposta da administração foi simples. O STFP explica, numa nota à imprensa: «Não aceitando afirmações proferidas pelos dirigentes sindicais, numa inaceitável postura antidialogante e demonstradora de prepotência e autoritarismo, o presidente pôs fim à reunião abrindo a porta da sala e dizendo: «Ponham-se na rua!»» Como resposta o sindicato comunicou ao Ministério da Saúde que não aceita tais comportamentos.

Nesse mesmo dia, em plenário, os trabalhadores aprovaram formas de luta a concretizar caso as suas reivindicações não sejam aceites.



## Dois mil com contratos precários

O problema dos recursos humanos na área da saúde continua a preocupar o Sindicato dos Enfermeiros. Nesse sentido, reclama ao Governo que ponha em prática as resoluções apresentadas pelo Grupo de Missão do Ensino Superior, do anterior Governo, que apontava para a necessidade de formar 22 700 enfermeiros num prazo de oito anos.

Por outro lado, o sindicato pede ao executivo que estabeleça o emprego e as instituições onde exercem funções os cerca de dois mil enfermeiros que actualmente estão a contrato a termo certo.

«Não há justificação para que, com a carência de enfermeiros que é reconhecida, a única possibilidade de admissão que exista seja

através de contratos a termo certo de seis meses, improrrogáveis», afirma o sindicato.

«A não resolução deste problema significará uma diminuição da qualidade dos cuidados de saúde prestados, uma instabilidade nos serviços pouco desejável, o incremento da desumanização e o aumento da despesa pública do Estado», alerta.

## Paralisação na Tudor

Os trabalhadores da Tudor paralisaram, no passado dia 8, duas horas em cada turno, como forma de exigir aumentos salariais de pelo menos 4,4 por cento e medidas de protecção de saúde. Ana Sousa, do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), afirmou à Lusa que o caderno reivindicativo dos trabalhadores apontava no sentido de aumentos da ordem dos oito por cento, sendo seis relativos a este ano e dois aos aumentos intercalares dados em meados do ano passado, que apenas contemplou as chefias. Com a luta, as propostas da administração passaram de 2,8 para 4 por cento, valores que os trabalhadores consideram ainda insuficientes.

Outra das reivindicações está relacionada com o aumento das medidas de protecção à saúde dos trabalha-

dores. De acordo com Ana Sousa, junto à Tudor, que conta com 550 trabalhadores, está instalada outra fábrica, a Ferro Portugal, que lança produtos químicos para a atmosfera, prejudicando a saúde e degradando os seus bens.

Segundo a dirigente do SIESI, foram mais de cento e vinte os automóveis danificados, com problemas na pintura e outras avarias. Mais grave que isso, considera, são os problemas de saúde que eventualmente decorrerão da emissão de químicos, quer para trabalhadores quer para moradores.

Segundo Ana Sousa, os trabalhadores e o SIESI estão disponíveis para continuar as negociações com a administração da empresa e, caso esta teime em não atender às reivindicações, poderá ser marcada uma nova greve.



CGTP marca dia de luta nacional para 20 de Junho

# Combater a injustiça, reafirmar direitos

O Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN reuniu no passado dia 8, em frente ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, e prometeu luta às medidas negativas do Governo.

Convocado para definir as formas de intervenção e luta dos trabalhadores face às medidas apresentadas pelo Governo, nomeadamente as constantes no Orçamento Rectificativo, o Plenário decidiu marcar para o dia 20 de Junho uma jornada nacional de luta, com paralisações ao trabalho e manifestações nas diversas regiões do País.

Na base da contestação está a consideração por parte dos trabalhadores de que as «propostas conhecidas da alteração da lei do orçamento inserem-se numa perspectiva de dramatização do défice das contas públicas, constituindo um dos aspectos principais do discurso do Governo». Esta «interiorização dum sentimento de crise económica» serve, segundo a resolução aprovada no plenário, «para justificar medidas de contenção salarial, cortes nas políticas sociais e ataque aos direitos laborais».

Entre as medidas negativas apontadas pelos trabalhadores, foi destacado o aumento do IVA. Este imposto torna ainda mais injusto o sistema fiscal por fazer recair sobre o consumidor e não sobre o rendimento o peso dos impos-

tos. Além disso, o aumento deste imposto provoca a subida da inflação, o que «afecta o nível de vida da população, em particular dos trabalhadores e das pessoas que vivem com pensões de reformas». Os trabalhadores criticam o Governo pela falta de coragem política «para combater eficazmente a evasão e fraude fiscal» considerada como alternativa mais válida para reduzir o défice, considerando ainda significativa a revogação da legislação sobre a tributação das mais-valias bolsistas.

A eliminação das bonificações no crédito à habitação foi igualmente criticada pela Intersindical. Com esta medida, tomada em nome do combate às fraudes existentes no acesso ao crédito, o Governo «opta por não combater a fraude mas sim eliminar um direito e justas expectativas a dezenas e dezenas de milhares de jovens».

## Suster a ofensiva

Na opinião dos sindicatos, «estamos perante uma ofensiva conservadora, neoliberal e retrógrada», que visa a

privatização, enfraquecimento ou mesmo eliminação de serviços públicos essenciais, nas mais diversas áreas. Esta ofensiva faz recair sobre os trabalhadores e camadas desfavorecidas da população mais sacrifícios e privações, ao mesmo tempo que «mantém e acentua privilégios e favorecimentos ilegítimos ao capital e às classes favorecidas da sociedade». Daí a exigência que os trabalhadores assumam a «afirmação dos seus direitos e lute re reivindicativa».

Face às novas e graves ofensivas, a CGTP-IN promete luta e contestação contra a política de direita do Governo:

- Pelo prosseguimento e consolidação da lei de bases da Segurança Social;
- Pela efectivação do direito à contratação colectiva em todos os sectores e empresas, incluindo na Administração Pública;
- Pelo crescimento real dos salários no sector privado e Administração Pública, fixando o salário mínimo nos 364,12 euros (73 contos);
- Pela valorização do trabalho;
- Contra a sobreexploração dos imigrantes;
- Pela passagem a efectivos dos trabalhadores ilegalmente contratados a termo, combatendo as rescisões forçadas dos contratos;
- Pelo cumprimento das regras de segurança, preven-



A falta de vontade do Governo para tomar as medidas fiscais necessárias foi contestada pelo plenário

nindo os acidentes de trabalho e doenças profissionais;

● Pelos direitos dos milhares de trabalhadores que se encontram com salários em

atraso ou atingidos por processos de falência ou encerramento das empresas;

● Pela defesa dos postos de trabalho na Administração

Pública, defendendo o vínculo ao Estado;

● Por um melhor serviço público de saúde e educação.

## CGTP inaugura exposição sobre acidentes de trabalho Crimes sem castigo

Inicia-se hoje a campanha da CGTP destinada a denunciar a situação dos acidentes de trabalho em Portugal. A campanha arranca com a inauguração de uma exposição subordinada ao tema, a ter lugar na Praça da Figueira, em Lisboa, entre as 13 e as 17 horas. Simultaneamente, serão distribuídos comunicados à população e decorrerá um debate com diversos dirigentes e delegados sindicais de vários sectores que exporão diversas situações vividas em várias empresas.

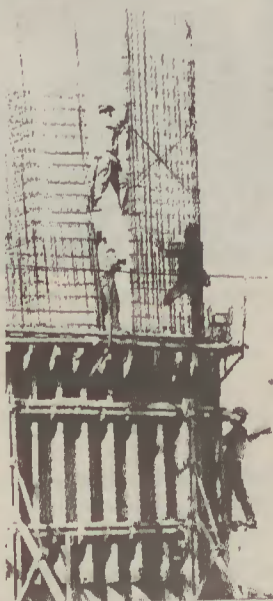
Portugal é o país da União Europeia com maior taxa de acidentes de trabalho, que sofreu de um acréscimo nos últimos anos. Em 2001, a média foi de mil acidentes por dia de trabalho, e morreram, no local do acidente, cerca de 280 trabalhadores.

Para a CGTP, os acidentes de trabalho «são crimes que ficam sem castigo», pois na sua maioria são fruto de situações que poderiam ser evitadas, caso fossem cumpridas as regras de segurança. Até porque «não é por falta de

legislação sobre prevenção dos riscos profissionais e protecção da saúde no trabalho que o quadro dos acidentes de trabalho e acidentes profissionais é tão negro em Portugal». Esta situação deve-se, por outro lado, à falta de cumprimento das normas, à ausência de uma cultura de prevenção

por parte da entidade patronal, à insuficiência de fiscalização e à imposição de ritmos acelerados de trabalho, sobretudo precário e ilegal. A CGTP responsabiliza o patronato em primeiro lugar e, em segundo, a IGT.

Para a central, o processo de promoção e melhoria da segurança e saúde no trabalho tem sido conduzido de forma demasiado tolerante, «com o pretexto de que as empresas precisam de tempo para se adaptar às novas exigências e adquirir uma cultura de prevenção». Quantos mais terão de morrer «para que se tomem verdadeiras medidas»? questiona a Intersindical.



## Era líder de mercado há menos de um ano Electroliber pode fechar

A Electroliber era, até há um ano, líder no mercado da distribuição de revistas. A partir do momento em que foi comprada pela H-Form passou a acumular dívidas a clientes e fornecedores, para não falar dos salários dos trabalhadores, em atraso desde Março. Por pagar, desde Novembro de 2001, estão também as contribuições para a Segurança Social, o IRS e o IVA. Os valores correspondentes a descontos e impostos, referentes aos trabalhadores, foram-lhes descontados mas não entregues ao Estado. Tudo isto aconteceu apesar da empresa ter fac-

turado, em 2001, 50 milhões de euros.

Tudo isto é denunciado num abaixo-assinado – a ser entregue aos órgãos de soberania, partidos, centrais sindicais e instituições relacionadas com o ramo livreiro – dos trabalhadores da distribuidora, que temem agora pelos seus postos de trabalho, baseando-se na situação que vivem outras empresas recentemente adquiridas pela mesma H-Form e na situação da própria empresa, que perdeu todos os clientes e os carros de distribuição. Segundo afirmam os próprios trabalhadores, a situação é pouco clara, pois não se compre-

de como é que este grupo, com apenas cinco funcionários e várias empresas falidas, continua a adquirir empresas.

Os trabalhadores estão apreensivos e acusam a administração de os estar a forçar a rescindir os contratos, de modo a que saiam sem quaisquer contrapartidas.

No passado dia 9, eleitos e dirigentes do PCP de Loures encontraram-se com uma delegação de trabalhadores da empresa tendo-lhes dirigido palavras de apoio e solidariedade e manifestado o compromisso de tudo fazer no sentido da resolução do problema.

## Greve de volta à Petrogal

Os trabalhadores da Petrogal convocaram uma greve de 48 horas para os próximos dias 23 e 24 de Maio. Esta decisão, tomada depois de realizados plenários nos vários estabelecimentos da empresa, foi já apresentada ao Governo e à Administração da GalpEnergia, através de um pré-aviso de greve.

A Fequimetal, federação sindical do sector filiada na CGTP, exige que o Governo defina «uma política séria e responsável para este sector de actividade, no quadro da manutenção do controlo exercido pelo Estado na Petrogal»

e quer ver nomeada uma nova administração que dê garantias de competência profissional e de promover uma política de diálogo na empresa. Além disto, os trabalhadores querem ver defendidos os seus postos de trabalho e a estabilidade dos seus vínculos e direitos, além da própria empresa.

Em causa está também o regresso às negociações, para resolver questões pendentes – progressões, equidade salarial, etc. – e assegurar o fim das discriminações salariais, a concretização urgente dos investimen-

tos necessários e o fim imediato do desmantelamento de áreas e sectores.

Para alertar para estes problemas, e porque o actual ministro da Economia «demonstra um total desconhecimento da realidade deste sector», uma delegação de dirigentes sindicais deslocou-se hoje ao Ministério da Economia, onde decorrerá a assembleia geral de accionistas, para «oferecer simbolicamente ao senhor ministro uns binóculos para ver melhor os resultados da destruição operada na empresa pela actual administração».



Negociatas para favorecer estações privadas, realizadas por PSD e PS, estão na base da actual situação financeira da RTP

## Governar para os privados

**Os trabalhadores do sector público de comunicação social prometem recorrer a todas as formas de luta que acharem adequadas para defender um serviço público de qualidade**

Os sindicatos e as comissões de trabalhadores da RTP e RDP, em conferência de imprensa conjunta, realizada no passado dia 9, revelaram as responsabilidades do governo PSD/Cavaco Silva na actual situação financeira da estação pública de televisão, com um défice de 190 milhões de contos.

Recordando que, até 1991, a situação financeira da empresa estava equilibrada, os trabalhadores apontam a extinção da taxa de televisão, sem quaisquer contrapartidas para a RTP, como a primeira das medidas lesivas para a estação e o início dos seus problemas de tesouraria. O valor da cobrança da taxa era, à data, de 6 milhões de contos por ano, o que em valores actuais rondaria os 80 milhões.

Por decisão do mesmo governo, a RTP viu, no ano seguinte, ser-lhe retirada a rede de emissão e feixes hertzianos para ser entregue a uma nova empresa, a TDP – criada, segundo o comunicado conjunto dos sindicatos e CT's, «para servir um operador privado, a SIC». Com a retirada desta rede, que representava uma despesa anual de 900 mil contos, a RTP passou a pagar à PT – que entretanto absorveu a TDP – três vezes mais, cerca de 3 milhões de contos por ano, por um serviço que antes lhe pertencia. Coube ainda à estação pública suportar todas as despesas da nova empresa desde o momento da sua criação até à sua integração na Portugal Telecom.

Paralelamente a estas medidas, os representantes dos trabalhadores identificam outras que «gradualmente ajudaram a agravar o défice da RTP»: a entrega de produções de programas a produtoras externas como a NBP, CCA ou MMM, em detrimento da produção interna; a entrega de trabalhos de informação a equipas externas – «o que provocou um desaproveitamento da força de trabalho da RTP da ordem dos 40 por cento, como foi apurado numa auditoria interna» – ou a compra «desenfreada de programas,

sem quaisquer critérios, quando apareceu a concorrência».

### A mudança que não chegou

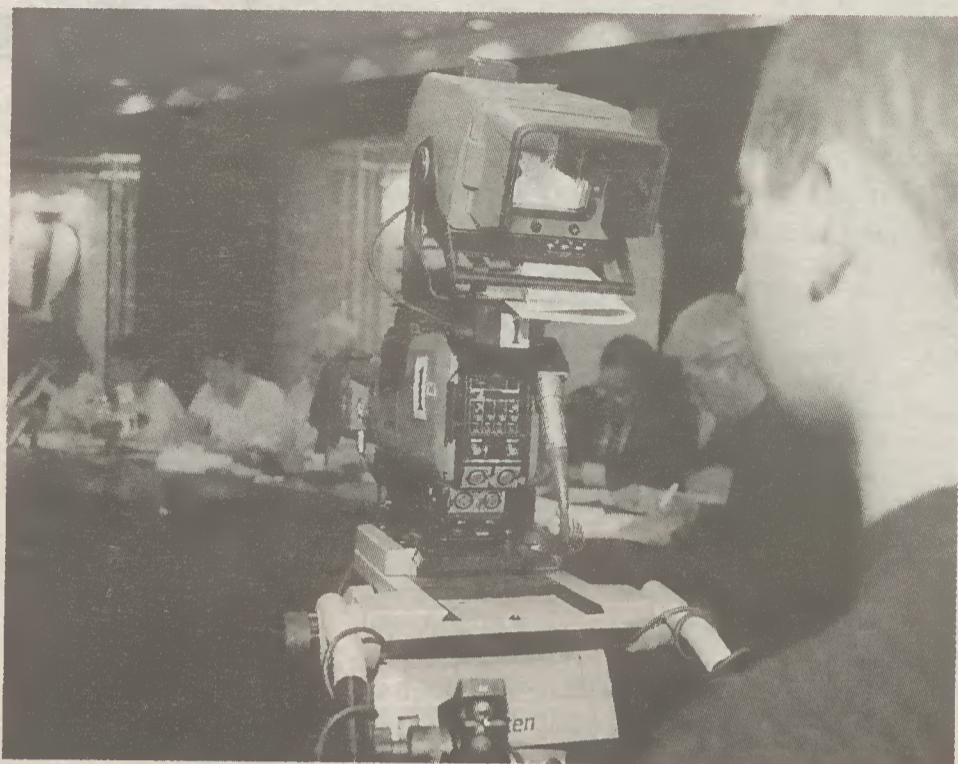
Na mira das críticas dos trabalhadores esteve também o PS, que não só não inverteu a gestão lesiva do governo do PSD como continuou o desaproveitamento dos meios da empresa. Os representantes dos trabalhadores lembraram que ocorreu durante o mandato socialista a extinção da publicidade no Canal 2, «o que correspondeu a uma perda de cerca de 3 milhões de contos de receitas», ao mesmo tempo que era diminuída no Canal 1 para sete minutos e meio por hora, «em benefício dos privados».

Quando a Edipim, «criada à custa da RTP», entrou em declínio, a RTP «adquiriu 49 por cento das respectivas quotas sem no entanto ter tomado qualquer medida para a sua gestão», acusaram os trabalhadores, que atribuíram também ao desmembramento do Centro de Produção de Lisboa, e criação da

Fo&Co e da Portugal Global – esta última criada com o alegado objectivo de «saneamento da empresa» – o acréscimo de custos no orçamento.

A acrescentar a tudo isto, o documento divulgado em conferência de imprensa salienta ainda que as indemnizações compensatórias devidas pelo Estado à RTP, consagradas no contrato de concessão de serviço público, «ficaram sempre aquém do estipulado e nunca chegaram atempadamente, obrigando a RTP a recorrer à banca para o cumprimento das atribuições que o próprio governo lhe imputava», como por exemplo os subsídios para a Fundação do Teatro de São Carlos e para a Fundação do Desporto.

Graças a estas medidas, a RTP paga actualmente de juros à banca cerca de 9 milhões de contos por ano.



O futuro da RTP também passa pela força que os trabalhadores tiverem para se opor ao desmembramento da empresa

## «Com um só canal é impossível»

A intensificação da luta dos trabalhadores da RTP teve expressão na concentração realizada, no passado dia 9, a seguir ao plenário que se sucedeu à conferência de imprensa conjunta de sindicatos e comissões de trabalhadores do sector. Empunhando cartazes improvisados, os trabalhadores protestavam contra as medidas propostas pelo ministro da tutela, Nuno Morais Sarmiento, consideradas pelos manifestantes como a «crónica de uma morte anunciada».

Henriqueta Sabino, da CT, afirmou que os trabalhadores estão dispostos a lutar de todas as formas que considerem necessárias na defesa da integridade da RTP, dos seus postos de trabalho e «da existência de um serviço público correcto». A representante dos trabalhadores considerou ser tecnicamente impossível, ao contrário do que o Governo pretende fazer crer, «manter num único canal o serviço público de matriz do

Canal 2 com o canal generalista». O possível encerramento de um dos canais da RTP foi considerado pelos trabalhadores como «uma forma de beneficiar mais uma vez os privados», não só portugueses mas também brasileiros e colombianos.

Quanto aos números da RTP, a representante dos trabalhadores desmentiu os números avançados pelo ministro que apontavam para gastos na ordem dos 200 mil contos por dia e afirmou que este governante não fez ainda nenhuma avaliação. Com estes valores, lembrou, a RTP teria um défice de 600 milhões de contos, o que não acontece.

Esta concentração, à qual se seguiu outra no dia seguinte – que contou com a presença de uma delegação do PCP –, ocorre no seguimento de diversas reuniões e plenários de trabalhadores realizados por todo o País e que, segundo Henriqueta Sabino, foram os mais concorridos nos últimos vinte anos na RTP.

## PCP contra projectos liquidacionistas

O PCP considera, em comunicado da Comissão Política de 10 de Maio, que as orientações do Governo quanto à RTP e RDP «espelham com toda a clareza o intuito de aplicar um golpe devastador contra o serviço público de televisão e rádio». O pretexto para este golpe é a situação financeira da RTP, para a qual «muito contribuíram decisivamente orientações e decisões aplicadas em 10 anos de governos do PSD, seguidas de uma desastrosa abordagem e calamitosas medidas adoptadas pelo governo do PS ao longo dos últimos seis anos».

O PCP lembra que o caso confirma a «táctica repetidamente antes usada contra outras empresas outrora públicas, ou seja, primeiro degrada-se, arruína-se, desprestigia-se e afunda-se e depois, cinicamente, vem-se

dizer que, face à situação alegadamente insustentável a que se chegou, não há outro remédio senão privatizar ou liquidar».

A manutenção do serviço público de televisão é, para o PCP, «um instrumento indispensável para que um meio de informação de importância decisiva na formação da opinião dos cidadãos e no próprio curso da vida nacional não seja monopolizado apenas por grupos privados» e uma garantia de que o País «não acordará um dia com um panorama televisivo nacional hegemonicamente dominado por grupos e capitais estrangeiros».

O PCP, que se opõe aos projectos liquidacionistas do Governo, promove no próximo dia 21, por intermédio do seu grupo parlamentar, uma audição pública sobre esta matéria.



Uma delegação do PCP, na qual se integrava Carlos Carvalhas, juntou-se aos trabalhadores da RTP na exigência da defesa do serviço público de televisão

## Sem o pretexto do défice

Não é só a RTP a estar na mira do Governo, já que este já anunciou a intenção de privatizar um ou dois canais da RDP, tal como a Agência Lusa. A Comissão de Trabalhadores da estação pública de radiodifusão reagiu e considerou «lamentável que se

levantem suspeitas sobre a gestão da RDP, empresa que tem resultados líquidos positivos desde 1994, que vive sem qualquer subsídio estatal, cumpre o contrato de concessão do serviço público assinado em 1999, que se renovou tecnologicamente ao

melhor nível e que procedeu ao seu emagrecimento sem convulsões internas». Para esta CT, a privatização só pode significar a cedência a interesses que nada têm a ver com os de prestação de um serviço diversificado e rigoroso, com respeito pelas mino-

rias. Ou seja, a privatização de qualquer canal da RDP significa prescindir de «um verdadeiro serviço público de radiodifusão».

«A Agência Lusa desempenha um papel de serviço público essencial ao País a vários níveis», afirmam os

sindicatos e as CT's do sector. Para além do seu insubstituível papel na ligação das comunidades portuguesas no estrangeiro a Portugal, a Lusa revela-se essencial para a sobrevivência de vários jornais – nomeadamente locais e regionais – dado os baixos

preços praticados. A transmissão de notícias do estrangeiro na perspectiva portuguesa, «que frequentemente não é coincidente com a visão das agências internacionais», é uma das principais razões apontadas para a manutenção da Lusa no sector público.





## Uma luta vitoriosa Emigrantes impõem direitos

A história que aqui se conta é um exemplo de exploração de emigrantes. No caso, portugueses em Inglaterra. E de como o conhecimento e a luta pelos direitos pode levar a vitórias significativas.

Em Fevereiro de 2002, dois trabalhadores portugueses, empregados pela Agência Atlanco, a trabalhar numa fábrica de processamento de carnes em Ellesmere, no noroeste da Inglaterra, contactaram a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores Portugueses no Reino Unido, porque se defrontavam com problemas sérios com a empresa.

A Atlanco tem recrutado milhares de trabalhadores em Portugal. Paga as passagens e arranja habitação para o pessoal que emprega. Uma vez a trabalhar, aos imigrantes é-lhes descontado do salário a renda da habitação e um tanto para pagamento das viagens de Portugal para o local de trabalho e residência. Entretanto, os problemas foram-se acumulando. Os portugueses

**Os trabalhadores portugueses passam a ter os mesmos direitos que os britânicos**

assinavam um documento em inglês, que fazia parte do contrato de trabalho, autorizando a Atlanco a reclamar das Finanças o excedente de impostos (avultados) pagos pelos trabalhadores. Os portugueses recém-chegados, que desconheciam o sistema fiscal inglês e não falam a língua inglesa, não sabiam o que assinavam e eram assim roubados do dinheiro a que tinham direito. Por outro lado, os trabalhadores desconheciam que, por lei, se podiam recusar a trabalhar mais que 48 horas semanais. Acresce que, estando a habitação ligada ao emprego, quando o trabalhador é despedido encontra-se automaticamente sem abrigo. Em situações de renovação de contrato, a Atlanco continuava a descontar do salário pagamentos para des-

pesas das viagens de Portugal para Inglaterra, ainda que estas já estivessem pagas.

### Greve espontânea

Em Abril, face à recusa de um trabalhador de renovar o contrato, por não estar de acordo com algumas cláusulas, a empresa decide despedi-lo. Os outros trabalhadores, por solidariedade e para manifestar o seu descontentamento com as condições contratuais, abandonam os seus postos numa greve espontânea. Na sequência desta acção, a Atlanco é forçada a readmitir o trabalhador despedido e a prometer uma revisão do contrato.

Entretanto a Atlanco reconheceu o sindicato que representa os trabalhadores que empregam e irá reproduzir em português os regulamentos laborais, para que os portugueses que recruta saibam os seus direitos. Os trabalhadores portugueses passam a ter os mesmos direitos que os britânicos. A Atlanco passará a informar os trabalhadores a recrutar em Portugal das condições de trabalho.

### Moita

## Presidente renuncia

Na sequência da ampla divulgação da renúncia do presidente da Câmara Municipal da Moita, João José de Almeida, o «Avante!» reproduz aqui a carta pelo mesmo enviada ao presidente da Assembleia Municipal

«Colocado perante problemas familiares de extrema gravidade, que requeriam a minha dedicação absoluta, antecipei abruptamente as minhas férias.

A complexidade da situação acabou por mobilizar todas as minhas forças e capacidades, deixando-me sem outra opção quanto aos passos a dar no futuro imediato.

Acontece que alguns desses passos, embora sejam normais na vida de qualquer cidadão e não ofendam a ética ou a lei, poderão, no entanto, ser difíceis de compatibilizar com a minha própria exigência de liberdade e sentimento de transparência

no exercício do cargo de presidente da Câmara, pelo que apenas me fica uma alternativa: renunciar.

Sabem todos, certamente, que na política e mesmo no mais exigente serviço em prol das populações ninguém é insubstituível. Mas na família é.

Por isso e porque nunca soube estar em nenhuma função a não ser a tempo inteiro e em dedicação plena, decidi optar pela responsabilidade em que me considero insubstituível, o apoio à minha família.

Julgo que acreditam em mim ao dizer-vos que é com profundo desgosto que comunico à Câmara e, através dela, a todos os munícipes, a minha renúncia ao cargo de presidente, com efeitos a partir do termo das minhas férias, mais precisamente a partir do próximo dia 21.

Foi, naturalmente, uma decisão dolorosa, porque

never me senti tão realizado na vida, nem mesmo como cidadão, mas é uma decisão irreversível. E é, ainda, uma decisão mais dolorosa, porque já começaram os rumores venenosos e até as infâmias de quem só tem essa arma anónima para a luta política. O que me tranquiliza é a certeza de que o veneno, quando encontra mãos limpas, volta sempre à garganta de quem o vomitou.

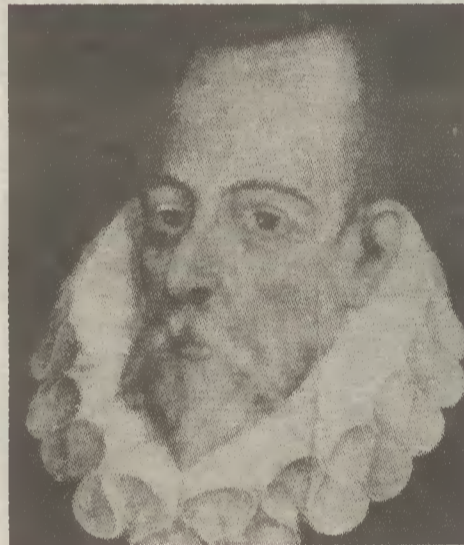
Assim, só tenho de pedir desculpa aos eleitores que depositaram em mim a sua confiança e agora me vêem cessar funções logo no início do mandato, mas até esses compreenderão que há momentos na vida em que não pode haver hesitações, tanto mais que me apresentei à escolha popular numa lista que tem todas as condições para continuar o trabalho iniciado com a mesma qualidade e com a mesma determinação.»

# Utopia - loucura ou razão?

• José Brinquete

Na última semana, um grupo internacional, ao que julgo de escritores, elegeu como melhor livro do planeta «O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha» de Miguel de Cervantes e Saavedra. D. Quixote, como é mais conhecido, é a história de um fidalgo e do seu escudeiro, Sancho Pança, que decide tornar-se cavaleiro andante numa luta para endireitar os males do mundo. D. Quixote (o idealista) e Sancho (o pragmático) são como dois irmãos gémeos, que na diferença se completam.

Para alguns analistas, o escritor tinha um programa político, social, cívico e ideológico (de que são exemplos os discursos da pastora, que proclama a liberdade de amar ou o de D. Quixote aos cabreiros, em que defende a igualdade, a fraternidade, a abolição da propriedade privada). Uma das imagens mais marcantes que me ficaram desta obra foi, sem dúvida, aquele momento em que ao anoitecer o escudeiro pergunta ao fidalgo, sentados numa praça – como será a sua amada? D. Quixote



«perde-se» pela noite fora falando de Dulcineia, mulher bela, sensível e inteligente. D. Quixote não conhecia efectivamente Dulcineia, mas tinha a certeza que a pessoa que tanto amava só podia ser um ser extraordinário, muito perto da Utopia. A conversa longa e fascinante, só termina ao alvorecer e deixa o escudeiro confuso, embora ainda mais solidário com aquela vontade indómita do fidalgo em procurar o seu grande amor.

A anormal beleza deste diálogo e o facto de ser numa praça faz com que sempre que visito uma cidade espanhola e a sua Plaza Mayor, me venha à memória o romance «D. Quixote».

Há também o célebre episódio em que o discípulo pergunta ao mestre o que é a Utopia. Ao que o mestre lhe responde – estás a ver ao longe o horizonte? Então a Utopia é o que está para além da linha do horizonte!

O discípulo, não ficando totalmente satisfeito, manifesta ao mestre interesse em conhecer a utopia. No dia seguinte o mestre dispôs-se a dar início à caminhada até ao horizonte, que *daquela local* podiam observar. E, assim foi durante três

dias caminharam, caminharam, sem que o discípulo questionasse o mestre.

Ao terceiro dia, o discípulo já um pouco cansado volta-se para o mestre e questiona-o – então mestre, quando chegamos para conhecer a Utopia? Nessa altura o mestre sentiu necessidade de lhe dar mais algumas explicações e resolveu subir ao relevo mais alto, que se encontrava ali ao lado e virando-se para o seu discípulo disse-lhe – fizemos já muito caminho mas se observares a linha do horizonte continua um pouco distante. Não te esqueças que a Utopia está depois de ultrapassares essa linha, está para além do que o teu olhar pode observar neste *preciso* momento! Se quiseres chegar lá e quiseres conhecer e viver a Utopia, só tens uma alternativa que é continuar o caminho.

E o mestre, continuando a falar com o seu discípulo, disse-lhe – duma coisa podes ter a certeza, se quiseres voltar para trás, desistir, ou resignar ao caminho que decidiste livremente percorrer, então não terás a oportunidade de conhecer a Utopia, porque voltar para trás, desistir ou resignar é bem pior que morrer. Para ilustrar e falar, ainda que de forma linear, da utopia, escolhi propositadamente estas duas histórias, uma de prova de amor, outra de prova de sabedoria. Falar da Utopia é falar do sonho milenar dos humanos, provavelmente o desafio mais importante que lhes foi colocado, a partir do momento em que historicamente evoluíram para seres racionais.

Apetece-me falar destas coisas, sobretudo numa altura em que os partidos do sistema (PSD/PP e PS) nos tentam criar um Padrão Nacional de Pensamento (PNP), muito ao jeito, para não dizer à semelhança, do sonho dos ideólogos do Estado Novo, quando criaram a Acção Nacional Popular.

Por favor, não nos venham impingir, sistematicamente, a estafada cassete do pensamento único, do fim da luta de classes, do colapso do comunismo e do fim do socialismo.

A todos os que, com os instrumentos da razão, acreditam na Utopia, só lhes resta a alternativa de continuar o caminho e com sabedoria saber ultrapassar os obstáculos e vencer as dificuldades, que sempre existiram e continuarão a existir no futuro. Se quiseres conhecer o que está para além do horizonte, muito para além do que o teu olhar pode observar, então não poderás desistir, terás de continuar o caminho. Estas foram as palavras do mestre.

Finalmente, recordo Friedrich Engels, que na sua obra «Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico» escreve a certa altura um texto que me tem marcado pela vida fora e que é o seguinte: «... os dois pólos de *uma antítese, o positivo e o negativo, são tão inseparáveis como opostos um do outro, e apesar de todo o seu antagonismo penetram-se reciprocamente...*».



# Vencer a anestesia

• Lino de Carvalho

Os primeiros trinta dias de Governo do PSD/PP foram marcados pela clarificação das principais linhas de acção da nova maioria com o anúncio de medidas centradas no ataque às políticas públicas, a direitos sociais e à actual configuração do sistema político: a revogação da Lei de Bases da Segurança Social com a introdução de conceitos e medidas que levariam à substituição de um sistema público, solidário e universal por uma Segurança Social a duas velocidades, com o privilégio aos fundos de pensões privados e com uma gravíssima penalização das novas gerações de trabalhadores; as alterações a introduzir na legislação do contrato individual de

desequilíbrio das estruturas económicas a favor dos grandes interesses privados e especulativos, da financeirização do País, de uma economia rentista e não produtiva com um novo impulso ao empresariado mais retrógrado em matéria de investimento e de direitos laborais e com consequências na mais que previsível diminuição dos rendimentos do trabalho na distribuição do rendimento nacional, de que as medidas tomadas em matéria de sistema fiscal com a revogação do princípio da tributação dos ganhos em bolsa (e digo do princípio porque o PS já o tinha congelado); a aposta na tributação indirecta, com o exemplo do aumento do IVA; a ausência de medidas no combate à fraude e evasão fiscal, são

os primeiros exemplos; uma reforma do sistema político (com a participação activa do Partido Socialista) direccionada para a institucionalização de um sistema de forte tendência bipartidária, com a menorização das forças e partidos que não se compaginam com os princípios e objectivos do sistema dominante; uma nova revisão constitucional, a partir de Outubro, que tenderá (com a complacência do PS) a prosseguir e aprofundar o processo de desvalorização e descaracterização da Constituição de Abril. Todas estas medidas, entre outras, materializam claramente

um processo que, a concretizar-se, configura um claro retrocesso e subversão dos principais conteúdos do regime democrático tal como, no essencial, o conhecemos e vivemos. O Governo da direita optou, claramente, pelo anúncio, desde já, destas medidas de política, beneficiando do efeito surpresa por ter assumido funções recentemente e, sobretudo, beneficiando de um quadro geral de anestesia em que ainda estão mergulhadas uma parte significativa da opinião pública e das forças sociais, fortemente alimentado pela dramatização da situação do País herdada do Partido Socialista. Nesta situação, é absolutamente necessário alertar o País, com todo o vigor, para o processo que já está em marcha, incrementar a iniciativa dos movimentos sindical e social, envolver num processo de diálogo, debate, convergência e acção comum as mais diversificadas forças de esquerda. Esta é também uma oportunidade para o PCP se assumir como uma força dinâmica, na mobilização de forças e na organização da luta em defesa de legítimos interesses e direitos afectados, contribuindo para a recuperação da sua influência social. Esta é a prioridade das prioridades, para a qual todos somos necessários, sendo bom que ninguém se distraia sob pena de outros ocuparem o nosso espaço e a História nos pedir responsabilidades.

trabalho e da contratação colectiva orientadas principalmente para a subversão do direito a um horário de trabalho certo e previsível, na facilitação dos processos de mobilidade e despedimento dos trabalhadores e no acentuar de formas de precariedade das relações laborais; o desmantelamento ou, no mínimo, amputação profunda do serviço público de televisão e rádio com a confusão deliberada entre uma concepção integrada de serviço público, que só pode ser realizada no quadro de dois canais públicos, e actividades pontuais contratadas com canais privados; a aceleração do processo de desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde com o privilégio à propriedade e gestão privadas da prestação de cuidados de saúde; concepções profundamente conservadoras a propósito da família e dos direitos das mulheres, de que é expressão gritante a entrevista do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Bagão Félix, ao jornal *Público* com a defesa da penalização para as mulheres que interrompem a gravidez através de uma espécie de serviço cívico como meio de as obrigar a "expiar" os seus actos; apelos, por Paulo Portas, na reunião do Conselho Nacional do CDS/PP, a políticas restritivas e repressivas em matéria de imigração; agravamento do processo de



Governo revoga tributação das mais-valias obtidas em bolsa

# Servir interesses especulativos

A tributação das mais-valias em bolsa voltou ao Parlamento. Dirimidas foram duas posições antagónicas: a sua reposição, por proposta do PCP; a revogação pura e simples, defendida pelo Governo. Venceu esta última, num debate em que o PS se ficou pelas meias-tintas.

A posição pouco clara e a visível incomodidade da bancada socialista nesta matéria foram, aliás, dois aspectos que marcaram o debate, pese embora os apelos à clarificação provenientes de todos os quadrantes. Por responder a pergunta se o PS defendia ou não a revogação da tributação das mais-valias. O que é facto é que acabou por votar contra o projecto de lei do PCP (cinco deputados abstiveram-se), juntando assim os seus votos aos da direita. Ainda por cima com argumentos que não colheram de todo junto da bancada comunista, levando-a, pela voz de Lino de Carvalho, a considerar «incompreensível a desculpa do PS». «Se havia dificuldades técnicas para tributar as mais-valias bolsistas, o Governo do PS teve muito tempo para as resolver após a aprovação da reforma fiscal», observou o parlamentar comunista.

Em defesa da proposta do Governo interveio o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Vasco Valdez. Que a justificou com a necessidade «dar um estímulo» à «apetência dos investidores» e ao mercado de capitais, para

que as empresas possam ter «maior capitalização».

A estes argumentos opôs-se veementemente, bancada comunista, para quem a revogação da tributação das mais-valias constitui uma medida «gritantemente iníqua e financeiramente incorrecta».

Lino de Carvalho afirmou mesmo ser «chocante e eticamente reproável que o Governo penalize quem trabalha e os jovens que querem comprar casa», vindo dizer, simultaneamente, que «aqueles que jogam na bolsa não têm nada que pagar».

Em sua opinião, a revogação da tributação sobre as mais-valias dos negócios especulativos na bolsa, para além de socialmente injusta, também «não faz sentido fiscalmente», já que vai aumentar o «índice de fuga ao fisco». «O próprio Governo promove um processo de evasão fiscal» quando «o rendimento do trabalho e das actividades produtivas é tributado e a actividade especulativa não é tributada», sustentou.

E não faz igualmente sentido o argumento de que a tributação das mais-valias afecta a economia, como invoca o

PSD, quando é certo que «os índices bolsistas continuam a cair», mesmo depois de o PS ter recuado e decidir suspender essa tributação.

Por isso a acusação de Lino de Carvalho de que o Governo está ao «serviço dos interesses económicos e especulativos que se movimentam nos mercados de capitais», em prejuízo dos trabalhadores e da economia nacional.

«Por que é que o acréscimo patrimonial, obtido sem esforço e pelos acasos da sorte, não é tributado e o acréscimo de rendimento que resulta do trabalho é tributado?», perguntou Lino de Carvalho, que se interrogou ainda sobre as razões que levam a que Portugal (à excepção da Grécia) seja o único país da União Europeia onde os ganhos das mais-valias têm tão altos benefícios.

A explicação para este estado de coisas deu-a ainda o deputado do PCP ao considerar que o Governo do PSD/PP, na linha do seu antecessor, ao invés de apoiar o investimento produtivo e adoptar uma tributação justa para os rendimentos do trabalho e das pequenas empresas, prefere optar «pelo caminho fácil dos ganhos imediatos, do favorecimento aos ganhos sem custo e sem risco».

E é por isso, concluiu, que «nunca construímos uma economia sustentada, moderna, com elevados índices de produtividade, mas uma economia sempre sujeita aos humores dos negócios financeiros e especulativos».

**BOLSA**  
DE VALORES DE LISBOA



Eis a marca de água da justiça fiscal do Governo: os rendimentos do trabalho são altamente tributados em IRS; os ganhos obtidos em Bolsa estão isentos

## Escola Mourão-Ferreira

Ainda por explicar estão as razões e critérios que sustentam a proposta de extinção da Escola David Mourão-Ferreira, decisão que suscitou a firme oposição de alunos, professores, encarregados de educação e autarcas da Assembleia e Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia da Encarnação. E que justificou já um pedido de esclarecimento ao Governo por parte da

deputada comunista Luísa Mesquita, que também quer saber os motivos que estiveram na base da decisão de extinguir este estabelecimento de ensino.

Trata-se de uma infra-estrutura criada há cinco anos, a partir do antigo auditório da Caixa Geral de Depósitos no Calhariz, reunindo condições consideradas adequadas à sua comunidade educativa, actu-

almente constituída por 109 alunos do ensino diurno e 350 do ensino nocturno.

Reconhecendo que o reordenamento da rede escolar do ensino básico e secundário constitui «uma necessidade», Luísa Mesquita faz notar, todavia, que esta não pode deixar de ser «aferida de forma articulada com os diferentes parceiros, na procura das melhores soluções».



## Região duriense

A bancada comunista solicitou a presença do ministro da Agricultura no Parlamento para prestar esclarecimentos sobre a Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro. Em causa está a prevista extinção desta entidade, anunciada na proposta de lei de alteração ao Orçamento do Estado para 2002, que o Governo veio posteriormente a rectificar para reestruturação. Para o deputado Lino de Carvalho, que requereu a audição em carta ao presidente da Comissão de Agricultura e Pescas, se a proposta original gerou «perplexidade», a rectificação do alegado lapso «não provoca menos interrogações» sobre o sentido da reestruturação e das ideias do Governo quanto ao «futuro da arquitectura institucional da região duriense».

## Congresso das Freguesias

Uma delegação da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) entregou, na passada semana, ao grupo parlamentar do PCP um *dossier* com as conclusões do seu último congresso. Nelas se inscreve, entre outras reivindicações, mais competências para estas autarquias. No congresso da ANAFRE, que decorreu em Lisboa a 20 e 21 de Abril, foram aprovadas por unanimidade as Linhas Gerais de Actuação da Associação, documento que define as prioridades para os próximos quatro anos. De acordo com o texto aprovado, «a alteração da Lei 159/99, definindo mais competências para as freguesias acompanhadas dos adequados meios financeiros», é uma das medidas que os presidentes das Juntas de Freguesia de todo o país reclamam. Mais competências em áreas como a educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, tempos livres e desporto, acção social e promoção e desenvolvimento são aspirações dos presidentes das Juntas de Freguesia.

## Mensagem de Sampaio

O Presidente da República, Jorge Sampaio, enviou na semana transacta uma mensagem ao Parlamento na qual sugere a reflexão e pronta tomada de posição dos deputados sobre a segurança do processo de decisão e aprovação parlamentar. No texto, que fez acompanhar de pareceres jurídicos por si solicitados sobre o tema, o chefe de Estado justifica esta sua iniciativa — numa alusão directa à polémica ocorrida o ano passado, na Assembleia da República, em torno do número de deputados presentes no momento da votação da Lei de Programação Militar — com «acontecimentos verificados na última legislatura» que vieram introduzir «algumas notas de perturbação e suscitaram algumas incertezas que importa ver dissipadas no estrito interesse do bom funcionamento e da imagem do Estado Democrático, assim como da dignificação e prestígio da instituição parlamentar».

Contra o encerramento de empresas e o desemprego

# Disciplinar o investimento travar a deslocalização

O encerramento e falência de empresas, relacionado em muitos casos com processos de deslocalização, continua a verificar-se a um ritmo preocupante. Para o PCP, que recolocou o problema na ordem do dia, urge disciplinar o investimento directo estrangeiro em Portugal.

O problema, como é sabido, não é novo. Para ele, aliás, já em várias ocasiões o PCP tratou não só de chamar a atenção como chegou mesmo a apresentar propostas concretas no sentido de contribuir para a sua superação.

E uma delas foi a apresentação em 1999 de um projecto de resolução da sua autoria que veio a ser aprovado pelo Parlamento e que teve a particularidade de ter recebido na altura também os votos favoráveis do PSD e do PP.

Nesse documento, entre outras medidas, a Assembleia da República pronunciava-se pela necessidade de o Governo suscitar nas instâncias internacionais o debate e a adopção de medidas visando disciplinar o investimento directo estrangeiro e os processos de deslocalização de empresas.

Infelizmente, o alastramento do fenómeno, afectando os mais variados sectores de actividade, mostra que o conteúdo dessa Resolução mantém plena actualidade. E foi isto mesmo que o deputado comunista Jerónimo de Sousa, na passada semana, foi dizer ao plenário da Assembleia da República. Concretizar a Resolução é hoje uma necessidade imposta por razões não só de actualidade mas também de urgência, afirmou o parlamentar do PCP.

Trata-se, no fundo, de adotar regras que «disciplinem e tornem mais transparente o investimento directo estran-

geiro, que travem os processos de deslocalização, que assemelhem aos trabalhadores e aos

países ou regiões atingidas as necessárias compensações, que apoiem as pequenas e médias empresas subcontratadas» que são vítimas destes «"beduínos" da época da exploração moder-

na», como lhes chamou Jerónimo de Sousa.

Grandes transnacionais cuja prática, lembrou, tem sido a de transferir unidades de produção de um país para outro, com o «objectivo insa-



A deslocalização de empresas deixa um rasto de desemprego e de dificuldades económicas e sociais

ciável de maximalizarem os seus lucros, quase só alicerçados na drástica redução dos custos da força de trabalho e dos custos ambientais».

Num contexto de globalização das relações económicas, em que imperam as opções neoliberais, acresce ainda o facto de essas grandes em-

presas terem até agora desenvolvido as operações de deslocalização na mais completa liberdade, ou seja, com total impunidade.

«Sentem-se imunes e impuníveis perante o rasto de desemprego entre trabalhadores, de tremendas dificuldades para empresas subcontratadas e do acentuar das assimetrias regionais», sublinhou Jerónimo de Sousa.

Que considerou igualmente grave que tudo isto aconteça depois de estas empresas terem usufruído de importantes ajudas financeiras e benefícios, apoios e isenções nos países ou municípios onde se instalam.

No caso do nosso país, que tem vindo a «sofrer um prolongado e doloroso processo de desvalorização e desactivação do seu aparelho produtivo e de substituição da produção», a evolução do fenómeno está a atingir um número crescente de sectores de actividade, como sejam, entre outras, as indústrias eléctricas, automóvel, têxtil, calçado e alimentar.

## Em defesa do interesse nacional

A empresa têxtil Eres, no Fundão, a par de uma multinacional sediada em Palmela são os mais recentes casos de uma longa lista de encerramentos e falências que vieram enfraquecer ainda mais o nosso já débil aparelho produtivo, deixando atrás de si um rasto de desemprego e de outras dificuldades económicas e sociais.

Obstar a esta situação foi o objectivo que levou o PCP a apresentar em 1999 um documento que viria ainda nesse ano a ser aprovado pelo Parlamento sob a forma de Resolução.

Para além de instar o Governo a suscitar nas instâncias internacionais o debate e a adopção de medidas com vista a disciplinar o investimento directo estrangeiro e os processos de deslocalização de empresas, a Resolução preconiza que seja feita a «revelação pública dos contratos e ajudas outorgadas em caso de deslocalização».

O texto defende ainda que o Governo con-

sidere a alteração da «legislação sobre indemnizações por despedimentos, aumentando os valores a pagar aos trabalhadores que perdem o seu emprego nestas situações, aumentando o período com direito ao subsídio de desemprego», bem como a produção de «legislação sobre compensações ao sistema da Segurança Social no caso do pagamento de reformas antecipadas».

A concretização de um programa público de apoio às autarquias de municípios atingidos pelos prejuízos decorrentes de deslocalização bem como às pequenas e médias empresas subcontratadas de transnacionais que se deslocalizam, constitui outra das medidas previstas no documento, que aponta, por outro lado, a necessidade de as «empresas que se deslocalizem em violação de acordos e contratos estabelecidos» serem obrigadas a reembolsar as ajudas públicas outorgadas e indemnizarem os países e municípios onde se verifiquem tais processos.

## Paz para a Palestina

A guerra não é solução; só o regresso ao diálogo pode abrir caminho para a paz e a segurança de palestinos e israelitas. Esta é a ideia central que fica do debate parlamentar suscitado pelo PCP sobre a situação no Médio Oriente.

Uma ideia em torno da qual se pronunciaram todas as bancadas parlamentares, incluindo a do Governo, num largo consenso, que muito contribuiu para que o debate se tenha saldado muito positivamente para a causa palestiniana.

Esta é também a opinião do deputado comunista António Filipe, nele interveniente, em nome do PCP, para quem resultou claro ter havido uma «condenação clara» das atitudes seguidas por Israel neste processo de brutal agressão ao povo palestiniano.

Um comportamento que representa a «mais grave escalada de violência contra o povo palestino dos últimos vinte anos», no entender de António Filipe, que referiu trazer tais acontecimentos à nossa memória «as imagens mais trágicas da História recente da Humanidade».

E foi fértil em pormenores a extensa intervenção do deputado do PCP para demonstrar que no chamado conflito israelo-palestiniano não há uma «equiparação de responsabilidades entre as duas partes». O que há na Palestina, enfatizou, é «uma potência ocupante» e um «povo que vive sob essa ocupação», «um povo que luta pelo cumprimento das Resoluções das Nações Unidas que lhe reconhecem o direito a viver livremente no seu pró-

prio Estado», «há um povo sem exército e há uma potência ocupante detentora de uma das mais poderosas e sofisticadas máquinas de guerra do mundo», «há um povo que permanece prisioneiro na sua própria terra», «há um povo esbulhado do seu território e sujeito a um regime de *apartheid*, através da construção ilegal de colonatos ligados entre si e habitados por milícias armadas».

Há tudo isto e há também — foi ainda António Filipe a lembrá-lo — os «actos de barbárie à solta» levados a cabo por um Estado — Israel — que «não respeita nenhuma das Resoluções do Conselho de Segurança relativas à Palestina», «não respeita nenhum dos apelos feitos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas», que «chegou ao ponto

de proibir o acesso de uma Comissão de Inquérito da ONU ao campo de refugiados de Jenin».

E que, na sua «arrogância sem precedentes», conforme sublinhou o parlamentar comunista, goza de «um estatuto de absoluta e excepcional impunidade», só possível devido ao apoio político, económico e militar dos Estados Unidos da América.

E porque em todo este processo «não são apenas os direitos dos palestinianos que são espezinhados» mas também o «Direito Internacional e o próprio prestígio das Nações Unidas», António Filipe condenou com firmeza o comportamento quer de Israel quer dos EUA, crítica que tornou extensiva à União Europeia (embora em menor grau) por esta, sendo o maior

parceiro comercial do Estado israelita, não ter suspenso o Acordo de Associação entre ambos como forma de pressionar uma solução política para o conflito.

Porque este, como foi dito pelo deputado comunista, é o único caminho capaz de repor a paz. Não é a política de guerra, como quer Ariel Sharon, cuja «única obsessão é a expulsão do povo palestiniano».

«A guerra não é solução para nada e não serve a nenhum dos povos da região», frisou António Filipe, antes de deixar uma palavra de solidariedade dos comunistas envolvendo quer os patriotas palestinos quer os cidadãos de Israel que «compreendem que a sua segurança não depende da guerra mas depende da paz».



PCP está contra propostas de privatização da segurança social preconizadas pelo Governo e alerta para o facto das pensões dependerem das oscilações bolsistas

## Jogar as reformas na bolsa

E se a sua reforma dependesse dos valores da Bolsa de Valores? E se a sua reforma fosse jogada nos mercados bolsistas por bancos e seguradoras, que assim veriam os seus lucros a crescer? E se a sua reforma não deixasse de diminuir? É o que acontecerá se for aprovada a privatização da segurança social.

«O sistema público da segurança social é um direito fundamental e uma conquista civilizacional que o Governo quer destruir», denunciou o PCP, na semana passada, numa conferência de imprensa com Fernanda Mateus, da Comissão Política, e Eugénio Rosa, economista e membro da Comissão do PCP para as Questões da Segurança Social.

O PCP recusa o chamado sistema de capitalização e partilha de riscos da segurança social, proposto pelo executivo liderado por Durão Barroso. Isto porque, a ser aplicado, destruiria o princípio de solidariedade em que assenta todo o sistema. Com a introdução de um tecto nas contribuições, uma parte dos descontos dos trabalhadores e das contribuições das empresas para a segurança social deixam de entrar nos cofres do Estado e criam uma quebra de receitas imediata.

Mas, o mais grave é que se pretende impor aos trabalhadores que partilhem todo

o risco que acarretaria à gestão privada dos dinheiros da segurança social. Com a privatização da gestão de uma parcela importante deste sistema, os fundos de pensões passariam a ser controlados por bancos e seguradoras e não pelo Estado. Assim, as reformas dependeriam do valor atribuído pela bolsa à carteira de títulos adquirida pelos fundos de pensões.

### O Governo tenciona submeter a segurança social à especulação

### Lucros dos bancos aumentam

O que significa a «partilha de riscos», defendida pelo ministro Bagão Felix? Basta dizer que o valor das acções das 21 maiores empresas portuguesas transaccionadas na bolsa (que integram o chamado PSI-20) sofreu nos últimos dois anos uma quebra superior a 40 por cento. Se uma parte dos descontos dos trabalhadores tivesse sido investida em fundos de pensões, os trabalhadores teriam um elevadíssimo pre-

juízo, pois receberiam muito menos do que o capital que entregaram.

«O Governo não pretende nenhuma "partilha"», afirma o PCP. Quem controlaria os fundos de pensões (bancos e seguradoras) não correria qualquer risco, pois garante as suas comissões e não é penalizado por qualquer perda bolsista.

«O que o Governo tenciona fazer é submeter a segurança social aos interesses especulativos», alertam os comunistas, acrescentando que o único objectivo dos bancos e das seguradoras é ampliar a sua participação nos mercados financeiros internacionais e obter mais lucros.

«Para tal, nada melhor do que recorrer aos apetecíveis recursos da segurança social, que movimenta actualmente cerca de três mil milhões de contos. Para cumprir este objectivo, o Governo terá de submeter milhões de trabalhadores portugueses a um futuro incerto e aleatório à mercê das oscilações do mercado bolsista», dizem os comunistas.

O PCP alerta que deverá existir um propósito idêntico em relação aos meios financeiros do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, estimado em 715 milhões de contos e perspectivando-se para 2010 em 2633 milhões de contos.



À espera da reforma. Incerta, ao contrário das contribuições mensais dos trabalhadores, essas sim definidas

## Medidas prioritárias

É indispensável o fortalecimento do sistema público da segurança social que assegure o direito universal à segurança social, defende o PCP. E indica três direcções fundamentais:

- **consolidar a sustentabilidade financeira da segurança social**, com a diversificação das fontes de financiamento e a garantia de que o Estado cumprirá as transferências que lhe competem no financiamento do sistema, bem como a liquidação das dívidas existentes;

- **assegurar uma segurança social para todos**, designadamente com a recusa do plafonamento dos descontos e contribuições e defendendo uma gestão pública cuidadosa e criteriosa do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social;

- **melhorar significativamente as prestações sociais**.

Neste domínio, o PCP defende que é urgente corrigir os valores, actualmente muito baixos e insuficientes, de muitas prestações sociais pagas actualmente pela Segurança Social. O grupo parlamentar comunista já apresentou várias iniciativas legislativas nesse sentido, nomeadamente para o aumento significativo das pensões e das reformas.

Mas o grupo parlamentar do PCP não se fica por aqui e compromete-se a desenvolver outras iniciativas, nomeadamente solicitar ao Governo uma informação completa sobre as dívidas das empresas à segurança social - que actualmente rondam os 500 milhões de contos -, sobre os processos levantados e os número de dívidas prescritas, valores e razões e exigir a cobrança do Estado.

Outra iniciativa prevista passa pela apresentação de uma proposta faseada ao longo de vários anos de pagamento da dívida do Estado à segurança social por não cumprimento da Lei de Bases. De acordo com os cálculos da Comissão do Livro Branco da Segurança Social, essa dívida atinge os dois mil milhões de contos, sem incluir os juros.



Quem controlaria os fundos de pensões (bancos e seguradoras) não correria qualquer risco, só os trabalhadores

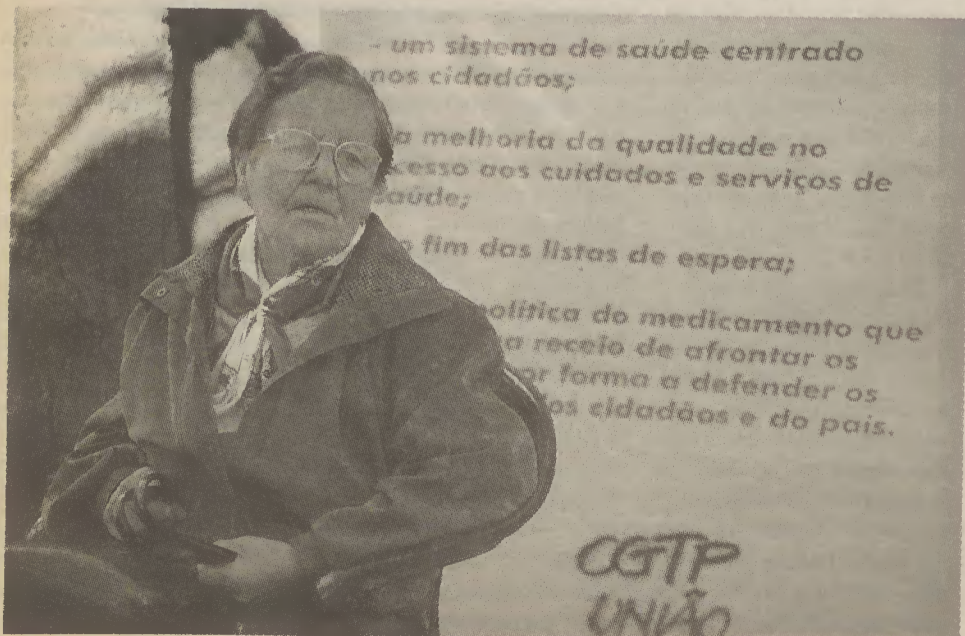
## Rendimento Mínimo é fundamental no combate à pobreza

O ministro Bagão Felix pretende passar a entregar à família dos idosos um cheque em vez de financiar as instituições que intervêm nesta área. Para o PCP, isto significaria, em muitos casos, transferir para as famílias uma parte das despesas que agora são suportadas pela segurança social, pois teriam de pagar a diferença entre o preço fixado por cada instituição e o valor do subsídio entregue à família pelo Estado.

Quanto ao Rendimento Mínimo Garantido, os comunistas asseguram que este constitui uma peça fundamental no combate à pobreza e que, por isso, não pode nem deve

acabar. Prova disso é o facto de Portugal ser referido como o país da União Europeia com a mais elevada taxa de pobreza (mais de 23 por cento da população), num estudo recentemente publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

O PCP defende a incrementação dos mecanismos de inserção na vida activa dos beneficiários do rendimento mínimo e o controlo eficaz, a fim de evitar fraudes. Para isso é necessário reforçar os meios técnicos dos serviços de segurança social e particularmente as comissões locais de acompanhamento.



## Qual seria o valor da sua reforma?

Actualmente, os trabalhadores entregam 11 por cento do seu salário e sabem quanto receberão quando se reformarem, já que a forma de cálculo da sua pensão está definida na lei. Com os fundos de pensões, haveria uma contribuição certa (estando definido o valor que descontam mensalmente), mas o valor das reformas seria indefinido.

As reformas seriam, em grande parte, determinadas pelo valor atribuído pela bolsa aos títulos que constituíssem a carteira do fundo de pensões a quem entregaram o seu

dinheiro. «É a troca do certo pelo incerto», garante o PCP.

Mesmo que venha a ser atribuído o carácter voluntário à introdução desse tecto, estaria da mesma forma a contribuir-se para uma cultura de desresponsabilização, nomeadamente das novas gerações e de enfraquecimento do sistema público de segurança social. Se estas propostas forem aprovadas, os mais penalizados serão os jovens trabalhadores, que agora se encontram no início da sua carreira profissional e contributiva.

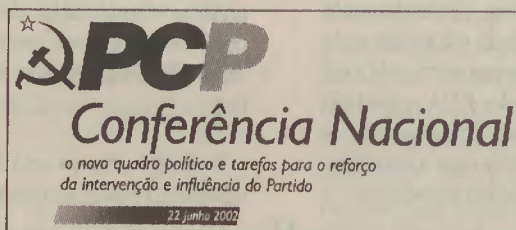


# Projecto Resolução Política

## A submeter a debate em todas as Organizações do Partido

**A**o aprovar o Projecto de Resolução que, a partir de agora, deverá ser sujeito a debate em todas as organizações no processo de preparação da Conferência Nacional, o Comité Central sublinha que este texto tem em vista contribuir para uma progressão e aprofundamento do debate colectivo que permita caminhar no sentido de um apuramento final das conclusões que se julguem mais correctas, adequadas e urgentes no quadro desta Conferência Nacional, do seu tema e dos seus objectivos. O Comité Central sublinha que, tendo esta natureza, o Projecto de Resolução é um texto obviamente aberto a alterações e reformulações que resultem do debate e da ponderação de críticas, sugestões e propostas de emendas que forem expressas ou enviadas pelos militantes do Partido, seja no quadro das reuniões em que participem seja como contribuições individuais.

O Comité Central sublinha que quer o debate deste Projecto quer as opções feitas – naturalmente discutíveis – quanto à sua estrutura e conteúdo em nada condicionam ou limitam a livre expressão de opiniões e pontos de vista por parte dos membros do Partido nas reuniões em que participem ou o leque de temas ou problemas que pretendam ou desejem abordar. Recorda-se ainda que, como é habitual, após a consideração final das propostas e opiniões recebidas sobre o Projecto de Resolução, o Comité Central prestará aos delegados à Conferência Nacional uma informação sobre os trabalhos e propostas da Comissão de Redacção, que incluirá a identificação das propostas mais significativas cujo acolhimento não tenha proposto.



11.5. 2002  
O Comité Central do PCP



# I

## O novo quadro político – perigos, desafios, linhas de acção

1. Os resultados das eleições legislativas de 17 de Março criaram um novo quadro político determinado fundamentalmente pelo termo de seis anos de governação do PS e pela formação de um governo de coligação PSD-CDS/PP dispondo de uma maioria absoluta de deputados na AR.

Embora a vitória eleitoral do PSD não tenha tido uma expressão tão ampla como em 1987 e 1991, a nova situação criada ao nível de Governo e da AR representou uma vez mais, apesar de todos os esforços persistentemente desenvolvidos ao longo de anos pelo PCP contra tal possibilidade ou perspectiva, uma rotação no exercício do poder entre o PS e o PSD. Estes tendo apoiado aspectos essenciais da política do PS, capitalizaram ao mesmo tempo o descontentamento com essa política e uma certa aspiração difusa de «mudança», muito favorecida também pela «dinâmica de vitória» que o PSD chamou a si em exploração política dos seus resultados nas autárquicas de Dezembro de 2001.

É um facto evidente que o êxito eleitoral dos partidos de direita está ligado, de forma indissociável, sem prejuízos de outros factores de desgaste à política de direita levada a cabo pelos governos do PS. Com efeito, mais do que um genuíno processo de adesão popular às propostas da direita, o resultado alcançado pelo PSD e pelo CDS/PP traduz, essencialmente, a capitalização por parte desses partidos, de um amplo descontentamento de uma muito generalizada desilusão por parte de significativos sectores da população. As promessas feitas em 1995 e depois não cumpridas pelo PS, a perspectiva de uma viragem política então apresentada, ao eleitorado, e rejeitada e posteriormente abandonada, pela prática governativa e parlamentar do PS, empurraram esses sectores do eleitorado para a armadilha demagógica e populista dos partidos de direita e foram as grandes responsáveis pela vitória da direita nas eleições de 17 de Março.

2. A formação e entrada em actividade do Governo PSD-CDS/PP representa uma evolução muito negativa na vida política nacional, contra a qual o PCP claramente se bateu na campanha das legislativas, e que se traduzirá seguramente no anunciado propósito constante do Programa do Governo de agravar e acentuar a política de direita, levar mais longe as políticas neoliberais, dar maiores passos no sentido de privatizações nos sistemas públicos de segurança social, saúde e ensino e de outros serviços públicos, pôr em causa importantes componentes do regime democrático-constitucional, aplicar concepções conservadoras em muitas questões sociais e culturais, restringir os direitos dos trabalhadores e aumentar a sua exploração, no quadro global de uma ainda maior subordinação da acção do governo aos interesses e ditames do poder económico.

3. O novo quadro político resultante das eleições legislativas de 17 de Março, e as condições em que o Partido vai ser chamado a intervir e a desenvolver a sua actividade tem que ser considerado no quadro do inquietante agravamento da situação internacional, por preocupantes evoluções das políticas registadas na União Europeia, por preocupantes avanços eleitorais da extrema-direita em alguns países europeus e por uma situação do país marcada pela dificuldades económicas, debilidades estruturais e desigualdades sociais.

Uma situação internacional, instável e perigosa, profundamente marcada pela ofensiva desencadeada na sequência e a pretexto do atentado terrorista de 11 de Setembro, visando impor ao mundo uma nova ordem mundial totalitária, hegemónica pelos EUA, caracterizada por uma correlação de forças no plano mundial desfavorável às forças revolucionárias e progressistas, mas que continua a encontrar na luta dos trabalhadores e dos povos uma combativa resistência.

E uma evolução negativa na União Europeia, onde têm vindo a acentuar-se o prosseguimento das políticas capitalistas neoliberais, as tendências federalistas e as pulsões e decisões militaristas e securitárias que têm encontrado em Portugal o acordo e comprometimento das políticas de sucessivos governos.

4. Este novo quadro político coloca ao PCP, a todas as forças e sectores democráticos e de esquerda e ao movimento social o imperativo desafio e a indeclinável responsabilidade de contribuírem no plano político, social e institucional para um amplo, forte e diversificado processo de resistência e combate aos eixos fundamentais da ofensiva do novo Governo, em defesa de direitos adquiridos e conquistas alcançadas, travando e derrotando políticas, decisões e medidas que, além de agredirem os interesses de vastas camadas da população, engrossariam uma torrente de factos consumados, cuja rectificação, no futuro, poderia ser mais difícil sobretudo no caso de se manterem as orientações até agora prevaletentes do PS.

5. Seria tão perigoso e erróneo dar como certa e duradoura a estabilidade e a solidez da coligação PSD-CDS/PP como criar a expectativa de um rápido aparecimento de conflitos e contradições internas que levam a uma sua próxima desagregação.

Por um lado, o exercício do poder e a oportunidade de promover o avanço de um conjunto de contra-reformas ambicionadas pelo grande capital não deixarão de funcionar como um factor de agregação no campo da direita.

Mas, por outro lado, a desilusão e o descontentamento que a sua política certamente causarão e provocarão e a dimensão do processo social e político de luta e de resistência à política do Governo poderão criar dificuldades à coligação governante e favorecer a manifestação de conflitos e contradições entre o PSD e o CDS/PP.

6. Contrariando posições atentistas, compromissos mais ou menos velados com a política da direita, tacticismos de vistas curtas e as concepções dos que, intimidados pela vitória eleitoral da direita, parecem esquecer os 47% de eleitores que votaram nos partidos que agora são oposição e ignoram as suas aspirações, o PCP salienta a plena legitimidade da resistência e do combate, no exercício dos direitos democráticos consagrados na Constituição, à política do Governo PSD-CDS/PP.

A política concreta que a coligação PSD-CDS/PP se propõe realizar, nalguns casos atestando já um imediato rasgar de promessas e compromissos eleitorais, torna clara uma orientação política com uma profunda marca de classe subordinada aos interesses e aos objectivos dos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e estrangeiros, que atingirá os interesses e as aspirações de largas camadas sociais e das populações.

7. Neste quadro, a par da acção política geral e de uma combativa intervenção nas instituições, assume uma importância decisiva e um papel fundamental a dinamização intensificação e desenvolvimento das lutas de massas e a intervenção das organizações e movimentos sociais – com especial destaque para o movimento sindical unitário –, a sua capacidade de mobilização e agregação em torno da defesa de direitos e interesses ameaçados e da satisfação de justas reivindicações, a sua convergência na reclamação de uma nova política.

8. Muito embora seja de prever que o PS, na oposição, venha a diminuir o grau e a intensidade dos compromissos estabelecidos com



os partidos de direita quando era Governo, é entretanto muito provável que o PSD e o CDS/PP procurem manter o PS prisioneiro das suas anteriores posições em diversas matérias, o que representaria um perigoso e indesejável alargamento da base de apoio político e parlamentar a gravosas decisões e orientações como, por exemplo, a da «contenção salarial», a do introdução dos «tectos contributivos» («plafonamento») na segurança social, a privatização de componentes do Serviço Nacional de Saúde, a alteração das leis eleitorais e outros aspectos da chamada «reforma do sistema político», e ainda opções fundamentais em matéria de evolução da integração europeia e política externa.

Neste âmbito, o PCP não pode deixar de considerar um péssimo prenúncio, até pelas inevitáveis dificuldades que provocaria no seu relacionamento com o PS, a já anunciada convergência entre PS e PSD em torno de aspectos fundamentais da chamada “reforma do sistema político” e, em particular da alteração da lei eleitoral para a AR que visa a criação de círculos uninominais que pressionariam no sentido de uma ainda maior concentração de votos no PSD e no PS.

9. O PCP considera necessário e indispensável que, para fazer face aos sérios desafios e graves ameaças criados pelo regresso da direita ao Governo, se desenvolvam nos mais diversos planos os processos de diálogo, cooperação, acção comum ou convergência entre forças e sectores democráticos de oposição, seja para resistir à ofensiva da política governamental seja para afirmar, sempre que possível, políticas alternativas comuns.

Ao mesmo tempo, e tal como é direito inalienável de todas as outras forças democráticas, o PCP não abdicará nem prescindirá da sua autonomia de análise, juízo e acção, da afirmação diferenciada das suas propostas, valores e projecto, do seu propósito e ambição de, pelo seu papel e intervenção, se constituir em destacado protagonista da aspiração e da exigência de uma política de esquerda, cujos progressos e avanços em termos de consciência social e de opinião dos cidadãos são um factor essencial e determinante para a futura construção de uma alternativa de esquerda.

10. O novo quadro político emergente das últimas eleições legislativas exige do PCP um ainda mais atento e rigoroso acompanhamento, exame e crítica das políticas governamentais e do seu desenvolvimento, uma ainda mais aguda e desperta sensibilidade para os problemas dos cidadãos e do país, uma ainda mais pronta capacidade de iniciativa política e da sua coordenação, uma ainda mais forte intervenção como Partido de luta e de proposta, uma ainda mais melhor articulação e cooperação entre a sua actividade e intervenção parlamentar e os outros planos de intervenção e frentes de trabalho.

11. Considerando os grandes eixos já anunciados da ofensiva da política governamental, e no quadro das desenvolvidas propostas

para uma política de esquerda constantes do Programa Eleitoral que apresentou ao eleitorado, o PCP assume como preocupações centrais da sua intervenção no novo quadro político, nomeadamente:

- o combate decidido e prioritário ao empolamento e dramatização propositadamente praticados pelo Governo PSD-CDS/PP em torno da situação financeira ou orçamental deixada pelo governo do PS e que tem como objectivo essencial fomentar um clima de fatalismo, crise, medo e resignação que facilite o ataque aos salários dos trabalhadores e a imposição de injustos sacrifícios à maioria da população enquanto se reforçam as benesses e privilégios concedidos ao grande capital;

- a luta consequente pela valorização do trabalho por aumentos dignos de salários e de pensões, pelo emprego de qualidade, pela garantia dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, contra a precariedade e pela recusa de gravosos retrocessos na legislação laboral;

- uma empenhada intervenção contra as tentativas de fazer retroceder importantes direitos das mulheres, designadamente no trabalho e na família e no domínio dos direitos sexuais e reprodutivos;

- a activa defesa de conquistas e direitos sociais, e designadamente dos sistemas públicos de segurança social, saúde e ensino, contra uma ofensiva privatizadora que não resolveria, antes agravaria, os sérios problemas existentes em áreas cruciais para a satisfação de necessidades essenciais da população;

- a luta contra alterações de sentido antidemocrático na legislação eleitoral (nomeadamente as referentes às eleições para a AR e para as autarquias), com uma frontal oposição à imposição de executivos municipais partidariamente homogéneos e à criação de círculos uninominais nas eleições legislativas (e à redução do número de deputados) que favoreceriam uma ainda maior concentração de votos no PS e no PSD, bem como a projectos de ingerência estatal na vida dos partidos;

- o enérgico prosseguimento da luta pela justiça fiscal, contra o aumento do IVA (que atinge indiferenciadamente todos os cidadãos) e a anulação da tributação das mais-valias da especulação financeira, por novos desagravamentos da carga fiscal sobre o trabalho;

- a firme oposição aos processos de privatização de empresas e serviços públicos, com especial destaque para os transportes, água e saneamento e para os novos golpes projectados pelo Governo contra o serviço público de televisão e de rádio;

- uma reforçada atenção e uma incisiva exigência da adopção de políticas e medidas de efectivo combate à pobreza, à marginalização e exclusão sociais, e de integração social das comunidades imigrantes como é essencial tanto para a defesa de inalienáveis direitos humanos como para a prevenção e atenuação de fenómenos de exasperação, tensões, violência e insegurança na vida colectiva.

## II

# A influência eleitoral do PCP – uma séria preocupação

1. Os resultados obtidos pela CDU, designadamente nas eleições autárquicas de Dezembro de 2001 e nas legislativas de Março de 2002, puseram em evidência um súbito e preocupante agravamento da erosão da influência eleitoral do PCP que, tendo a sua expressão mais distante nas eleições de 1985, suscita compreensíveis inquietações e reclama uma exigente e prolongada reflexão.

2. Considerando nomeadamente a década de 90, o que os resultados eleitorais do PCP espelham é uma relativa estabili-

zação ou travagem de perda de influência em eleições legislativas (preocupantemente interrompida nas eleições de 17 de Março deste ano) e uma continuada erosão (cerca de 1 ponto em cada eleição) nas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais em que a CDU tradicionalmente obtém votações mais altas que nas legislativas. No caso das autarquias locais, há ainda que ter em conta o efeito negativo de extensas perdas de posições, designadamente de presidências de Câmara, com uma expressão desproporcionada em relação às perdas globais de influência eleitoral.



3. No quadro de um esforço, que necessita de ser prosseguido e desenvolvido, de aproximação às causas ou razões da erosão eleitoral do PCP ou das suas patentes dificuldades de progressão eleitoral, é de admitir que nelas pesem, de forma variável mas interligada e complexa, factores como :

- os múltiplos efeitos, ainda não superados, do fracasso das experiências de construção do socialismo no Leste da Europa e a sua projecção negativa sobre a capacidade de atracção dos ideais e do projecto político do PCP consagrado no seu programa “Portugal – Uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI”;

- os efeitos de uma persistente ofensiva de silenciamento, deturpação e falsificação das posições, propostas e orientações do PCP facilitando e favorecendo a manutenção de preconceitos e desconfianças;

- um conjunto de profundas mudanças na vida política, nas estruturas económicas no tecido social, no sistema mediático, na relação dos cidadãos com a política e no plano dos valores e atitudes sociais e políticas para as quais o Partido não encontrou resposta eficaz e que têm dificultado poderosamente ou a apreensão da mensagem e propostas do PCP ou a sua tradução em opções eleitorais;

- as múltiplas debilidades, atrasos e deficiências na organização do Partido e na sua intervenção a variados níveis que, podendo não ter uma relação mecânica ou decisiva com os resultados eleitorais, dificultam um maior enraizamento social do Partido e uma maior agregação política e ideológica do seu eleitorado;

- a visível dificuldade do Partido de converter em apoio eleitoral o mais alargado apoio que muitas das suas propostas, iniciativas e acções suscitam;

- as patentes dificuldades do Partido em superar ou atenuar os efeitos sobre as opções eleitorais de muitos cidadãos da prolongada propaganda e favorecimento da «bipolarização» entre PS e PSD e da relativa transformação das eleições legislativas em eleições para Primeiro-Ministro, induzindo critérios de opção de voto que, secundarizando a apreciação do real trabalho realizado e das reais propostas apresentadas pelo PCP, inclusive na Assembleia da República, manifestamente prejudicam a sua afirmação eleitoral.

4. Sendo expressão de muitas destas causas e factores gerais, os resultados das eleições de 16 de Dezembro para as Autarquias Locais reflectem ainda — para além do peso crescente de factores nacionais sobre a natureza local desta eleições — um quadro muito contraditório, complexo e não uniforme de razões entre as quais se destacam deficiências do trabalho autárquico e no desenvolvimento de campanhas eleitorais, esbatimento dos traços mais distintivos do nosso projecto autárquico, no exercício do poder em algumas autarquias, insuficiências de acção de organizações locais e da sua influência, aspirações difusas e erróneas de “mudança”, a arrumação e concentração de votos entre partidos nossos adversários, o uso de meios do aparelho de Estado em favor das candidaturas do partido do Governo.

5. Sem prejuízo do quadro geral referido no ponto 3. e em seu acréscimo, e sem esquecer preocupantes indicações e sinais resultantes das autárquicas de Dezembro de 2001, é entretanto de admitir que, no resultado obtido pela PCP e pela CDU nas últimas eleições legislativas, tenham pesado de forma considerável elementos conjunturais particularmente desfavoráveis (não verificados nas eleições de 1999), com a agravante do seu encadeamento num curto de espaço de tempo, designadamente:

- a inopinada convocação de eleições legislativas antecipadas (provocada pela demissão de António Guterres) numa conjuntura política e de opinião muito marcada, quanto à CDU, pelos variados impactos do seu mau resultado nas autárquicas;

- a deterioração da imagem do PCP induzida e provocada, a partir das autárquicas e durante todo o período de pré-campanha das legislativas, por processos de contestação pública e de deturpação das suas orientações por parte de alguns membros do Partido e tendo como principais eixos acusações ao PCP de intolerância e uma predominante responsabilização do PCP pela falta de uma alternativa de esquerda;

- a manifesta animosidade, preconceito e parcialidade que marcaram a cobertura da pré-campanha e da campanha da CDU por grande parte “media”, provocando visões distorcidas da mensagem, imagem, discurso e propostas eleitorais do PCP;

- a «dinâmica de vitória» protagonizada pelo PSD a partir das autárquicas com o correspondente avolumar do perigo do regresso da direita ao Governo (situação inexistente nas eleições de 1999) e os seus reflexos junto de segmentos do eleitorado da CDU (talvez diferentes dos reflexos no eleitorado do CDS-PP quanto ao voto útil no PSD porque este era dado como «força ganhadora») no sentido de uma opção de voto no PS «para derrotar a direita».

6. De acordo com a sua identidade, os seus objectivos e o seu projecto político, o papel do PCP na vida nacional não se resume à concorrência a eleições e à correspondente representação e intervenção nas instituições que são, porém, no quadro do regime democrático que o PCP ajudou decisivamente a fundar, um dos elementos essenciais para a prossecução do seu projecto político e para a intervenção transformadora que lhe é inerente.

Neste sentido, seria especialmente negativo que a legítima inquietação e o necessário inconformismo com os maus resultados eleitorais do PCP conduzissem a transformá-los no exclusivo critério de avaliação da acção, papel e intervenção do Partido na sociedade portuguesa.

Entretanto, é indiscutível que a grave erosão eleitoral sofrida pelo PCP e consequências muito negativas sobre o conjunto da sua actividade, intervenção e capacidade de atracção, pelo que, a par das suas outras importantes responsabilidades nacionais, o reforço da sua influência eleitoral tem de ser inscrito como uma séria preocupação e um objectivo de crucial importância para o presente e o futuro do PCP.

### III

## Orientação e acção políticas do PCP desde o XVI Congresso

I. Importando examinar seriamente a orientação e acção políticas do PCP desde o XVI Congresso (Dezembro de 2000) e as suas eventuais incidências na negativa viragem política à direita decorrente dos resultados das eleições legislativas, considera-se que, global-

mente e sem prejuízo de limitações e insuficiências, elas corresponderam às grandes orientações aprovadas no XVI Congresso. A este propósito, deve recordar-se que, quanto a caracterizações essenciais sobre a política do Governo do PS, quanto à política de alianças e ati-

### IV



tude do PCP face ao PS e quanto a linhas de acção no quadro da luta por uma alternativa de esquerda, o XVI Congresso não modificou, em nenhum aspecto relevante, as análises estabelecidas no XV Congresso (Dezembro de 1996).

2. É também de recordar que a atitude e orientação do PCP face aos governos do PS, e designadamente o seu posicionamento como oposição de esquerda (articulado com um sério empenho construtivo na aprovação de todas as propostas e medidas positivas), foi definida pelo Comité Central do PCP, na sequência da apresentação dos respectivos programas de governo, nas suas reuniões de 8.12.95 e 20 e 21.11.1999, constando de comunicados então aprovados por unanimidade. De referir ainda que, nem nos momentos cruciais da formação dos seus governos nem em qualquer outro momento ao longo dos seus seis anos de governação, jamais o PS manifestou qualquer abertura ou disponibilidade para um diálogo e exame globais com o PCP sobre a política e as soluções governativas necessárias ao país.

3. No respeito pelas orientações do XVI Congresso, o PCP prosseguiu em 2001 uma acção política geral caracterizada pela crítica a eixos essenciais da política do PS e à sua continuada convergência ou coincidência com a direita em questões estruturantes, pelo combate às propostas e pressões do PSD e do CDS-PP, pelo esforço para alargar o apoio popular a eixos, reivindicações e medidas inseridas numa política de esquerda e pela abertura para, como veio a acontecer em vários casos embora por vezes de alcance limitado, convergir com o PS na aprovação ou viabilização de propostas positivas como aconteceu designadamente na aprovação da reforma fiscal e da Lei de Bases da Segurança Social.

4. Ao mesmo tempo, considera-se indispensável ter em conta, como elemento nuclear e factor condicionante de toda a evolução da situação política em 2001, que o PS, rendendo-se às chantagens do PSD e às pressões do grande capital, assumiu então uma ainda mais acentuada viragem à direita que ficou indiscutivelmente expressa na orientação e características da remodelação governamental de Junho, na solene apresentação do programa dito de «contenção da despesa pública» (de facto apostado na drástica contenção dos salários) explicitamente destinado a configurar o Orçamento de Estado para 2002, e do anúncio de graves recuos na reforma fiscal, cedendo designadamente à campanha contra a tributação das mais-valias bolsistas.

5. É ainda de sublinhar que criticando e combatendo vivamente esta acentuada viragem à direita, o PCP muitas vezes advertiu para que as cedências do PS à direita não retirariam a este espaço político de capitalização de descontentamento e que a sujeição do PS às pressões do grande capital não impediriam este de vir a fazer outras apostas políticas e eleitorais, quando e se o considerarem mais conveniente para os seus interesses.

6. Embora com as condicionantes da necessariamente prolongada e exigente preparação das eleições autárquicas de Dezembro e num quadro geral que inclui lacunas, desacertos e insuficiências, o PCP desenvolveu em 2001, no plano nacional, regional e local, uma intensa e diversificada actividade sustentada na generosa intervenção de milhares de membros do Partido.

No plano nacional, são de destacar designadamente: a manutenção de uma elevada contribuição dos comunistas para a intervenção e luta das organizações e movimentos sociais; a qualificada e combativa intervenção do seu Grupo Parlamentar, traduzida nomeadamente na apresentação e aprovação de importantes projectos de lei e em outras prestigiantes iniciativas como a interpelação sobre serviços públicos e o debate sobre a reestruturação fundiária na zona do Alqueva e a destacada intervenção dos deputados do PCP no Parlamento Europeu em defesa dos interesses nacionais o renovado êxito da 25.ª edição da Festa do Avante!; as numerosas acções de esclarecimento e iniciativas de reflexão sobre candentes problemas nacionais; os elementos positivos registados no quadro da preparação das autárquicas, nomeadamente quanto ao número de órgãos a que a CDU conseguiu concorrer e quanto ao rejuvenescimento e alargamento unitário das listas da CDU (do total de candidatos às C.M. e A.M. 35% tinham menos de 40 anos e 40% eram independentes); a campanha nacional das “100 mil assinaturas por melhores salários”, que propiciou um amplo contacto directo com os trabalhadores e outras camadas da população, que permitiu recolher 200 mil assinaturas em torno dessa reivindicação.

7. Nestes termos, considera-se que as tentativas de responsabilização do PCP pela não concretização de uma alternativa de esquerda, que significasse a adopção de uma política de esquerda e não a renúncia do PCP a políticas inaceitáveis, correspondem de facto a ignorar e absolver as responsabilidades determinantes do PS pelo desperdício da oportunidade criada após 10 anos de governos de direita, pela existência desde 1995 de uma folgada maioria numérica de deputados comunistas e socialistas na Assembleia da República.

## IV

### Dinamizar e reforçar a iniciativa e a intervenção partidárias

Tendo em conta as questões que a actual situação nacional e internacional, em particular o novo quadro político, colocam ao Partido, a Conferência Nacional aponta linhas prioritárias para o reforço da intervenção e influência do Partido, no plano da luta de massas, da acção institucional, da intervenção e iniciativa política, do reforço da organização e da coesão do Partido.

1. **A luta de massas** é a forma essencial e mais eficaz de fazer frente à política de direita. A luta de massas, no quadro do exercício dos direitos democráticos e como expressão da vontade popular, é um legítimo direito constitucional, como o é a acção nos e junto dos órgãos do poder.

A luta de massas, da classe operária, dos trabalhadores, dos agricultores, da juventude, das mulheres, dos intelectuais, dos micro, pequenos e médios empresários, de todas as classes e camadas sociais feridas nos seus interesses e aspirações pela política de direita, será determinante para a defesa dos seus interesses vitais, para que se acelere a compreensão da verdadeira política do Governo PSD/CDS-PP, para atrair a essa luta sectores e partidos democráticos. A dinamização dos movimentos de massas e das iniciativas e acções populares é de grande importância.

Na situação actual e tendo em consideração as linhas de ataque do Governo PSP/CDS-PP destacam-se como objectivos da acção de massas a exigir uma intervenção convergente a defesa e aprofundamento de direitos dos trabalhadores, a garantia e melhoria do



poder de compra, a defesa e desenvolvimento dos serviços públicos, do sistema público da segurança social, do serviço nacional de saúde, do ensino público, da comunicação social, dos sectores dos transportes, da água e saneamento e a defesa do regime democrático contra as novas operações que visam pô-lo em causa. A acção pela paz e de solidariedade internacionalista é uma outra importante linha de intervenção a desenvolver.

**2. A acção e a intervenção do PCP** nas diferentes áreas da vida nacional são determinantes para a defesa consequente dos interesses das massas populares.

Privilegiando o desenvolvimento da acção de massas, intervindo para assegurar o carácter unitário dessas acções, dinamizando o trabalho e iniciativas unitárias, o Partido não pode nem deve limitar-se a contribuir para essas acções.

É pela intervenção política própria do Partido – com as suas propostas, os seus projectos, as suas contribuições para a solução dos problemas nacionais, afirmando-se como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, mas assumindo-se igualmente como defensor de todas as camadas vítimas da política de direita – que o Partido poderá alargar a sua influência política e eleitoral.

Impõe-se dar continuidade e reforçar a acção e iniciativa própria do Partido salientando o valor do seu projecto, divulgando e afirmando as suas propostas, reforçando a ligação às realidades concretas, aos trabalhadores e à população em geral.

Assim, no quadro da sua iniciativa política própria, articulada com a acção institucional, a Conferência Nacional decide lançar e concretizar até ao final do próximo ano a acção **“Em movimento, por um Portugal com futuro”**, iniciativas de esclarecimento, debate e mobilização sobre diferentes problemas e questões da realidade nacional com o sentido geral de resistir à política de direita e afirmar que os problemas com que o povo português e Portugal se confrontam podem ter solução, que é possível um país mais desenvolvido e mais justo, com a participação popular e uma política alternativa. Inseridas nesta acção apontam-se desde já as seguintes iniciativas:

- uma grande acção nacional de esclarecimento, mobilização e luta dos trabalhadores, jovens, reformados e pensionistas em torno da defesa do sistema público da segurança social sob o lema **“segurança social pública e solidária é de todos, privada é só de alguns”**;

- a iniciativa **“Investigação e desenvolvimento para o futuro do país”** centrada na avaliação da situação e na aposta fundamental que é preciso fazer nas capacidades dos cientistas e investigadores nacionais, dando-lhes condições e estímulos, mobilizando o seu contributo para a definição e concretização de um verdadeiro projecto de desenvolvimento nacional;

- uma campanha destinada a alertar para as situações de carência existentes nas zonas do interior tantas vezes esquecidas e reclamando linhas de apoio ao desenvolvimento, campanha assente numa acção geral do Partido que pretende abranger **mil localidades**.

Ao mesmo tempo salienta-se o **desenvolvimento da acção autárquica** integrada com a acção junto das populações, a luta e a participação popular, o trabalho no associativismo popular no sentido da sua dinamização estruturadora e desenvolvimento, como elementos de grande importância para a preparação da **Conferência Nacional sobre o PCP e o Poder Local**, já decidida pelo Comité Central para início do próximo ano, e cujo êxito depende da concretização de um alargado e aprofundado debate prévio em todo o Partido.

**3.** O papel do Partido, como a grande força política que está em condições de combater e de ser o dinamizador da acção de massas contra a política de direita, não se torna menos, torna-se ainda mais importante face à nova ofensiva que se desenvolve, contra conquistas democráticas e as condições de vida das massas populares.

A organização do Partido é o instrumento fundamental de ligação aos trabalhadores e às populações. É nessa ligação às massas que reside a nossa capacidade de influência política e social. Sem uma organização forte, actuante e com iniciativa não há influência política e social que se amplie e consolide. É a organização que dá força material às nossas ideias, propostas e objectivos. A organização é inseparável da natureza e dos objectivos de luta e transformação social e do projecto revolucionário do PCP.

Valorizando a importância da organização partidária que temos, o esforço de milhares de membros do Partido que com a sua militância e inserção na vida partidária asseguram uma permanente intervenção do Partido, a capacidade de atrair ao Partido novos membros, a realização de um importante número de iniciativas, é necessário assinalar a continuação e em alguns casos a acentuação de debilidades e deficiências que se torna necessário ultrapassar, nomeadamente no plano da estruturação orgânica, de direcção e quadros, da integração dos militantes, da iniciativa política e do estudo e formação política e ideológica que impedem o aproveitamento de potencialidades para alargar a influência do Partido. A todos os problemas da organização já anteriormente apurados acrescentou-se nos últimos tempos a acção muito negativa de alguns membros do Partido, que à margem e em confronto com os seus princípios de funcionamento, contribuem para a deformação da sua imagem pública e para desagregar o seu funcionamento.

**4. A coesão e a democracia interna são questões essenciais para o Partido. A coesão do Partido é um elemento fundamental** sem o qual toda a intervenção e força do Partido é afectada. O PCP tem princípios de funcionamento decididos democraticamente pelo colectivo partidário. Cada pessoa quando decide aderir ao Partido, acto livre e voluntário, assume um conjunto de direitos e deveres, que com os objectivos de luta, são um compromisso fundamental inerente à condição de membro do Partido. A organização do Partido baseada no funcionamento decidido colectivamente faz a diferença entre um conjunto de indivíduos isolados e dispersos e uma força organizada composta por militantes com as suas opiniões próprias, mas unidos na aplicação das orientações resultantes do apuramento colectivo e actuando segundo as regras democraticamente decididas pelo colectivo partidário. A organização e os princípios de funcionamento alicerçados no reforço da democracia interna são pilares essenciais da força do Partido, como elementos base para a intervenção, para a ligação às massas e para o alargamento da influência do Partido, mas também e em primeiro lugar como elemento agregador dos militantes do Partido.

**A democracia interna como característica essencial do funcionamento do PCP** não se define apenas pelas suas normas estatutárias, mas fundamentalmente com prática concreta de actividade partidária livremente assumida e tendo como pressuposto basilar a rejeição da sobreposição de posições individuais ou de grupo contrapostas ao pensamento e à acção colectiva. A dinamização das Assembleias das organizações, os debates temáticos, a realização regular de plenários de cada Organização, a melhoria da informação interna e os espaços de participação no **“Avante!”** são elementos a valorizar com vista ao aprofundamento da democracia interna.

Só no quadro da coesão do Partido, alicerçado na vontade e no querer dos militantes, será possível encontrar soluções para ultrapassar os muitos problemas que se colocam à organização partidária.

**5.** É preciso ter consciência de que não há resultados fáceis no trabalho de organização. A primeira questão que se coloca hoje aos comunistas é compreenderem as condições difíceis em que lutam, para não soçobrarerem perante as dificuldades e resistirem às campanhas sistemáticas para pôr em causa a imagem e as perspectivas do Partido e os próprios ideais do socialismo, para abalar o ânimo e a confiança dos quadros e militantes do Partido. E é igual-



mente indispensável haver em cada militante e organização a consciência do papel decisivo da organização enquanto instrumento de acção política e do trabalho persistente necessário para a manter e reforçar.

Passado pouco mais de um ano sobre o XVI Congresso, cujas conclusões para o reforço do Partido, dado o calendário político com eleições sucessivas, em grande medida não foi possível levar à prática, impõe-se uma forte dinâmica para a sua concretização. No actual quadro e tendo em conta o papel insubstituível do PCP, coloca-se a necessidade de promover um **movimento geral de reforço do Partido concretizando as conclusões aprovadas pelo XVI Congresso**. Este movimento é concebido como um esforço global aos vários níveis e áreas de intervenção a concretizar até ao final de 2003.

Considerando as orientações definidas, o debate já realizado e o papel central da organização do Partido, são apontadas as seguintes medidas:

– o estímulo à iniciativa própria da organização e dos militantes. O Partido é em cada local – de trabalho ou de residência – aquilo que o conjunto dos seus militantes consigam que seja, inserido no funcionamento do colectivo partidário. É da acção e iniciativa concreta de cada Organização que depende a afirmação do Partido e a sua capacidade de intervenção sobre os problemas. E na qual o contacto directo com as populações e os trabalhadores, as acções de informação, de propaganda e de esclarecimento são elementos essenciais na natural presença e afirmação do Partido e na sua acção nos locais de trabalho e de residência;

– a realização de Assembleias das organizações partidárias, dando prioridade às organizações de base visando a dinamização da acção partidária, a avaliação e definição do trabalho, o debate colectivo e a eleição dos respectivos organismos. Define-se como objectivo a realização de Assembleias das organizações de base até ao fim do primeiro semestre de 2003. De modo a valorizar as Assembleias e a divulgar experiências será criado no *Avante!* durante esta acção um espaço noticioso específico;

– o lançamento de uma acção em toda a organização partidária para a aceleração do esclarecimento da situação dos membros do Partido, visando integrar aqueles que querem continuar ou restabelecer a sua ligação com o Partido e aproximar os efectivos contabilizados da realidade partidária. Tal acção visa contribuir para a integração de cada militante num organismo e numa organização e comporta também o objectivo de actualizar os dados de cada membro do Partido de modo a permitir melhorar a informação e o contacto, encontrando formas diversificadas baseadas em primeiro lugar na participação em reuniões, mas também na via postal e na utilização do correio electrónico (beneficiando das suas vantagens sem contudo cair em soluções que discriminem os membros do Partido em função do acesso);

– a realização, a par do esforço para a integração de cada militante num organismo do Partido, de um plenário regular de cada organização (de preferência mensal), no plano das organizações de base, como espaço de participação e debate político de todos os membros do Partido da respectiva organização que para isso estejam disponíveis, promovendo assim a participação dos militantes e aprofundando a democracia interna;

– o reforço da militância, o alargamento do núcleo activo, o rejuvenescimento de organismos, o aumento do número de camaradas com tarefas e responsabilidades regulares, uma maior ligação e integração dos membros do Partido. A elevação da militância é condição para o reforço da capacidade e afirmação do Partido e de resposta pronta aos problemas que a situação política internacional e nacional e as questões locais nos colocam e é inseparável da estruturação do Partido, do esforço para promover um maior aproveitamento das energias e capacidades do colectivo partidário e das características e disponibilidades de cada militante. Simultaneamente é necessário dar novos passos para reforçar e rejuvenescer o núcleo de funcionários do Partido;

– o lançamento de uma campanha de recrutamento de 1000 novos militantes, até ao 1.º de Maio de 2003, dando continuidade à acção realizada, devendo ser dada particular atenção ao recrutamento nos locais de trabalho e em zonas onde a organização é mais débil e a integração de cada militante. O recrutamento e responsabilização de jovens, sobretudo em organizações onde se verifica a sua menor presença, é uma tarefa prioritária;

– o prosseguimento e a intensificação da acção de reforço da organização e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores em geral, levando à prática o plano de trabalho definido com o objectivo nacional de assegurar a existência de trabalho organizado do Partido nas empresas e locais de trabalho com mais de mil trabalhadores e/ou de importância estratégica, entre outros objectivos regionais e sectoriais de enraizamento partidário, inserindo esta acção na preparação do Encontro Nacional do Partido com este objectivo marcado para 19 e 20 de Outubro deste ano;

– o desenvolvimento do trabalho com diversas camadas e sectores sociais, designadamente a juventude, os intelectuais e quadros técnicos, os micro, pequenos e médios empresários e os reformados e pensionistas. Uma maior atenção e aprofundamento das questões da juventude e o apoio das organizações partidárias à JCP e à realização do seu VII Congresso, a definição de medidas e iniciativas voltadas para o reforço da acção junto dos quadros técnicos e intelectuais e dos micro, pequenos e médios empresários, e a concretização das linhas definidas pelo Comité Central para o trabalho na área dos reformados e pensionistas – são algumas das questões que se colocam. É necessário considerar igualmente medidas para o reforço da acção visando a participação das mulheres em igualdade e o desenvolvimento da acção junto dos pequenos e médios agricultores, dos deficientes e dos imigrantes;

– a consideração da formação política e ideológica como uma actividade regular. A afirmação do Partido e do projecto comunista na actualidade passa por uma muito maior exigência na preparação política e ideológica dos seus quadros e militantes, que torna mais necessária a formação de base e a actualização permanente para todos os quadros do Partido e da JCP, pelo estudo individual, o debate e a implementação de cursos e outras iniciativas para o efeito. A dinamização de *“O Militante”* como revista dirigida aos quadros do Partido sobre questões ideológicas e de organização, designadamente com o desenvolvimento de mesas-redondas e outras iniciativas, é também uma componente importante da preparação e formação política e ideológica;

– a intensificação da informação do Partido, da sua actividade de propaganda e o reforço dos meios com esse objectivo. A promoção da difusão da imprensa do Partido, o alargamento das redes de distribuição e venda, as acções de venda na rua e o lançamento de uma campanha nacional de difusão do *Avante!* com início na Festa do *Avante!* de 2002 até ao 1.º de Maio de 2003 com o objectivo de aumentar a venda em 2000 exemplares são algumas das medidas a tomar a que se deve associar o desenvolvimento do sítio Internet do PCP e da edição on-line do *Avante!* e a maior regularidade de espaços do *Avante!* destinados à participação dos membros do Partido;

– o aumento das receitas próprias do Partido dando particular relevância à valorização do pagamento da quotização de cada militante, enquanto contributo para a actividade partidária e garantia da independência da orientação e posicionamento do Partido, apontando o aumento do valor das quotas e adoptando os sistemas necessários para a seu pagamento.

No plano da análise e medidas sobre aspectos da organização partidária é necessário também prosseguir o exame de questões como as das zonas de menor influência, da afectação de quadros e meios financeiros e das soluções de estrutura e ligação regional.



Sem eludir nem subestimar as condições difíceis em que o Partido desenvolve hoje a sua actividade, com uma acção baseada na militância, no esforço e na criatividade de muitos milhares de comunistas, o Partido está em condições para empreender com audácia e confiança a melhoria da sua organização e intervenção, condição para o reforço da sua influência. O movimento geral de reforço do Partido exige uma grande tensão de esforços na prossecução dos objectivos, a mobilização de energias do colectivo partidário e a participação e responsabilização de cada membro do Partido pela acção partidária, como organizador e mobilizador de uma mais forte e audaciosa intervenção do Partido na sociedade portuguesa.

**6.** A par das medidas de reforço orgânico torna-se necessário **aprofundar a reflexão e análise sobre importantes questões da realidade actual**, relevantes para a intervenção do Par-

tido. Não esgotando as matérias a submeter a exame, reflexão e análise considera-se que merecem particular atenção nos próximos tempos as seguintes: a globalização capitalista, o imperialismo actual; a União Europeia, sua evolução, a Europa pela qual lutamos e os interesses de Portugal; a estrutura socioeconómica do país; o regime democrático português, evolução, empobrecimento, realidade actual, novas ameaças, defesa e aprofundamento da democracia; a comunicação social, os condicionamentos culturais e políticos e a luta das ideias; a realidade social portuguesa; os movimentos de massas e as lutas de massas; a ruptura com a política de direita, o projecto de desenvolvimento nacional que Portugal precisa.

Estas são algumas das matérias que exigem exame, reflexão e análise na base da contribuição dos membros do Partido e cujo avanço, de acordo com as prioridades, é necessário organizar.

## V

### PCP

## Uma força com futuro

A conjuntura política nacional e o tempo histórico que vivemos exigem um PCP empenhado em revivificar e renovar a afirmação da sua real identidade e verdadeiro projecto político, capaz de escutar, compreender e oferecer respostas e opções para o movimento, ainda que contraditório e complexo, de ideias, interrogações e aspirações que se manifestam na sociedade portuguesa. Exigem um PCP apto a melhor influenciar e fazer avançar a luta por grandes causas de justiça social, de progresso e desenvolvimento nacionais, de valorização do trabalho e dos trabalhadores, de fortalecimento da democracia e da intervenção dos cidadãos, de solidariedade e generosidade colectivas. Exigem um PCP protagonista activo, sensível e ágil na resistência a tudo quanto ofende a dignidade humana e sacrifica os interesses do povo e do país em benefício dos privilégios dos poderosos e na construção colectiva de caminhos e horizontes à altura das necessidades e desafios que Portugal enfrenta nesta entrada do terceiro milénio.

**2.** Os problemas e dificuldades que o Partido enfrenta seguramente dispensam e desaconselham atitudes de auto-satisfação, de rotina, de acomodação ou resignação que, além do mais, seriam alheias e contrárias ao melhor património de intervenção e a elementos essenciais da cultura política dos comunistas portugueses. Mas dispensam e desaconselham igualmente a tentativa de reclamar respostas simples e milagrosas para problemas complexos, como, por exemplo, a presença de acções e mensagens do Partido na comunicação social ou os seus resultados eleitorais; uma visão do Partido como se fosse, ou pudesse ser, uma entidade omnisciente e onipotente, o esquematismo de decretar que onde há fracassos e derrotas é porque, automaticamente e sem excepção, houve erros de orientação; uma propensão para, nos momentos mais difíceis e angustiantes, dar como inexistentes ou insignificantes o imenso trabalho e valiosa intervenção, seguramente insuficientes e não isentos de defeitos e erros, realmente desenvolvidos pelo PCP. E o caminho para a superação das dificuldades e desafios que o Partido enfrenta reclama serenidade, maturidade e sentido da responsabilidade, espírito crítico e autocrítico, audácia, inovação e ambição, uma vasta mobilização de energias, vontades e capacidades existentes no colectivo partidário, uma vivência do Par-

tido não como uma entidade abstracta ou sacralizada mas como uma construção colectiva e um inevitavelmente imperfeito empreendimento humano, uma reflexão criadora alimentada pela acção e o confronto directo com a realidade, uma valorização e potenciação do papel fundamental que o PCP desempenha – e está em condições de continuar a desempenhar – na vida nacional.

**3.** A Conferência Nacional sublinha com clareza a indispensabilidade, reforçada no actual contexto da vida partidária, do restabelecimento, de preferência por atitude voluntária de membros do Partido, dos laços de fraternidade, de solidariedade, de lealdade e de inserção das legítimas opiniões individuais na reflexão e trabalho colectivo que, constituindo um imperativo ético e político decorrente dos Estatutos que todos os membros do Partido, podendo manter discordâncias, se comprometeram a aceitar, são ainda uma condição essencial para a coesão e unidade do Partido, para a sua afirmação na vida nacional e para a intervenção solidária dos comunistas na sociedade portuguesa.

**4.** Sem a pretensão de que as suas conclusões possam corresponder a todos os anseios, preocupações, opiniões e posições que, de forma muito diversificada, se expressarem no debate preparatório e sem prejuízo de uma reflexão colectiva que importa prosseguir e aprofundar no curso normal da vida democrática interna do Partido, a Conferência Nacional lança um vivo, sentido e forte apelo a todos os membros do Partido para que pela sua opinião, trabalho e acção se empenhem na concretização das linhas de orientação e de trabalho que, resultando do debate democrático realizado e da vontade democraticamente manifestada pelo colectivo partidário, se afigurem no momento actual como as mais adequadas, correctas e urgentes.

Para que o PCP possa ultrapassar dificuldades, reforçar a sua intervenção e influência e estar à altura das suas responsabilidades como força essencial da democracia portuguesa, como força impulsionadora da luta contra a política de direita e pela construção no futuro de uma alternativa de esquerda, como força coerentemente vinculada à luta por uma democracia avançada e pelo socialismo, como uma força com causas e convicções, uma força com futuro.



## Pacto de estabilidade

## Défice zero é ilusão

**Para além de Portugal, a Alemanha, França e Itália apresentam contas públicas deficitárias que dificilmente poderão ser equilibradas até 2004.**

Enquanto o excesso de zelo do Governo português obriga os portugueses a apertarem o cinto, outros países encaram com mais flexibilidade e realismo o objectivo do equilíbrio entre as receitas e despesas do Estado.

No sábado, o ministro francês do Orçamento, Alain Lambert, defendeu que a França deve iniciar um diálogo

com os seus parceiros da União Europeia sobre o pacto de estabilidade. Em entrevista à rádio Europa 1, sugeriu que os estados-membros se reúnam para discutir a actual situação e qual o melhor calendário possível para atingir o défice zero.

Também o relator geral do Orçamento, o senador neogaullista Philippe Marinio, sustentou que a França e a Alemanha deveriam abordar

a questão do pacto de estabilidade após as próximas eleições legislativas nos dois países.

É verdade que na cimeira europeia de Barcelona, em Março, os 12 países da zona

**Bruxelas recusa argumentos e insiste na consolidação orçamental**

euro reafirmaram o compromisso de chegar ao equilíbrio orçamental em 2004. Porém o programa eleitoral do presidente reeleito, Jacques Chirac, só prevê o equilíbrio das contas públicas gaulesas em 2007 no melhor dos casos.

Durante a campanha eleitoral, Chirac sustentou que equilibrar o orçamento em 2004 não é obrigatório porque não há um acordo negociado sobre a data, apesar da declaração da última cimeira.

A dar razão à posição francesa, a consultora financeira Morgan Stanley, num artigo do seu economista Eric Cha-

ney, afirma que os principais estados da zona euro não conseguirão cumprir o calendário de equilíbrio orçamental até 2004, considerando que este objectivo não só é «surrealista» como «seria um erro económico grave fingir o contrário», sendo preferível adiar a sua realização para 2006/2007.

E é certamente com esta convicção que, no primeiro conselho de ministros do novo governo francês, realizado na sexta-feira, Jacques Chirac pediu que se faça uma redução de cinco por cento no IRS a pagar pelos franceses e que haja uma redução significativa da carga fiscal que incide sobre os salários mais baixos.

A redução do imposto sobre o rendimento, que deverá ser aprovada após as eleições legislativas, implica uma quebra de receitas para o Estado francês da ordem dos 2700 milhões de euros. Mas Chirac afirma que ao longo dos próximos cinco anos de mandato quer atingir uma redução de 30 por cento do imposto sobre o rendimento.

## Schröder culpa CE pelo avanço da direita

O chanceler alemão, Gerhard Schröder, apelou no fim-de-semana aos dirigentes europeus para que se preocupem com o avanço da extrema-direita na Europa e cerrem fileiras para enfrentar os problemas de segurança.

Numa entrevista ao quotidiano britânico «The Guardian», o governante alemão afirma que o avanço de Jean-Marie Le Pen, em França, e os bons resultados obtidos pelo partido de Pim Fortuyn, na Holanda, resultam do facto de na opinião pública prevalecer o sentimento de que não estão sal-

vaguardadas de forma adequada as questões da segurança interna e da protecção das pessoas.

Com eleições federais marcadas 22 de Setembro, Schröder responsabilizou a Comissão Europeia por estes desenvolvimentos, notando que «as decisões de Bruxelas têm repercussões na economia e, por arrasto, no sentimento dos povos dos estados-membros. Por conseguinte, estas decisões deveriam ser melhor divulgadas e preparadas antes de serem adoptadas. De contrário, está a criar-se ansiedade e a dar ímpeto a grupos de extrema-direita que

devemos considerar anti-europeus», disse.

Esquecendo-se, provavelmente, de que no início do seu mandato subscreveu com o seu homólogo inglês, Tony Blair, um documento em que pedia reformas estruturais na economia e na sociedade, Schröder vem agora defender que «é preciso ficar mais claro do que no passado que a Europa não é só um mercado mas também um cenário de interacção social. Sempre foi um modelo social, cuja ideia central é a de que todos os cidadãos possam partilhar a riqueza e participar na tomada de decisões».

## Comércio justo é a solução

O alto representante para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da União Europeia, Javier Solana, acusou os Quinze, em particular a Espanha, de pouca generosidade em relação às importações agrícolas marroquinas.

Falando em Madrid, na passada semana, Solana considerou ser uma «hipocrisia insuportável» que os estados-membros pretendam destinar 0,7 por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB) a países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, ajam contra os produtos magrebinos.

O responsável da política externa sublinhou que para Marrocos ou Tunísia «é muito mais importante» o

aumento das quotas de importação de tomate, batata ou flores colhidas» do que a ajuda que possam receber dos países industrializados.

Neste sentido, Solana acredita que o problema poderá ficar resolvido na ronda de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Doha, cuja conclusão deveria acontecer, em sua opinião, antes de 2005.

O «Senhor PESC», como também é conhecido, recusou-se a comentar a crise diplomática entre Espanha e Marrocos, preferindo dizer que as relações entre a União Europeia e Rabat são «boas e normais» e que tendem «a ir mais longe», subsistindo apenas dificuldades na área

das pescas e quanto ao nível das importações agrícolas europeias, considerado insatisfatório por Marrocos.

Solana escusou-se a pronunciar-se sobre o *dossier* do Saara Ocidental, alegando que «não há uma posição comum europeia». Manifestou, no entanto, esperança em que se encontre uma fórmula a partir das soluções propostas, no final de Fevereiro, pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, ao Conselho de Segurança.

As alternativas apresentadas por Annan incluem a concessão de autonomia ao Saara Ocidental sob administração marroquina, a partilha do território e a realização de um referendo sobre a autodeterminação.

## Agricultura e alargamento

● Ilda Figueiredo

**T**êm estado em debate no Parlamento Europeu importantes relatórios sobre o futuro da Política Agrícola Comum (PAC) - desenvolvimento rural no âmbito da Agenda 2000: balanço provisório na UE e nos países candidatos e avaliação intercalar da reforma das OCM no quadro da Agenda 2000 -, na sequência da proposta da Comissão relativa à sua estratégia para as negociações sobre o alargamento da União Europeia, apresentado em 30 de Janeiro de 2002. Aí, como se sabe, a Comissão Europeia propõe a introdução gradual das ajudas directas durante um período transitório de 10 anos, começando apenas por 25 por cento em 2004, aumentando para 30 por cento em 2005 e aumentos sucessivos até chegar aos 100 por cento em 2013, sem avançar nada sobre a evolução futura da PAC, embora no Conselho de Agricultura de finais de Abril tenha havido um consenso para realizar uma reforma da PAC antes do alargamento.

A argumentação utilizada pela Comissão, e que diversos países candidatos contestaram, é que a aplicação imediata e total das ajudas directas impediria a modernização da agricultura dos países candidatos e as ajudas directas poderiam ser complementadas com fundos nacionais sem ultrapassar o nível das ajudas comunitárias. Para compensar, a Comissão propõe o reforço da política de desenvolvimento rural, que será financiada em 80 por cento pela União Europeia, esquecendo, no entanto, que as dificuldades financeiras de vários países impedem, na prática, o complemento nacional do financiamento das respectivas ajudas, como é notório na Polónia, onde se mantém uma elevada percentagem de população dependente da agricultura, com a pobreza a atingir níveis preocupantes, na sequência do desmantelamento dos apoios existentes no socialismo e a aplicação das receitas do neoliberalismo, e sem que a Comissão demonstre qualquer preocupação com os excedentes de mão-de-obra, os possíveis empregos alternativos e as consequências da reestruturação agrícola nestas condições.

Daí que os países candidatos, em particular a Polónia, Hungria, República Checa e Eslováquia, considerem que a aplicação de períodos transitórios é discriminatória e inaceitável, dado que as ajudas directas reduzidas distorceriam a competência no mercado interno, a favor dos Estados-membros actuais, e comprometeriam a competitividade dos seus agricultores.

Entretanto, os países candidatos teriam acesso completo e imediato às medidas de mercado da PAC,

tendo por base as médias do período 1995-1999, mas sem nada dizer sobre possíveis alterações nas quotas de produção e na superfície de base, o que, como é sabido, é fundamental para as organizações comuns de mercado relativas a produtos essenciais como o leite, o açúcar e cereais. Não espanta, pois, que os países candidatos recusem este período de referência e reclamem quotas substancialmente maiores, dado estarem conscientes de que quotas insuficientes introduzirão pressões adicionais para o desmantelamento da sua estrutura produtiva agrícola em sectores mais sensíveis.

Mas a verdade é que, como ficou claro no debate que sobre este tema o Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica realizou nas jornadas de estudo da passada semana, em Córdova, os processos eleitorais, durante este ano, na França e na Alemanha, aliada à conexão existente entre a reforma da PAC e a política regional, apesar da separação que a presidência espanhola está a tentar, podem condicionar as negociações e, inclusivamente, atrasar a adesão, cujas negociações deveriam terminar em Dezembro de 2002, dificultando que parte dos países candidatos se integrem na União Europeia em 2004.

De qualquer modo, a Política Agrícola Comum terá uma revisão parcial em 2002, cujas propostas serão apresentadas pela Comissão durante o próximo mês de Junho, mas as actuais perspectivas financeiras estarão em vigor até 2006 dado que os Estados-membros mais ricos não querem aumentar as suas contribuições que, aliás, nem sequer cumprem na sua totalidade nos termos acordados na Agenda 2000, embora esteja previsto no Acordo Inter-Institucional de 1999 que possa haver uma revisão das perspectivas financeiras perante uma modificação da composição da União Europeia.

Ora, a verdade é que o principal problema das negociações sobre a agricultura e sobre os fundos estruturais está no orçamento, e, no actual contexto, os países candidatos correm o risco de se tornarem contribuintes líquidos, enquanto outros, como Portugal, manietados pelo Pacto de Estabilidade e por políticas restritivas, podem ver agravada a sua situação económica e social, incluindo no mundo rural, sobretudo se a revisão mantiver as actuais injustiças relativas na repartição dos fundos da PAC entre países, produtos e agricultores, com prejuízo claro dos países do sul. Impõe-se, pois, dar a maior atenção ao que se vai passar nos próximos meses, exigindo também do governo português grande transparência e maior combatividade no processo negociado para evitar que se repitam os erros da Agenda 2000 e das anteriores negociações da PAC.



## Carter em Cuba

O ex-presidente norte-americano Jimmy Carter, esta semana de visita a Havana a convite de Fidel Castro, afirmou que as acusações norte-americanas de que Cuba estará a fabricar armas biológicas não fazem sentido, e convidou a administração Bush a apresentar provas das suas acusações. Depois de visitar o centro de engenharia e biotecnologia de Havana, Carter não hesitou em afirmar que «Cuba tem um maravilhoso compromisso com o desenvolvimento científico, nada que se pareça com bioterrorismo». O ex-presidente exprimiu ainda duas certezas: Cuba não produz armas químicas e biológicas, e não mantém contactos com a Líbia nem com o Iraque neste domínio. Carter revelou ainda que antes de viajar para Cuba manteve intensos contactos com responsáveis do Departamento de Estado e dos serviços secretos norte-americanos, a quem perguntou «se tinham qualquer prova de que Cuba fornecia informações a outros países susceptíveis de serem utilizadas para fins terroristas». A resposta dos peritos foi «não», sublinhou Carter.

## Sanções ao Iraque

O Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou antontem, por unanimidade, uma resolução alegadamente destinada a «suavizar» o regime de sanções ao Iraque, impostas na sequência da invasão do Kuwait, há 12 anos. A medida, na prática, limita-se a tornar mais fácil a importação de alguns produtos de primeira necessidade, por «razões humanitárias». Por outro lado, o documento dá conta, ao longo de 300 páginas, dos produtos que continuam interditos ao Iraque. A resolução prevê ainda a reavaliação do mecanismo de sanções, dentro de seis meses, com base num relatório do secretário-geral das Nações Unidas.

## Dilema da NATO

«Modernização, ou marginalização, é esta a minha mensagem», disse o secretário-geral da NATO, George Robertson numa conferência de imprensa realizada antontem à margem de uma reunião dos chefes da diplomacia dos países da NATO. Segundo Robertson, a Aliança Atlântica «tem que mudar radicalmente» para ser capaz de «fazer face aos desafios e ameaças do novo século». Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos 19 países da NATO, em comunicado conjunto, reconheceram a necessidade de «desenvolver e equilibrar as necessidades no seio da Aliança», e anunciaram que a organização «estuda propostas no sentido de desenvolver as defesas contra armas biológicas e químicas».

Benjamin Netanyahu arregimenta extrema-direita do partido para contestar liderança de Sharon

# Likud rejeita Estado palestino

O voto do Likud contra a criação de um Estado palestino representa a «destruição dos acordos de Oslo», afirma o presidente palestino, Yasser Arafat.

O primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, foi ultrapassado domingo pelo seu antecessor e correligionário de partido, Benjamin Netanyahu, numa reunião da direcção do Likud onde foi aprovada uma moção que rejeita a criação de um Estado palestino a oeste da Jordânia.

Reagindo de imediato a esta radicalização da extrema-direita do partido governamental israelita, o presidente palestino Yasser Arafat declarou que se está perante «a destruição dos acordos de Oslo e, particularmente, do acordo de Wye River (Estados Unidos), concluído por Netanyahu e Sharon». O referido acordo foi assinado em Outubro de 1998, quando Netanyahu era primeiro-ministro e Sharon ocupava o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros.

Na opinião de Nabil Abu Rudeina, conselheiro de Arafat, o voto do Likud «compromete a estabilidade na região».

A Comissão Europeia, por seu lado, desvalorizou a decisão do Likud, considerando

que ela apenas reflecte «a posição de um partido político», como afirmou o porta-voz da Comissão, Jonathan Faull. «O que importa é a

**Trabalhistas não vislumbram motivos para abandonar o governo**

posição do governo israelita», disse Faull, sublinhando que para a União Europeia o que importa é continuar a «trabalhar para que, a prazo, haja dois estados (palestino e israelita) lado a lado, vivendo em paz e segurança um com o outro».

### Contradições

O extremar de posições do Likud, que parece mais uma guerra interna entre Netanyahu e Sharon, não seria possível sem a conivência dos EUA e a complacência dos trabalhistas israelitas, que continuam a não vislumbrar motivos para abandonar o governo. Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, o Partido Trabalhista manter-se-á no executivo enquanto este «respeitar o seu programa» e «continuar o processo político».



Trabalhistas têm responsabilidades na agressão militar

Sabendo que o programa e o processo político do governo conduzido por Ariel Sharon mais não tem feito do que enterrar o processo de paz no Médio Oriente, enquanto procede à destruição sistemática de todas as estruturas da Autoridade Palestiniana, legítimo se torna questionar qual a verdadeira posição dos trabalhistas face à criação de um Estado palestino.

Peres considera que «este drama, ou este melodrama, não é importante, já que o essencial é que o governo continue a actuar com base

nas resoluções 242 e 338 da ONU, que prevêem uma retirada dos territórios (palestinos) e, implicitamente, a criação de um Estado palestino». No entanto, a verdade é que o governo israelita continua a desrespeitar todas as decisões da ONU, a prosseguir a sua política de colonatos e a invadir e a agredir os palestinos, recusando-se a reconhecer que a raiz do problema está na ocupação e que não haverá paz nem segurança enquanto essa ocupação se mantiver.

Depois da reunião do

Likud, em que foi assobiado, Sharon aparece aos olhos da opinião pública como um falcão menos falcão do que Netanyahu e os seus seguidores da ala mais radical. O primeiro-ministro deu-se mesmo ao luxo de afirmar que, embora respeitando «a decisão democrática» do seu partido, continuará a dirigir o país de acordo com os princípios que sempre teve, «segurança para os israelitas e aspiração à paz». Não deve faltar muito para que, a exemplo de Shimon Peres, lhe ofereçam um Nobel... da Paz.

## PC da Grécia em Portugal

A secretária-geral do Partido Comunista da Grécia, Aleka Papariga, e Babis Angourakis, membro do Comité Central e responsável pelo departamento internacional do PCG, estiveram em Portugal, no passado dia 9, para conversações com o PCP.

No encontro realizado com uma delegação do PCP, com-

posta por Carlos Carvalhas, secretário-geral, Domingos Abrantes e Manuela Bernardino, foram dadas informações sobre a situação nos respectivos países, a actividade dos dois partidos e sobre questões de actualidade da situação na Europa e no mundo e relativas à cooperação dos partidos comunistas e outras forças de

esquerda e progressistas. A delegação do PC da Grécia visitou Setúbal onde teve um encontro com uma delegação da DORS, dirigida por Jorge Pires, membro da Comissão Política.

Esta visita insere-se no quadro das relações tradicionais de solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCG.

## Subsídios agrícolas sobem 70 por cento nos EUA

Depois da crise do aço, o forte aumento dos subsídios aos agricultores norte-americanos vem de novo pôr em causa o ciclo de negociações da Organização Mundial do Comércio lançado em Doha.

Na Conferência de Doha, em Novembro de 2001, os 144 países da OMC comprometeram-se, em relação ao *dossier* agrícola, a garantir melhorias substanciais no acesso aos mercados, reduzir os subsídios à exportação, com vista à sua progressiva eliminação, e a efectuar reduções substanciais nos apoios internos que distorcem as trocas comerciais.

Tanto os Estados Unidos como a União Europeia deram garantias claras de que iriam cumprir este objectivo, tendo apontado a conclusão deste

ciclo de negociações em 1 de Janeiro de 2005.

Porém, o aumento em 70 por cento das ajudas aos agricultores dos Estados Unidos, já aprovado pelo Congresso e que o presidente Bush se prepara para confirmar, contraria os compromissos de Doha e irá pôr em causa as negociações.

De vários lados choeram reacções negativas, designadamente da União Europeia, do Brasil, do Canadá e da Austrália, e algumas vezes levantaram-se acusando os Estados Unidos de, com estes subsídios gigantescos (qualquer coisa como 173 mil milhões de dólares em 10 anos), pretender uma baixa dos preços internacionais, já fortemente deprimidos.

O comissário europeu da Agricultura, Franz Fischler, já

considerou que a medida «vai criar enormes dificuldades com os países em vias de desenvolvimento» e um porta-voz da Comissão Europeia lembrou que «o que foi prometido em Doha não pode ser modificado de um dia para o outro».

A polémica agrícola segue-se assim à guerra comercial desencadeada pelos EUA com a imposição de taxas aduaneiras ao aço de países terceiros. Também neste caso, apesar de contrariar claramente os compromissos de Doha, a administração Bush não hesitou em proteger a indústria do aço norte-americana, recompensando-a assim, segundo alguns, pelos generosos apoios eleitorais concedidos aos republicanos.

## A pesada herança de Timor-Leste

Timor-Leste torna-se formalmente independente, no próximo dia 20 de Maio, com uma pesada herança a ensombrar o futuro: será oficialmente o país mais pobre da Ásia e um dos mais pobres do mundo.

Segundo o primeiro Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 2002, elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Timor-Leste assumirá a partir de dia 20 um lugar entre os 20 países mais pobres do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de apenas 478 dólares.

O documento revela que a esperança de vida em Timor-Leste é de 57 anos, quase metade da população vive com menos de 55 centimos de dólar por dia (cerca de 60 centimos de euro) e também que mais de metade dos timorenses são analfabetos. Outros dados «assustadores» indicam que 50 por cento das crianças sofrem de carências e que os traumas e a destruição de 1999 continuam bem presentes no território.

O relatório foi apresentado, segunda-feira, ao presidente eleito, Xanana Gusmão, pelo representante residente do PNUD em Díli, Finn Reske-Nielsen.

Um despacho da Lusa revela que Sérgio Vieira de Mello, representante da ONU no país, sublinhou na introdução ao documento a importância do trabalho desenvolvido pela missão das Nações Unidas, a UNTAET, que na sua opinião deixou as «fundações para o desenvolvimento». Vieira de Mello mostrou-se confiante de que o governo timorense será capaz de progredir através de um desenvolvimento sustentado.

Também Xanana Gusmão se mostrou confiante: «Não que estejamos orgulhosos [da situação do país], mas pelo menos espero que isso sirva de motivação para que tudo o quanto venhamos a fazer, a partir de agora, nos tire desta lista como o país mais pobre da Ásia», afirmou aos jornalistas.

Para Finn Reske-Nielsen, a situação de Timor-Leste vai manter-se por mais alguns anos, pelo que continuará a precisar do apoio internacional.



Em toda a Alemanha

# Metalúrgicos em greve

O Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha (IG Metall) alargou esta semana a greve por aumentos salariais às regiões federadas de Berlim e Brandeburgo.

A greve por aumentos salariais de 6,5 por cento, iniciada há uma semana, prosseguirá também em Baden-Wuerttemberg, importante centro da indústria automóvel alemã, onde, segundo a Lusa, estão previstas paralisações de trabalho de cerca de 120 000 operários em 110 empresas, nomeadamente a Audi e a Fábrica de Máquinas Impresoras Heidelberg.

O apelo à greve em Berlim e Brandeburgo, no território da antiga Alemanha de Leste, abrangeu, ao todo, 4500 trabalhadores de sete empresas.

Segundo o vice-presidente do IG Metall, Juergen Peters, um dos objectivos do IG

Metall é equiparar os salários no oeste e no leste do país. «O leste não pode ser a região dos salários baixos da Alemanha», afirmou o dirigente sindical num comércio realizado segunda-feira junto aos portões da sucursal da Daimler-Chrysler em Berlim-Marienfelde, onde cerca de 100 trabalhadores aderiram à greve.

Pressionado pelos seus associados, o IG Metall recusou já uma contraproposta de aumentos salariais de 3,3 por cento apresentada pela confederação patronal do ramo metalúrgico, alegando que o próprio governo reconheceu que a introdução do euro levou a

novos aumentos de preços ao consumidor. Até ao fim desta semana, mais de 10 000 trabalhadores de Berlim e Brandeburgo deverão entrar em greve em defesa das suas reivindicações salariais.

A luta dos metalúrgicos alemães decorre num contexto particularmente difícil, enfrentando as críticas de políticos e economistas que os acusam de estar a comprometer a recuperação da economia alemã. As próprias estruturas dirigentes do IG Metall, enfeudadas aos interesses da social-democracia, têm procurado travar a luta dos trabalhadores, embora sem sucesso. Apesar das negociações estarem interrompidas, o presidente da Confederação da Metalurgia, Martin Kannegiesser, afirmou a uma rádio de Berlim que esta semana haverá novos contactos com a confederação patronal.

## «Patrão dos colegas colega dos patrões»

O presidente da DGB, Dieter Schulte, vai ser afastado das suas funções no congresso que a central sindical alemã realizará no final de Maio. Na véspera do 1.º de Maio, o «Neues Deutschland» dedicou uma página inteira à carreira do sindicalista sob o título sugestivo de «Patrão dos colegas, colega dos patrões».

Chamado em 1991 para o «bureau» do IG Metal em Düsseldorf, Schulte corresponde inteiramente ao perfil do sindicalista social-democrata «moderno e multifuncional», capaz de articular a acção de dirigente de uma organização de trabalhadores com as funções de membro do conselho fiscal da Thyssen, da Dillinger Hütte, da administração da «Treuhand» (instituto criado pelo governo de Kohl para destruir e privatizar a economia e a indústria da ex-RDA), e do «Crédito Hermes» (destinado a garantir a cobertura pelo Estado dos riscos e prejuízos que possam advir para os investimento dos bancos e empresas privadas alemãs no estrangeiro). Passados dois anos sobre a sua chegada à sede dos sindicatos em Düsseldorf, Dieter Schulte - entretanto louvado pela imprensa como «uma benção para a DGB» - faz logo aprovar no congresso de 1996 um novo programa, em que a economia de mercado é definida como o parceiro privilegiado do movimento sindical.

### A recompensa

A contradição entre o capital e o trabalho foi banida do vocabulário do sindicalismo alemão. Flexibilidade, semana de quatro dias com redução do salário, trabalho aos

sábados, contratos a prazo, deixaram de ser «tabu» numa central sindical dirigida, como dizem os patrões, por «um sindicalista excepcional». No 1.º de Maio desse mesmo ano, o discurso que pronunciou em Berlim foi acompanhado de um concerto de assobios como não há memória. Schulte encontra-se então com Helmut Kohl, acabando por constatar que «mesmo subindo até ao chanceler, ninguém mostra a menor sensibilidade perante as injustiças sociais». Sarcasticamente, o semanário de esquerda «Konkret» comenta a falsa ingenuidade do «patrão dos colegas» salientando que «um primata trepa a árvore do conhecimento», enquanto a imprensa social-democrata apregoa num tom muito sério: «até que enfim, um sindicalista com coragem». Empurrado pela situação, Schulte exigirá uma mudança de política, mas os milhões da DGB servirão unicamente para uma mudança de governo. O acorrentar do movimento sindical aos interesses do patronato, através da desastrosa «aliança para o emprego», acentuou ainda mais o êxodo dos membros dos sindicatos filiados na DGB. Só nos últimos dez anos, a perda de associados ultrapassou os dois milhões.

Schulte irá terminar a carreira de sindicalista tal como a iniciou. Desde Janeiro deste ano é membro do conselho fiscal da Bayer AG. Que bela recompensa para o sindicalista que tão decisivamente contribuiu para o reforço do poder e dos lucros do capital, passando os melhores anos da sua vida a produzir e a vender aspirina ao movimento operário.

• Rui Paz

A contradição entre o capital e o trabalho foi banida?



• Manoel de Lencastre

# O Partido Comunista nas eleições francesas

Um terrível espectro assolou os políticos e os partidos do capitalismo em França e nas chamadas democracias ocidentais. Julgando que para sempre haviam remetido ao caixote do lixo da História as ideias do marxismo-leninismo, dedicaram-se à glória de doirar as portas ao globalismo e esqueceram o que ao seu redor se passava. Porém, quando Le Pen, em França, surgiu como segundo candidato nas eleições presidenciais e, pior, ainda, quando se inteiraram da percentagem de eleitores que declinaram votar, compreenderam o problema. E em toda a parte se gritou que a França tinha entrado em estado de choque. O que está em jogo é e será sempre o capitalismo. E dado que se trata de um sistema económico, político e social e não de um partido, as pessoas não podem votar por ou contra ele. Na arena do debate eleitoral o que existe são esses tais partidos do sistema, os da direita e do centro tão bem conhecidos e os outros, um pouco menos à direita que, teimosamente, continuam a apelidar-se de socialistas. Estes, em

Mas as próximas eleições parlamentares farão reflectir todos os homens e mulheres do sistema enquanto o chefe da «Frente Nacional» manterá as suas opções. O que nos faz pensar são as perspectivas do Partido Comunista Francês, aquele que era o de Jacques Duclos, Marcel Cachin, Benoit Frachon, o da velha e heróica Resistência, o da classe trabalhadora, o da França com futuro.

### Lições dolorosas

A aliança com os socialistas contra a entrega de duas ou três pastas governamentais de secundária importância (uma tática repetitiva sempre de maus resultados) só ajudou a diminuí-lo. O PCF, assim, passou a ser, também, um partido do sistema. E porque assim é, as massas desertaram-no achando que também ele lhes terá iludido as perspectivas. Muitos dos que votaram em Le Pen são antigos comunistas desiludidos... tal como milhões de abstencionistas. A história dos comunistas pós-URSS é digna de escrever-se. Eles são,

naturalmente, as vítimas dos principais defensores do sistema; na sua generosidade, têm-se visto traídos. Mas estão à vista horas decisivas. A gloriosa bandeira vermelha e os seus símbolos continuam a existir. O espírito de partido revolucionário não pode perder-se. E os princípios, aquelas bases de fundo sem as quais se cai e se morre no sistema, devem ser sublimados em vez de postos em questão - o do marxismo-leninismo, o do materialismo dialéctico, o da luta de classes, o do socialismo científico, o dos fundamentos da organização do Partido



que se herdaram de Lenin e permanecem válidos... E a História, a História do Partido, a do movimento internacionalista... sejamos dignos delas!

que se herdaram de Lenin e permanecem válidos... E a História, a História do Partido, a do movimento internacionalista... sejamos dignos delas!

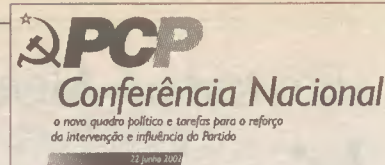
Não se ignoram, entretanto, os aliciantes, as perspectivas de curto prazo que o sistema oferece. Não foram poucos os membros destacados do PCF que, com François Mitterrand e, mais recentemente, com Jospin, tomaram diante de belas ofertas ministeriais. Não foram poucos os que se orgulharam de representar o seu partido naquilo que, julgavam, seria o abrir de par em par de uma janela que permanecera encerrada já por tempo demasiado. Mas os resultados surgiram. Ministros comunistas no interior do sistema capitalista regido por socialistas ao serviço deste, tombam logo no esquecimento e as massas desprezamos. Acreditavam, certamente, que o imperialismo não tem os seus dias contados...

As lições das dolorosas experiências do PCF estão à vista. Não só para os seus militantes, mas para todos. Mais vale enfrentar de caras a hidra do capitalismo e acabar por vencê-la do que seguir a sua venenosa rota e morrer com ela.

Para já, porém, os partidos do capitalismo que se refugiaram na candidatura Chirac (incluindo, claro, os socialistas) puderam respirar um pouco melhor. Chirac venceu. Le Pen não progrediu. A margem de abstenção contraiu-se um pouco.



# Tribuna da Conferência



Os textos enviados pelos militantes para publicação deverão ser individuais e não poderão exceder os 4000 caracteres (espaços incluídos) - devendo ser sempre acompanhados do número de membro do Partido do seu autor. A Redacção do «Avante!» não poderá responsabilizar-se pelo encurtamento de textos ainda que com consulta aos autores, pelo que será a estes que incumbirá proceder às adaptações de dimensão quando, eventualmente, os textos enviados ultrapassem os referidos 4000 caracteres. Quando e se o considerar necessário, a Redacção do «Avante!» assegurará respostas ou comentários aos textos enviados. De toda a correspondência que contenha propostas ou sugestões sobre os temas da Conferência, será enviada cópia para a Comissão de Redacção. A correspondência deve ser enviada para: Redacção do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600-196 - Lisboa; E-mail: avante.pcp@mai.telepac.pt ou Fax 217817193.

Nota da Redacção

O debate em que o Partido está envolvido, para que frutifique, deve ser sereno, aprofundado e travado com respeito mútuo. As diferenças de opinião, legitimamente, podem e devem enriquecer o nosso debate, e não ser esgrimidas para cavar a divisão. Para tanto, importa que cada militante seja capaz de respeitar a opinião dos outros, de forma a que o resultado final seja expressão da vontade colectiva e, como tal, por todos respeitada.

## No presente defender o futuro

Por força das tarefas que o Partido me tem confiado, participei em reuniões com alguns dos ainda inscritos no Partido.

E posso confessar que muitas vezes me interrogava se a forma impositiva, redutora e sectária como intervinham, com profundo desrespeito pelas dúvidas, hesitações e discordâncias, mas também sugestões de camaradas, para além de características pessoais, não seria indicadora da pretensão de dividir os militantes comunistas em dois grupos - um dos pensadores e definidores das orientações do Partido e o outro dos seus executantes.

Em contraponto e felizmente para todos nós, para o PCP, havia (há) os outros camaradas, mulheres e homens, hoje tão vilmente caluniados e insultados, que com firmeza solidária e pedagógica contribuíam para a formação ideológica assente nos valores de classe do PCP.

Para estes, que no presente, respeitando o seu passado, continuam a estar ao lado dos oprimidos, dos trabalhadores que por se assumirem como comunistas nos locais de trabalho são perseguidos e discriminados, a minha gratidão, o meu profundo respeito, extensivo a todos os milhares de camaradas que no anonimato tudo dão ao seu Partido e por isso são a força real do PCP.

Por isso, ao ouvir e ler na comunicação social a vergonhosa campanha contra o Partido desenvolvida por esses que já não considero camaradas, concluo que afinal as dúvidas que então tinha eram justas. Basta ouvir a forma como se referem aos militantes que, por derrotarem as suas teses, quer no quotidiano da luta quer em congressos, são tratados de forma grosseira, como se se tratasse de uma cambada de inaptos.

Hoje como ontem, para estar no PCP é preciso ser do PCP. É agir de acordo com os seus valores, causas e projectos.

Mas para isso há que cumprir os Estatutos, que também é saber aplicá-los.

Relendo a Resolução Política do XVI Congresso, e não é de mais lembrar que foi aprovada pela esmagadora maioria dos delegados eleitos nas organizações, encontro um bom instrumento de trabalho para temas em análise e discussão para a Conferência Nacional.

Contudo, e dado o inevitável agravamento das condições de vida, políticas, sociais e económicas para os trabalhadores que decorre do Programa do Governo mais à direita do pós-25 de Abril, é fundamental e prioritário o fortalecimento ideológico do único Partido capaz de dar combate à política de direita e defender o regime democrático.

É o que se espera de um Partido que por vontade expressa dos seus militantes continuará a ser um Partido revolucionário e assim fiel ao seu Programa e Estatutos.

**Luísa Ramos  
Almada**

## Questão a questão

Decidiu - e bem - a Direcção do PCP abrir o Avante, na rubrica Tribuna da Conferência, à participação opinativa dos militantes.

Decidiu - e bem - a Redacção do Avante definir regras em termos de forma e extensão dos textos.

Convenhamos que 4000 caracteres será suficiente para, construtivamente, participar e, eventualmente, um exagero para quem se proponha proceder a uma colagem caótica de questões formuladas em tipo de máximas, comprometendo a legibilidade e a mais-valia, isto é, a matéria em debate.

Procurando fugir à armadilha - e sem preocupação em as esgotar - proponho-me abordar 3 questões:

### 1.ª Direito de Tendência

Se a minha ingenuidade permitisse levar a sério tal hipótese, teria que esclarecer alguns pontos prévios:

- à partida, quantas e quais «tendências» teriam lugar?

- como evoluiriam, em termos de organização, estruturação e, naturalmente, cristalização do pensamento?

- nesse hipotético cenário político, como se processariam as alianças e? as «tendências»?

- que lugar estaria reservado à autocrítica que, em seu cariz individual, é fundamental para ultrapassar inquinações subjectivas na elaboração de juízos objectivos?

- em tantas «tendências», com qual eu me identificaria?

Seguramente, e não obstante muitas noites de insónia, não encontraria resposta à alínea e), tão volúvel a situação se apresentava.

### 2.ª Tarefismo

Há «toque-de-classe» no denegrir de todo e qualquer trabalho que o militante execute sob orientação política do Partido.

Por mim, confesso, nunca me caíram os parentes na lama, quando transportava baldes de cola, molhos de cartazes, escadotes e escadas. Até achava graça e continuo a achar.

A verdade é que há tarefas do mais diverso tipo a executar de acordo com a maturidade política e a preparação específica de cada um. Naturalmente, quem tiver o privilégio de ser mais dotado pode dar-se ao luxo de, solidariamente, assumir tarefas menos qualificadas. Nada tem de desonroso e pensar o contrário é de um mau gosto execrável.

De nada valerá tecer juízos de valor sobre tal questão - obviamente negativa em textos de natureza acima definida, à mistura com meia dúzia de lugares comuns que arrissem cristalizar em bandeira ideológica.

Parece importante é encontrar a tarefa que cumpra os requisitos, estimulando, se for caso disso, a própria auto-estima.

Entretanto, não deixo de me surpreender com a teimosia com que a História se repete. Tenho à mão o poema «Il ne faut pas...», de Jacques Prévert, cuja leitura arrisco recomendar, esclarecendo, desde já, não me encontrar numa atitude anticultura.

### 3.ª Informação

É, curiosamente, tema omisso na maioria dos textos ditos eruditos ou, em alternativa, tratado com falsidade. Sintomático.

Forçoso reconhecer que o Partido está, à partida, em situação de inferioridade na «batalha» da informação: não dispõe de órgão diário e a Internet, não obstante a sua tão propalada democraticidade, é, em Portugal, de acesso bastante restrito.

Esta deficiência evidenciou-se, com toda a brutalidade, através da difusão diária de toda a pantomina que os meios burgueses julgaram útil - na sua perspectiva - apoiar. Seria negativo que o Avante - semanário - procurasse responder, em termos paritários, a toda a farsa engendrada. O objectivo de bloquear o pensamento e capacidade de iniciativa teria sido alcançado, o que ilustro com a imagem da ave doméstica hipnotizada por um círculo de giz.

A partir do exposto, é forçoso que nós, militantes de base, nos convençamos de que somos insubstituíveis na árdua e complicada tarefa de pleno uso do nosso sentido crítico e que este se exerce, e ginástica, no dia-a-dia.

Caberá à Conferência Nacional encontrar formas maleáveis de apoiar tal ferramenta crítica.

**Carlos Sotto Mayor  
Lisboa**

## As questões...

O exame das causas que têm determinado a erosão eleitoral do PCP depois do 25 de Abril, com algumas excepções (as pri-

meiras eleições do PE; C.M. de Lisboa; eleições legislativas de 1999), exigem rigor e a consciência da sua complexidade. E são vários os factores:

- a ofensiva contra as conquistas e avanços do 25 de Abril e o crescente domínio do poder económico e do poder comunicacional pelos grandes senhores do dinheiro ligados aos partidos que expressam os seus interesses de classe (direita, liberais, centristas);

- a hecatombe das experiências de construção do socialismo;

- a redução do número de deputados, o que em vários distritos fez perder deputados à CDU, distorceu a proporcionalidade e abriu caminho à propaganda enganosa de que nesses distritos deixou de ser útil votar no PCP;

- a debilidade ideológica e a falta de referências (desideologização crescente);

- a promoção do bipartidarismo e do voto útil;

- a influência das coberturas televisivas, privilegiando o espectáculo e os líderes que lhe interessam (no futebol foi o mesmo, nas eleições do Benfica a TVI promoveu o Vilarinho e a SIC o Vale e Azevedo).

Nas últimas eleições legislativas pesou muito negativamente:

- o facto de muitos eleitores terem assimilado a ideia de que o PS já tinha sido penalizado nas autarquias;

- o voto útil no PS com Ferro Rodrigues, derrotar a direita;

- a exploração feita pela não inclusão de J.A. nas listas, praticamente até ao último dia da campanha, associando-se a esta não inclusão, afirmações de membros do Partido, filhos de JA e Marcelo Rebelo de Sousa na TVI, dando-se uma imagem do PCP de intolerância, etc., etc., reavivando preconceitos anticomunistas.

É aqui na alínea c) que reside o principal factor negativo interno.

Mas é necessário ver quem tem a responsabilidade. Ninguém pode esquecer as suas afirmações a grandes meios de comunicação social de que «o PCP tinha empurrado o PS para a direita», «que tinha feito do PS o inimigo principal», etc., etc., para além das inúmeras entrevistas e declarações negativas para o Partido. Repare-se que são afirmações centrais muito convenientes para o PS e quem as produziu auto-excluiu-se das listas.

Agora são aqueles que fizeram o mal que também fazem a caramunha!

A Conferência Nacional deve analisar estas questões e também examinar o modo como a JCP se insere na campanha nacional. O facto de fazer campanha autónoma faz com que não apareça a voz e a presença da juventude. Não seria de a JCP estar mais presente nas iniciativas de campanha nacionais?

Outra questão é a da propaganda de bandeiras que o PCP levantou com grande força, na altura, mas que depois são esquecidas e até atribuídas a outros. Exemplo: reforma fiscal, lei da toxicod dependência, lei de bases da Segurança Social, subsídio de risco para os agentes de Segurança, política de proximidade, etc., todas apresentadas na Assembleia da República.

Por último, é necessário ver como se dinamiza a questão da iniciativa política das bases (células, organismos de base...).

Concluindo:

Há dois anos, com o PS mais prestigiado, tivemos um bom resultado porque fomos para as eleições com boa imagem. Este ano as divisões e as acusações feitas por certos camaradas na praça pública prejudicaram muito o Partido. É também importante que se medite nas consequências das divisões que se verificaram em Espanha, Itália (Refundação) e França e nos respectivos resultados eleitorais...

**Joaquim Sousa  
Lisboa**

## Que estratégia?

Quando surgem divergências quanto à estratégia política ou quanto a métodos

organizativos do PCP, não se está a pôr em causa o valor dos corajosos militantes que lutaram pela Liberdade e para derrubar a besta fascista, muitos deles verdadeiros heróis, pelo seu comportamento, pela sua coragem, pela sua dedicação desinteressada à causa, pela sua persistência, enfim, pelo seu exemplo e total entrega ao Partido e à defesa dos direitos dos trabalhadores.

Não é isso que está em causa, admiramos (não sou o único) muito esses heróis Nacionais do Partido e temos muito orgulho em ser considerados seus camaradas. Mas não podemos esquecer qual é a missão actual (e de sempre) do nosso Partido: esclarecer, mobilizar, organizar e influenciar politicamente o maior número de cidadãos portugueses, para que os objectivos programáticos do PCP para os trabalhadores, para a população e para o País sejam alcançados.

Então, qual é a estratégia mais viável para se atingir esse inquestionável objectivo? Estratégia revolucionária? Estratégia eleitoralista e reformista? A simbiose das duas estratégias?

O que me parece é que a estratégia não está bem compreendida por todos os militantes. E na realidade, para mim, está um pouco confusa. O Partido recusa-se a deixar de ser um Partido Marxista-Leninista, revolucionário, com uma organização fundada na base do centralismo democrático.

O Partido apresenta-se nas eleições com um programa próprio e integrando uma coligação, não uma Frente Popular constituída pelas diversas Frentes Sociais, mas de Partidos, APU, FEPU, CDU, etc.

O Partido entra em «parafuso» quando os resultados eleitorais daquela coligação, interpretando-os como seus, demonstram um fraco apoio popular às suas propostas e ao seu ideal de transformação da sociedade e quando verifica que a sua tão necessária presença na Assembleia da República e nas presidências de Câmaras se vê diminuída;

O Partido não concorre aos actos eleitorais sozinho porque receia que as populações de zonas que lhe são menos favoráveis lhe negue o seu voto e que com uma sigla de coligação, descaracterizada ideologicamente, seja mais fácil obter o seu apoio;

O PCP preocupa-se com o envelhecimento do Partido e por a esmagadora maioria da juventude não entender os seus ideais, a sua mensagem e não conseguir mobilizá-la;

O PCP preocupa-se por as células das empresas e os organismos de base estarem cada vez mais frágeis;

A questão é: que fazer para aumentar a influência política do PCP a todos os níveis? Que estratégia bem definida e bem compreendida pelos militantes vamos adoptar?

Os nossos heróis do combate pela Liberdade não podem ignorar que os problemas existem e que não é expulsando, fazendo sangrias no Partido que os resolvemos.

Não nos decepcionem!

**Faustino Reis  
Barreiro**

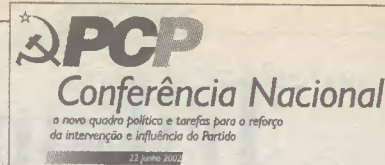
## Os piores inimigos da Democracia...

Os piores inimigos da Democracia não são os indivíduos como Le Pen e seu partido, mas exactamente aqueles pseudo-democratas e demagogos que com a sua inépcia e falsidade justificam a ascensão política dos totalitarismos e a sua afirmação eleitoral.

Os piores inimigos da Democracia são os hipócritas que se servem da Democracia apenas como via para conquistarem e se manterem no poder, instrumentalizando os simples cidadãos, por quem nutrem um real desprezo, para lhes extorquirem periodicamente o voto.



# Tribuna da Conferência



Os piores inimigos da Democracia são os propagandadores do discurso «politicamente correcto» que sobem nos partidos e nas carreiras políticas à custa de intrigas e golpes palacianos espezinhando os mais honestos e competentes, e transformam o que deveria ser um regime de igualdade e de respeito numa ditadura de partidos que eliminam todas as vias de participação directa dos cidadãos.

Os piores inimigos da Democracia são os corruptos e os incompetentes que só à custa do princípio da maioria conseguem subir ao poder, agindo em benefício próprio e dos grupos económicos que lhes subsidiam as campanhas eleitorais.

Os piores inimigos da Democracia são os puzilânimes e dissimulados dirigentes que em lugar de resolverem os problemas os ocultam da população e em vez de enfrentarem a realidade se desviam das dificuldades, abrindo as portas às ideologias e aos políticos autoritários que apresentam soluções populistas prometendo a ordem e a segurança ainda que à custa da liberdade.

Os piores inimigos da Democracia são os políticos sem princípios e sem carácter que em troca de vantagens pessoais vêm construindo estruturas internacionalistas e ultraneoliberais, destruidoras da identidade colectiva dos povos, e pactuam com a instalação de um perigoso darwinismo económico mundialista.

Os piores inimigos da Democracia são os governantes que, contra a vontade e o genuíno sentir dos povos da Europa, intentam construir internacionalismos federalizantes, forçando os que democraticamente pretendem continuar a ser o que historicamente são a verem nos agrupamentos extremistas a única esperança da preservação da sua personalidade colectiva.

Os piores inimigos da Democracia são os alucinados ideólogos e publicistas que, não compreendendo que a lei é condição da liberdade e a segurança é penhor da igualdade, obrigam as populações indefesas a apoiarem propostas antidemocráticas para salvaguardarem os seus direitos fundamentais que o Estado de Direito deveria tutelar.

O senhor Le Pen pode agradecer a Chirac, Jospin, Blair, Guterres e tantos outros. Estes, com as suas políticas antinacionais e globalizadoras, é que mais contribuíram para a vitória daquele. O maior problema não está nos monstros extremistas que se começam a prefigurar no horizonte europeu, mas sobretudo naqueles falsos democratas que indirectamente os criaram e alimentaram. Chirac, Jospin, Blair, Guterres e os demais políticos da mesma estirpe são os que mais votos dão aos extremismos políticos. A vitória de Le Pen é a vitória deles próprios... A sepultura da Democracia é a vil coroa de glória de todos eles... Todos eles estão vergonhosa e insidiosamente coligados contra a Democracia...

Mário Rodrigues  
Leiria

## Por um Congresso antecipado

As recentes eleições legislativas deixaram-nos naturalmente entristecidos e preocupados, representando o fim de um ciclo eleitoral «horribilis».

Chegados a este ponto, todos nós somos confrontados com a eterna questão. Que fazer?

Entendeu a direcção do partido realizar uma Conferência Nacional com duplo objectivo. Por um lado, analisar as razões que estiveram na base dos nossos insucessos eleitorais, por outro, perspectivar as tarefas com vista ao reforço da intervenção e influência do partido face ao novo quadro político. Considero que foi uma má decisão. Mais uma.

Esta decisão do Comité Central ignorou e não teve em consideração o sentir e a opinião dos militantes, quer quanto ao formato (conferência ou congresso?) quer quanto

aos temas a serem aí discutidos, pois foi tomada antes de aqueles terem sido consultados ou ouvidos.

Tendo em conta a «nota de trabalho» produzida pelo C.C., esta Conferência tem em meu entender como objectivo essencial traçar linhas de actuação (tácticas) entre congressos, cuja utilidade prática é de reduzido alcance, senão mesmo nulo, face às mudanças que a diversos níveis o nosso partido necessita. Esta Conferência pretende no fundamental evitar um Congresso e no plano prático relegitimar esta direcção.

A actual direcção, eleita em Congresso realizado há ano e meio foi responsável neste espaço de tempo pela condução da actividade do partido. Neste período, e em condições políticas extremamente favoráveis, que possivelmente tão cedo não se repetirão, realizaram-se três eleições de diferente âmbito: presidenciais, autárquicas e legislativas. Em todas elas o partido obteve não só menor número de votos como de percentagem, ou seja, os mais baixos resultados de sempre. Isto são factos, não meras opiniões!

Assim, estes maus resultados são consequência de más escolhas, más estratégias, más decisões. Esta direcção não tem deste modo condições políticas nem credibilidade interna e externa, sendo assim um factor de profunda divisão do partido.

As causas externas não podem continuar a servir de bodes expiatórios para o contínuo enfraquecimento eleitoral e a perda de capacidade de intervenção do PCP na sociedade portuguesa. Ele tem sido provocado por erros internos de orientação e direcção.

Creio ser a altura de nos questionarmos se os actuais estatutos e o centralismo democrático devem ser eternos e imutáveis, ou não estarão os mesmos atrasados e deslocados no tempo e no espaço em relação à realidade concreta retirando desse modo eficácia ao nosso combate político? É ou não chegada a altura de reformular alguns dos procedimentos do partido, nomeadamente aqueles que concernem a uma maior democratização da vida interna do mesmo, como sejam os processos de eleição? Será que o centralismo em lugar de fomentar uma cultura de competência não conduziu ao dirigismo burocrático e à irresponsabilidade?

Assim, considero oportuno analisar se a compartimentação orgânica e a não circulação horizontal de informação, debates e ideias faz ainda sentido na actual sociedade.

Mantendo a sua ideologia e as suas características singulares de partido revolucionário, também considero relevante questionarmo-nos se é ou não absolutamente imprescindível e oportuno lançar um debate ideológico com vista à adaptação das teses marxistas-leninistas às sociedades do 3.º milénio de modo a que consigamos perante os portugueses definir o tipo de sociedade alternativa que lhes propomos?

O desafio que temos pela frente é imenso. É necessário debater e analisar sem constrangimentos tudo o que está mal, devendo culminar num Congresso aberto, sem discriminações nem recriminações, capaz de corrigir tais erros. Nenhum de nós tem respostas completas ou verdades absolutas, mas todos nós somos o partido, todos nós fazemos parte da solução, todos nós temos uma responsabilidade: fazer do PCP um partido melhor e maior, para melhor servir Portugal e os trabalhadores portugueses, que é afinal a razão da sua existência.

Joaquim Barros  
Caldas da Rainha

## Com confiança no futuro

Este partido tem ainda muita coisa a dizer como oposição ao governo do PSD/PP e continua a ser o partido dos trabalhadores e da classe operária porque é o único que propõe uma política de esquerda para Por-

tugal com uma ruptura a qualquer política de direita que faz o PS e o PSD/PP.

A Conferência Nacional do PCP é de muita importância para debater e contribuir para as propostas deste partido que sempre será revolucionário e na vanguarda do povo português.

Espero que o PCP vá dizer e gritar bem alto o seu projecto progressista para Portugal e que inscreva valores humanistas e de progresso social.

Na situação internacional, estou totalmente de acordo com o partido sobre a agressão imperialista na Palestina e nos acontecimentos na Venezuela.

A melhor resposta a isto tudo é a paz no mundo e basta de guerra!

O Comité Central deve meter um ponto final na campanha de deturpação no seio do partido, assim como reforçar a moral e disciplina revolucionária.

O meu partido é o PCP com o seu Órgão Central, o «Avante!», porque ele luta pela transformação socialista de Portugal e contra o capitalismo e o imperialismo selvagem que abraça o mundo.

Desde o XVI CONGRESSO, **Democracia e Socialismo** é um programa do futuro, que eu creio que Portugal precisa mais.

Viva o Socialismo!

Viva o Partido Comunista Português!

Viva Portugal!

André Freitas Andrade  
Bobigny, França

## Mudar de rumo

A Tribuna da Conferência é um espaço livre de debate entre membros do Partido, para além das suas opiniões nas respectivas organizações. Trata-se tão-só do único meio de conhecimento das opiniões/opções dos camaradas de todo o País.

Registo em primeiro lugar a absoluta necessidade da realização urgente de um Congresso Ordinário Antecipado do Partido - fundamentalmente pela desastrosa derrota eleitoral a 17 de Março. Na noite eleitoral esperava-se que a Direcção do Partido, sem complexos alguns, assumisse a derrota, ficava-lhe muito bem, e não deixariam de modo algum de ter uma atitude comunista de um Partido Comunista, como o histórico PCP.

O PCP necessita de mudar de rumo, de uma nova e mais mediática intervenção, para cativar o novo militante assim como o eleitor de esquerda que vota normalmente no PS.

A realidade económica, social e política de Portugal de 2002 é tão diversa da do início do século XX, que de modo algum o PCP de hoje deve ser e ter uma actuação como um Partido com uma estrutura organizativa, com métodos e posturas tão rígidas, tão unitárias, e por vezes tão clandestinas/secretas.

O papel dos Comunistas, hoje, é em nome dos mais carenciados, das massas mais desfavorecidas, dos mais injustiçados, mas também daqueles que apesar de pertencerem a classes médias, ou médias altas (profissionais liberais ou empresários), fazer com que o rumo das políticas gerais e ou sectoriais inflitem de tal modo que os beneficiem, que lhes dêem novas oportunidades para singrarem na sociedade de hoje.

O PCP deve ser um Partido de denúncia mas também de proposta concreta com uma postura de crítica construtiva, diria que o PCP de matriz marxista deve enveredar por uma intervenção/acção mais institucional, com vontade de entrar na esfera do Poder. Para isso a sua orientação política e respectiva estratégia a curto prazo deve ser alterada, criando a possibilidade de plataformas de entendimento com o PS, para governar o País. Só assim o PCP poderá resistir e até crescer. As experiências de renovação em alguns países, é verdade, não correram bem (ex: PCF), Partido que se encontra numa profunda crise e sem eleitoado, mas nós estamos em Portugal com Comunistas portugueses e temos de arriscar. É preciso fazer alguma coisa para que

tudo mude. O PCP não pode continuar a ser injustiçado nas urnas.

Acrescento por último que uma das causas internas que explicam o definhamento do PCP, tem que ver com o programa e a estratégia do Partido relativamente à Política Internacional. O PCP não pode continuar a ter: saudades da burocrática URSS; amizades profundas com o PC Chinês; complacência com o regime totalitário Norte Coreano, e uma postura completamente acrítica em relação a Cuba - Fidel Castro também erra!

O PCP precisa de todos os Comunistas de hoje, e atrair mais amanhã - urge a Renovação.

José Manuel Faria  
Vizela

## Alguns comentários (\*)

Muito a contragosto, já que devia ser, de facto, no interior do partido que a discussão se devia fazer, avanço com alguns comentários sobre aspectos que considero menos correctos, quer no funcionamento do partido quer nos comentários pouco felizes que no contexto da discussão se vêm fazendo. Assim:

1 - Menos correcto é dar saliência especial, com nota biográfica destacada, à carta, muito pouco feliz, do camarada Jaime Serra. Que se saiba, e assim me ensinaram, o partido não tem militantes de primeira e de segunda. Ou será que tem?! Já tinha considerado profundamente desajustada e desadequada, e disso fiz conveniente reparo, internamente, na devida altura, da leitura da mensagem do camarada Álvaro Cunhal (A.C.) na abertura do último congresso, nota que condicionou profundamente o desenvolvimento do debate aberto e plural que se pretendia e que tão necessário era nesse fórum. A teoria marxista-leninista não aponta como caminho o culto da personalidade e o camarada A.C., quando secretário-geral, sempre deu a entender que combatia esta prática no seio do partido. E quem dispõe de tão invejável currículo, como é o caso do camarada J.S., que muito respeito, devia coibir-se de fazer afirmações que primam pela deselegância, raiando o insulto, para quem tem dúvidas e manifesta divergências em relação a uma prática política que não vem revelando os melhores resultados.

2 - Profundamente chocante, vindo de quem vem, ler, entre outras enormidades, que quem diverge «invoca sacrifícios que não passam de fundilhos coçados nas cadeiras de várias áreas do poder». Pessoalmente, não acredito que o camarada J.S., quando foi deputado, andou a coçar os fundilhos das calças nas cadeiras do Parlamento. A mim, como a tantos outros camaradas por esse país fora, não me coube tão nobre tarefa. Ao longo do tempo dei milhares de horas ao partido, nas mais ingratas tarefas, com profundo prejuízo da minha vida pessoal e profissional, recebendo apenas em troca o prazer de ser útil. E quando ocupei algumas tarefas remuneradas com modestas senhas de presença, como ainda venho ocupando, tive e tenho o cuidado (tal como é prática entre nós, J.S.) de as canalizar para o partido, sem a exigência de qualquer tipo de participação por danos sofridos.

3 - Lamento que se tenha descido a este nível. Não vale a pena deitar mão do insulto quando se devia estar a discutir fraternalmente a fim de encontrar soluções para a erosão de que somos alvo. Lamento que no momento em que tudo devia estar em aberto à discussão, menos os princípios, a solução para alguns passe pelo aconselhamento do reforço da leitura dos clássicos do marxismo-leninismo, do reforço do recrutamento de novos militantes, da venda da propaganda do partido, etc.

Lamento, e entristece-me, que continuemos a não fazer o exame necessário e a tirar as devidas ilações sobre o que se passou nas sociedades que tínhamos como modelo, independentemente do contributo que as mesmas deram para o progresso da humanidade. Discussão que pessoalmente reivindicarei desde a primeira hora.

Lamento, e tenho pena, que não tenhamos, perante o nosso tão acentuado definhamento, facto para o qual há tantos anos, provavelmente como muitos outros, venho alertando, não tenhamos, dizia, a capacidade de observar para além do esquematismo de que sempre enfermamos, sabendo adoptar soluções corajosas de abertura à sociedade, mantendo-nos firmes como partido de princípios.

Lamento que não repensem todo o nosso funcionamento interno que, apesar de manter aspectos muito positivos, e únicos, enferma já de muitos males.

Lamento e preocupa-me profundamente que um partido que dispõe de centenas de quadros devotados à causa do progresso, espalhados um pouco pelo país inteiro, que anonimamente dão o melhor de si; que dispõe, apesar de tudo, de suficiente organização e experiência, com uma história de profunda riqueza ao serviço das grandes causas; que dispõe de meios de que nenhuma organização política é possuidora, preocupa-me, dizia, que não saiba encontrar o caminho certo para dar a volta por cima e recuperar o lugar cimeiro a que tem direito no sociedade portuguesa. E preocupa-me, fundamentalmente, porque não há tempo a perder. Que o desencanto não chegue irremediavelmente a muitos de nós, para bem da democracia, do progresso e das classes mais desfavorecidas.

Gonçalo Fagundes Meira  
Viana do Castelo

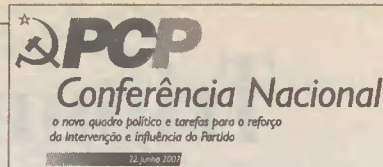
Nota da Redacção

Esclarecemos mais uma vez que a «nota biográfica» que abre a carta do camarada Jaime Serra («Avante!», 24 de Abril), é da responsabilidade do próprio camarada Jaime Serra e não da Redacção do «Avante!».

(\*) Título da Redacção



# Tribuna da Conferência



## Sejamos lúcidos

A queda eleitoral do PCP é inevitável, faça-se o que se fizer, porque corresponde à maré vazante do socialismo. Não há que desesperar, pois as contradições do capitalismo não só se mantêm como se estão a agravar e a mudança de maré é certa.

Os processos históricos repetem-se nas suas etapas fundamentais. Na passagem do Absolutismo para o Capitalismo, à euforia da Revolução Francesa seguiu-se a maré vazante de Luís XVIII em França e do Miguelismo e seus caceteiros em Portugal. Mas como as contradições do Absolutismo só podiam ser resolvidas pelo Capitalismo, a maré mudou, e o Capitalismo substituiu o Absolutismo. Na substituição do Capitalismo pelo Socialismo estamos na época equivalente de maré vazante agravado ainda, no caso da Europa, pelo facto de o centro de gravidade do mundo estar a mudar da Europa para a zona do Pacífico e de haver, neste momento, uma única superpotência e que é capitalista.

Assim, ao PCP só restam dois caminhos. Ou se mantém na luta pelo Socialismo e se sujeita à repressão dos «caceteiros de D. Miguel» com os consequentes sacrifícios e perseguições, ou se torna em mais um tentáculo do polvo capitalista à semelhança de Gorbachov, PCI, PCF, Partido Trabalhista Britânico, etc., etc. Em democracia capitalista, o polvo tem dois fortes tentáculos, um para satisfazer o mercado eleitoral da direita e outro para o da esquerda, os quais gozam da preferência dos órgãos de Comunicação Social, tudo controlado pela cabeça do polvo (Republicanos e Democratas nos EUA, Conservadores e Trabalhistas em Inglaterra, PSD e PS em Portugal, etc.). Além destes tentáculos fortes e preferenciais, o polvo mantém outros, pequenos, para cobrir nichos do mercado ou que interesse captar. Um Partido, ao ser captado pelo polvo, deixa de ser marginalizado e passa a ser acarinhado pela Comunicação Social, melhorando de início os seus resultados eleitorais. Oportunamente é-lhe cobrada a factura como sucedeu a Gorbachov e está a suceder ao PCF e ao ex-PCI.

O PCP está nesta encruzilhada, e é óbvio que uma opção exclui a outra. Assim, ou se mantém fiel aos seus princípios e sofre, o Partido e os seus militantes, as respectivas consequências, nada agradáveis, ou adere ao polvo como lhe é proposto com tanta «música celestial».

Um congresso não resolve nada. No PCP um congresso é a cúpula para oficializar as resoluções tomadas ao fim de milhares de reuniões em todo o Partido, não é uma arena em que se contam as espingardas de cada facção e os «homens de armas» de cada barão. Não há que alterar as resoluções do último Congresso, mas sim cumpri-las. E há que discutir o funcionamento interno do Partido e aplicar o centralismo democrático leninista em vez de só o centralismo. As ideias devem partir de baixo para cima, e as resoluções de cima para baixo.

Amândio Costa  
Amadora

## Iniciativas «dentro» do Partido (\*)

Sou militante do PCP há 33 anos, fui funcionário do Partido na clandestinidade e depois do 25 de Abril até 1980. Estive sempre ligado a várias estruturas orgânicas, desde sectores de apoio ao Comité Central até ao Sector Intelectual do Porto onde estou organizado presentemente. Fiz parte da lista de candidatos à Câmara do Porto nas últimas autárquicas.

Particpei no plenário de quadros, de dia 20, no Porto e perante afirmações proferidas nos últimos dias por elementos da direcção do Partido, nomeadamente pelo secretário-geral, gostaria de esclarecer o seguinte:

- A realização de um plenário de militantes, nos moldes em que funcionou, não proporcionou qualquer tipo de discussão. O elevado número de inscritos antes da sessão começar, permitiu, apenas e só, um desfilar de opiniões diversas. Pretender que este exercício colectivo seja debate de ideias e encontro de caminhos é pura ilusão.

- Partir deste evento para afirmar que é possível dentro do Partido a discussão aberta de ideias e de posições antagónicas, é escamotear a realidade do funcionamento dos organismos de base e do encaminhamento vertical das opiniões e preocupações dos camaradas, tradicionalmente condenadas ao limbo de qualquer bloco de apontamentos, recebendo como resposta silêncios ensurdecedores.

- Se é certo que nunca houve entraves à livre expressão de opiniões, também é certo que o tom provocatório de várias intervenções e uma perceptível tensão na sala não foram frutos do momento nem espontâneos.

- A questão essencial na vida do Partido não é «o que se diz» mas sim «o que se decide» e quem decide. Que conclusão, que decisão saiu do plenário? Para que serviu? Para dar suporte às afirmações do secretário-geral?

- Pretendo, também, afirmar que é falso quando se diz que há «camaradas que acusam o Partido», quando na verdade o que se acusa é a actividade fraccionária de um grupo restrito de elementos da direcção (acho que a direcção ainda não é o Partido).

- Entendo que iniciativas levadas a cabo por comunistas fora das paredes das sedes, fora das estruturas orgânicas, fora da convocatória superior, são essencialmente iniciativas «dentro» do

Partido. Hoje, grande parte da dinâmica, do debate de ideias, do esclarecimento e da propagação dos ideais da esquerda e do procura da vitalidade do Partido está do lado de fora das sedes e dos organismos. O que seria se só houvesse militância burocrática? As exigências da luta política e ideológica obrigam a acções muito mais amplas e diversificadas que as promovidas pelas direcções.

- A direcção do Partido, perante os desafios que se lhe colocam, externos e internos, não pode assumir uma atitude arrogante, de costas para o colectivo, de desculpabilização própria e atirar culpas aos outros, de bloquear saídas. A verdadeira autoridade não advém da força de decretos e estatutos, mas sim do exemplo, da eficácia e da capacidade em entender um corpo vivo, ao mesmo tempo contraditório e emocionante, que é um partido revolucionário.

- A entrada em cena de velhos guerreiros, inquestionáveis como tal, deveria trazer a terreira a serenidade de saber feita, e não a ameaça das espadas ideológicas que, ainda por cima, não são da sua propriedade exclusiva. Claro que a serenidade só acontece quando as consciências atingem o estado da tranquilidade de quem não tem «telhados de vidro» e do sentimento do dever cumprido.

- O breve resumo da minha militância que faço no início deste texto serve para realçar que julgo também saber do que falo.

Nelson Bertini  
Porto

## Uma ferramenta em construção

Dada a falta de espaço disponibilizada para os textos para esta tribuna (que lamento) irei centrar o meu contributo na enunciação de algumas propostas relacionadas com o nosso funcionamento e democracia interna. A forma telegráfica como o farei aqui poderá descurar a sua fundamentação mas (espero) encorajará o debate. Opto por esta modalidade por considerar que existe um conjunto de questões inter-relacionadas a que urge dar resposta e que condiciona tanto o apuramento como a aplicação de muitas das nossas orientações e linhas de trabalho políticas. Avanço então para a discussão as seguintes propostas:

- Consagrar estatutariamente a absoluta liberdade de partilha de informações e opiniões entre militantes do Partido. Muitas das incompreensões, distorções e calúnias que circulam dentro do nosso partido são o resultado directo de mecanismos restritos e unilaterais de circulação de informação.

- Se é consensual que esta Tribuna é uma experiência positiva e que a nossa discussão interna deve ser uma realidade permanente, parece apenas natural que este espaço se torne permanente no Avante! e seja alargado em dimensão para permitir um maior aprofundamento dos contributos.

- Facilitar a convocação de Encontros Nacionais e outras iniciativas transversais às organizações.

- A fusão de organismos executivos e a eliminação da separação entre competências políticas e orgânicas. A criação de organismos executivos únicos é a única forma inequívoca de responder ao problema crescente de confusão de competências entre organismos, orientações e linhas de acompanhamento paralelas, abuso de funções de organismos mais restritos e perda de controlo dos organismos de direcção.

- Assunção da política de quadros como competência directa dos organismos de direcção, pelo menos ao nível da definição de critérios. Esta é uma dimensão fundamental e estruturante do nosso funcionamento e intervenção. Separá-la da direcção política é permitir o seu desenvolvi-

mento no sentido da negligência ou colisão com as linhas de orientação política. Contribui ainda para fomentar o tratamento de problemas e discussões políticas por via orgânica ou burocrática.

- Tornar estatutariamente obrigatória (e não aconselhável), para a nomeação de responsáveis, a consulta dos organismos respectivos em reunião e consagrar o seu acordo como imprescindível. Trata-se de, através de um direito de veto das organizações, conciliar a necessidade por parte dos organismos de direcção de coordenar a sua actividade com a democraticidade desse processo, impedindo situações de completa desautorização e desmobilização das organizações.

- Tornar também estatutariamente obrigatória (e não aconselhável) a consulta de todos os organismos em que participam ou participaram camaradas a ser funcionalizados. Integração completa e exclusiva dos funcionários no trabalho dos organismos colectivos em conjunto com os restantes militantes.

- Soberania de todas as assembleias partidárias sobre todas as decisões processuais que nelas sejam tomadas. Liberdade de apresentação de propostas alternativas pontuais ou globais às propostas de resoluções ou direcções e votação obrigatória das mesmas, desde que solicitada num período a definir que permita o seu debate.

Penso que a conferência nacional que vamos realizar pode ter a virtude de relançar um debate criativo dentro do Partido que permita começar a dar, a estas e outras questões, as respostas urgentes. Tal irá depender em grande medida da forma como for integrada numa dinâmica de discussão que evolua para a realização de um Congresso antecipado. Digo-o porque, se são evidentes as potencialidades da conferência, também o são os seus limites estatutários, que algumas destas propostas ultrapassam. Assim, entender a conferência como o fim de um processo ou a forma de evitar ou restringir o debate em torno de alguns problemas inadiáveis seria reservar-lhe a triste tarefa de eludir muitos dos problemas prementes que se nos colocam e aos quais só um Congresso poderá dar respostas.

José Guilherme Gusmão  
Lisboa

## Influenciar a sociedade

Antes do mais, quero manifestar o meu agrado pela decisão da abertura deste espaço que gostava que fosse de debate franco e aberto, mas acima de tudo *fraternal*, o que, a ter em conta o conteúdo de alguns artigos, me deixa muitas dúvidas.

Começo desde já por referir - e sem estar preocupado com rebuscamentos gramaticais - que estou em completo desacordo com a ideia, que se vai instalando, de que há dois tipos de comunistas: os renovadores e os ortodoxos. Estas definições, vindas não sei de onde, são o primeiro contributo para acentuar clivagens entre camaradas que têm opiniões divergentes, o que neste Partido sempre encontrei, e fui educado para as respeitar. Daí que não entenda as crispções em alguns «discursos» e algumas acusações que aberta ou veladamente são feitas a alguns camaradas, inclusive por parte de outros com responsabilidade em organismos de direcção.

*Sejamos sinceros.* Se há militantes que pretendem descaracterizar (?!?) o Partido, se são revisionistas (onde é que já ouvi isto?), ou se a direcção do Partido acha que estão a fazer mais mal do que bem, então *haja coragem e que se tomem as medidas disciplinares convenientes.* É que *tenho grandes dificuldades em compreender como é que camaradas que até Dezembro mereciam a confiança política da direcção do Partido para serem indica-*

dos nas listas para as autarquias, *agora são considerados reformistas ou social-democratizados...*

Permitam-me, camaradas, que me manifeste como sempre o fiz neste Partido que foi para mim uma escola. Neste Partido, onde a palavra camarada não era uma questão de forma. Neste Partido onde tenho imensos amigos. Neste Partido, *que por ser um instrumento imprescindível à transformação da sociedade, dei com uma enorme alegria boa parte da minha juventude, mas que agora com muita mágoa, questiono qual é o caminho que está a seguir.* E nem coloco sequer a questão do marxismo, ou a definição do carácter de classe, ou os resultados eleitorais. Coloco é somente estas questões:

- *Como é que o Partido vai influenciar e transformar a sociedade se há muitos camaradas que teimam em ter atitudes autistas e analisam o mundo circundante subjectivamente?*

- *Há quantos anos é que se reconhece que a influência eleitoral não corresponde à influência social, e que medidas foram encontradas para corrigir este facto?*

- *Há no Partido o conhecimento exacto ou aproximado do número de trabalhadores a recibo verde e de pequenos e micro-empresários existentes no nosso país? Sabe-se o que os motiva e mobiliza?*

- *Existe no Partido o conhecimento real do tipo de necessidades que as pessoas têm? O que as leva ao consumismo? Como se realizam socialmente? Qual o índice do seu endividamento com o pagamento da casa, do carro, do infantário, etc.? É que uma boa cura implica um correcto diagnóstico.*

- *Se a Comunicação Social é tão responsável pela situação actual, como a contrariar?*

- *A estrutura orgânica (nomeadamente o quadro de funcionários) corresponde a uma distribuição geográfica satisfatória ao melhor funcionamento do Partido?*

- *Por que razão se verifica tanta resistência à eleição dos coordenadores?*

- *Estarão os quadros do Partido preparados para dar resposta às questões actuais (globalização; novas tecnologias; aos novos fenómenos socioeconómicos, etc.)? Será que existe o entendimento de que, hoje mais do que nunca, o quadro político tem de dominar um vasto leque de matérias e não se limitar ao conhecimento empírico?*

Por último:

- *Não seria bom estimular-se no colectivo do nosso Partido a leitura atenta e uma ampla divulgação do livro «O Partido com Paredes de Vidro»?* Acho que iria ajudar a clarear as ideias de algumas cabecinhas.

João Moreira  
Porto

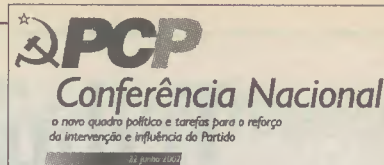
## Uma postura coerente!

A decisão do Comité Central de marcar uma Conferência Nacional para debater as grandes linhas de orientação política do partido e analisar as recentes derrotas eleitorais, é em meu entender a resposta mais coerente tendo em conta a necessidade de abrir o debate ao colectivo partidário. Com a confiança de que este, enquanto entidade concreta e reflexiva, dará o mais vivo exemplo de unidade e fraternidade na discussão, rejeitando rótulos sobre o que de mais rico possui o PCP, isto é, a extraordinária militância combativa aliada à capacidade de pensar dialecticamente a sociedade, agindo sobre ela. Este campo de discussão tem, porém, um espaço próprio, que não pode deixar-se dominar por factos de pertinência duvidosa, introduzidos «gulosamente» pela comunicação social dominante. Importante é reflectir, tendo em conta as regras do debate interno, chegando à raiz dos problemas e se possível das soluções.

Procurarei lançar algumas pistas, convicto de que desta forma estarei não só a



# Tribuna da Conferência



contribuir para o aprofundamento das mais diversas problemáticas como para a necessária estruturação das novas linhas de rumo. A maioria dos que tomarem "partido" neste debate deve fazê-lo com um grande sentido crítico e autocrítico, pelo que não rejeitaremos observações feitas a respeito das temáticas em discussão, sejam essas observações mais concretas ou mais abstractas, individuais e/ou colectivas. Antes, encaradas como expressão consciente do sentir militante de cunho marcadamente construtivo. Significativo é entrar e sair deste debate com uma postura reflexiva, ligada à análise, e à prática das grandes linhas de combate que devemos assumir como bandeiras prioritárias, à metodologia de trabalho colectivo, aos padrões de conduta fraterna que necessitamos assumir na realização de uma tarefa e/ou direcção de uma organização. Rejeitando protagonismos de visibilidade pública, tenham estes extensão mediática nacional, local ou interna. Rejeição essa que, estendendo-se ao quotidiano dos dirigentes, activistas e militantes do PCP, continuará a ser o fulcro da lubrificação do debate e da prática colectiva, para que também desta forma a actividade do partido se pautar pela dinâmica criativa dos militantes, procurando isolar os factores que pesam por vezes erradamente na subvalorização de um quadro ou de uma opinião.

Naturalmente que esta prática pode e deve ser corrente, estejamos em balanço de vitória ou de derrotas parciais. Pelo que me parece uma linha de trabalho prioritária, o repensamento do uso dado às estruturas físicas do partido, no sentido da dinamização destas para que cumpram o papel de pólos dinamizadores da análise e da luta, congregadores da expressão diversificada dos que se movimentam em torno de um outro modelo de sociedade. A aproximação do partido, do seu colectivo e da sua luta diária à sociedade, e mais concretamente às camadas jovens e associações que procuram lutar por algo de concreto, não é uma linha que se possa considerar esgotada nos métodos de trabalho correntes.

A complexificação das relações sociais decorrentes da edificação imperial dos padrões comunicacionais/comportamentais dominantes da chamada sociedade de informação, colocam como urgente a criação de espaços de cultura, debate, convívio e informação permanentes e alternativos. A disponibilização de logística, meios e quadros para a realização desta tarefa, com a consequente responsabilização prática e política de camaradas, deve em meu entender ficar expressa como linha de trabalho prioritária e inalienável, uma vez que se trata de abrir a nossa intervenção em campos diversos, sentindo também o pulso a determinadas realidades que por vezes nos podem escapar.

A aposta nesta forma de aproximação política tem a potencialidade de reforçar e inovar a intervenção do partido junto dos mais jovens, ao mesmo tempo que cria uma dimensão de consciencialização activa, reforçando os laços de identificação simbólica com o partido, os seus valores e causas, aumentando a influência social dos comunistas e lançando bases para o reforço dos laços do partido com as diversas sensibilidades dos movimentos sociais.

Hugo Janeiro  
Amadora

tasse outros meios, designadamente as reuniões regulares da organização.

Com que critérios, de que maneira e com que justeza política foi decidido que só agora é que se deveria reabrir esta possibilidade?

A resposta a esta questão conduz-nos a um dos problemas centrais que as novas realidades aconselham a que se faça a seguinte reflexão: *como se produzem as decisões no Partido?*

Concordo com o Centralismo Democrático tal como o entendemos no Partido. Penso, no entanto, que tem que incorporar a criação de um espaço alargado de reflexão e de debate, potenciador de criatividade e inovação, sendo certo que vivemos num tempo de múltiplas variáveis ainda difíceis de controlar por uma teoria que se pretende científica.

Daf que penso pertinente analisar as vantagens da circulação organizada da informação através do Avante (hipótese que me ocorreu primeiro), sendo certo que haverá outras.

Todo o conhecimento científico que temos hoje em torno da problemática da informação – a sua produção, transmissão e recepção – exige que saibamos conciliar uma estrutura organizativa revolucionária, e daí coesa na acção, mas também potenciadora de criatividade no plano da produção do conhecimento, que nos permita melhor entender o nosso tempo para melhor o sabermos transformar.

Não basta, por isso, a assunção formal de que todos os militantes do nosso Partido têm igual direito de intervir nas decisões do colectivo partidário. É preciso que o façam esclarecidos, para o que é determinante o debate ideológico na formação do colectivo partidário.

Na minha opinião é urgente criar condições que propiciem o encontrar de soluções inovadoras que nos encaminhem para as respostas necessárias aos problemas que colectivamente assumimos existirem em alguns aspectos da nossa fundamentação teórica.

Carlos Brito  
Porto Salvo

## O Poder e a rua

O estado da discussão no nosso partido levou-nos à aldeia da deriva. Entrámos fora de órbita. Para quem quer fazer a revolução na Terra é no mínimo prejudicial. E o mundo move-se caoticamente, o que faz com que esta não seja, talvez, a melhor altura para empatas. Julgo pois imperativo parar com a discussão, seja através de que medida for. A incompatibilidade dos pontos de vista e a cristalização das posições é de tal ordem que o partido se tornou um empatado social e político.

Alguns pontos sobre a discussão tida: a) ao contrário do que está estabelecido a questão que divide não é tanto a *como chegar ao poder* – entre o rumo à vitória do camarada Cunhal e o rumo à mudança do camarada Amaral não se registarão diferenças filosóficas de maior; b) a questão que deveria motivar o debate não é tanto a *de como chegar ao poder*, mas sim a *de saber onde está o poder* que queremos.

Durante vários anos os reveses eleitorais do partido foram consolados na sua força social. Como tal, o problema seria do marketing, do anticomunismo dos media, do secretário-geral, da bipolarização. Talvez seja bom aceitarmos que há razões de fundo para que a nossa força social enfraqueça. E, neste momento, parar com a discussão poderia significar lançar o debate em torno dos elementares pontos:

- Onde está o poder e onde está o poder que os comunistas querem construir? Entendo, muito dogmática e simplisticamente, que o poder de construir vidas diferentes está na capacidade do partido dinamizar experiências sociais radicalmente alternativas e isso passa, mais do que por pertencer ou não a um governo, por criar zonas de vida em que as pessoas mais diversas sintam a capacidade de se

governar, revalorizando a participação de rua contra o império dos sentados televisivos. Soa radical; pode apenas passar por sacar de um projecto de festas no bairro mais próximo.

- Por que perdemos o poder de ser contra-sociedade? Entregámo-nos a uma vida institucional e a uma via eleitoralista crescentemente aglutinadoras, definindo revolução como um composto de: projecto de lei & distribuição mecânica de panfleto à saída do metro + teoria teórica. Entre o pragmatismo do dia-a-dia e o esgrimir ideológico defensivo do marxismo-leninismo existe algo, existem as pessoas que passam indiferentes a debates masturbatórios de teoria teórica parlamentar ou filosófica, existe o espaço da possibilidade de construção de uma nova cultura política.

O caminho, é bom referi-lo, não deixa de ser pouco auspicioso. Poderemos estar mais perto da Refundação Comunista Italiana do que do PCF – e ainda bem –, mas no que toca a reformular a cultura militante e organizativa deveríamos seguir atentamente as experiências de uns e de outros. Retomar o pulso às dinâmicas das vidas implica que as bases renasçam e que dirijam as cúpulas que tão afastadas estão dos anseios sociais que se vão reinventando. Implica impulsionar as regras democráticas de pernas para o ar, fragilizando o poder da direcção em favor do poder autonomista das células de empresa ou de bairro.

Estabeleceu-se que há os que defendem que o partido deve continuar a ser o partido dos trabalhadores e os que defendem o inverso. É uma falsa questão: é mentira que haja quem defenda que devemos deixar de ser o partido dos trabalhadores e, sobretudo, é mentira que sejamos o partido dos trabalhadores. O debate que interessa colocar para ultrapassar aquela inventada discussão é o que parte desta constatação: hoje não somos o partido dos trabalhadores.

Há duas vias para acabar com a discussão. Prefiro uma opção célere e a meu ver errada do que uma não-decisão. Os dois caminhos são: a) expulsar parte das posições; b) reconhecer, como ponto de partida, a mentira do PCP como partido dos trabalhadores. Pessoalmente, a minha vontade de militância perante a convocatória de um debate radical é apenas equiparável, termodinamicamente, ao meu anseio de dissidência perante a convocatória de um silêncio de som único.

José Neves

## A História ainda não acabou (\*)

Eu, Manuel Tomás, militante de base n.º 171132 da Concelhia de Setúbal, exponho o seguinte:

Marchais, em França, Carrilho, em Espanha, Berlinguer, em Itália, e Gorbachov, na União Soviética, quiseram impor nos respectivos Partidos Comunistas uma «renovação». E quase acabaram, ou acabaram mesmo, com esses partidos... Isto não são deduções, são factos, factos que os chamados «renovadores» querem repetir...

Com base no Marxismo-Leninismo, os Partidos Comunistas renovam-se automaticamente e constantemente, como o desenvolvimento do Socialismo a caminho da ainda longínqua sociedade Comunista...

A União Soviética caiu devido à acção belicosa e provocadora do conjunto dos principais países capitalistas que a obrigaram, implicitamente, a desviar para fins militares verbas enormes que faziam falta no desenvolvimento das suas Forças Produtivas... E não se deve esquecer que havia pleno emprego...

E, segundo Karl Marx, no seu Materialismo Histórico, todas as sociedades que travem o desenvolvimento das suas Forças Produtivas formam uma quantidade numa

nova qualidade, isto é, para melhor ou para pior, conforme as respectivas circunstâncias...

Claro que os Estados Unidos da América também sofreram danos económicos com a utilização acelerada e sofisticada do seu armamento intimidatório que utilizaram na chamada Guerra Fria...

Mas eles, os norte-americanos, beneficiaram da ajuda substancial dos outros grandes países capitalistas fortemente industrializados... E a União Soviética não foi ajudada por ninguém, mas ajudou muitos...

Evidentemente que a industrialização não se faz sem matérias-primas, e por isso os referidos países capitalistas impõem ao chamado Terceiro Mundo os preços que mais lhes convêm... E fizeram a sua acumulação capitalista com o trabalho dos escravos que compraram em África; enquanto que a industrialização da União Soviética foi feita a partir da estaca zero...

Os habitantes desses países capitalistas também beneficiam, por tabela, da roubalheira que os seus estadistas fazem e, por isso, não lhes interessa, em regra, e não há regra sem excepção, que se construa um Mundo melhor...

Mas nós, comunistas verdadeiros, ortodoxos, lutamos por um Mundo melhor, não só para nós, mas para todos. É essa a nossa doutrina política que deve ser transmitida constantemente...

Quanto ao problema dos partidos Comunistas já estarem ultrapassados pela História, não devemos esquecer que a História ainda não acabou, nem acabará, e que, enquanto houver classes sociais e luta de classes, os Partidos Comunistas são absolutamente necessários...

E quanto a eleições, a esquerda verdadeira já ganhou eleições em Espanha, 1936, e no Chile, 1970, e estas vitórias foram submergidas pelo sangue daqueles que, lutando contra o fascismo, foram esmagados impiedosamente por Franco, em Espanha, e por Pinochet, no Chile...

Portanto, nós não somos eleitoralistas: a burguesia e o clero não deixam, com as suas artimanhas...

No entanto, apesar de tudo que acabámos de dizer, o nosso Partido precisa duma reorganização que começa pela implantação dum Triunvirato, acabando provisoriamente o lugar de secretário-geral, cujas tarefas imediatas poderão ser as seguintes:

1 - Expulsar do Partido todos aqueles que violaram os nossos Estatutos...

2 - Incentivar novamente as células de empresa, e de moradores, que estão adormecidas...

3 - Formar formadores que, em sessões de esclarecimento, falem, constantemente, sobre a situação política nacional e internacional, o que deverá ser aproveitado para se transmitir noções rudimentares de Marxismo-Leninismo que possam surgir em consequência das referidas situações políticas...

4 - O nosso Partido deve levar a toda a parte a sua mensagem Humanista que pretende acabar com tanta miséria, tanta fome, tanta doença e tanto analfabetismo, o que acontece no Mundo devido à nefasta e horrível exploração capitalista...

5 - Estas missões não podem ser realizadas por uma só pessoa, o que às vezes acontece, devendo para o efeito ser efectuada uma mobilização geral dos órgãos dirigentes do nosso Partido...

6 - Depois de tudo isto, que talvez seja muito, ou pouco, depende, só resta dizer:

Avante, camaradas...

Manuel Tomás  
Setúbal

## À Tribuna da Conferência

O Partido tem vindo a passar por uma situação a que, há mais de 20 anos que sou membro do Partido, nunca tinha assistido nem esperava assistir, se bem que desde sempre o grande capital combateu e combate ferozmente o nosso Partido e isso é positivo, somos um Partido de classe bem definida, estamos do lado do trabalho contra o capitalismo selvagem que nunca é nem nunca será farto e à medida que a relação de forças a nível mundial lhes é favorável não perde tempo a exigir cada vez mais.

E é neste contexto que o nosso Partido vai sendo confrontado com uma ofensiva sem precedente. Já não bastava a oposição externa como para ajudar à festa um grupo de membros do PCP decidiu estender a mão a esta ofensiva, apoiados pelo capitalismo e seus meios de comunicação social que diariamente nos bombardeiam com um chorrilho de notícias a falar da vida interna do Partido, na necessidade da renovação, acabar com o Centralismo Democrático, acabar com o Marxismo-Leninismo, rever o Programa e os Estatutos, demitir a actual Direcção... Ao fim e ao cabo, é fazer outro Partido, fingindo que lastimam a quebra eleitoral preocupadíssimos com o definhamento e outras coisas.

1.º Em quem é que esses renovadores votaram? Aonde é que esteve o seu empenhamento na campanha eleitoral? Quantos apenas fizeram ao voto na CDU? Porque? Será que estes não foram os resultados que desejavam? Para a partir daí poderem lançar a campanha vergonhosa que têm vindo a desenvolver com graves perdas eleitorais e outras afinal, o que é que querem um Partido Social-Democrata, já não têm espaço na sociedade Portuguesa, querem ser ministros, secretários de Estado ou directores-gerais aqui no PCP não me parece fácil, têm de ir para outro lado?

Querem uma renovação como a do PCF que eleitoralmente está reduzido a 3,5 por cento, uma renovação à Gorbachov ou à Ieltsin mas este tipo de renovações não, obrigado. Se não se sentem cá bem, por que é que não formam outro Partido, para nós vermos a tal renovação e esses resultados eleitorais vão ser votos

## Circulação da informação (\*)

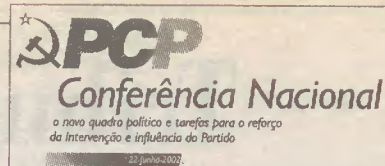
Voltámos a ter a Tribuna no Avante para o debate de ideias. Estamos de parabéns.

Mas porquê só agora?

Logo após o XVII Congresso, numa reunião com a presença de um elemento do nosso Comité Central, fiz a proposta para que a Tribuna do Congresso continuasse como forma de criar um espaço para o debate aberto de ideias, que complemen-



# Tribuna da Conferência



às carradas? Se não tiverem mais que fazer vão até à praia e deixem-nos em paz que nós precisamos ir ao essencial que é a luta do nosso povo mais desfavorecido.

Mas há uma coisa que não podemos esquecer: estes srs. foram tão longe porque os deixaram ir, porque do meu ponto de vista compete ao Secretário-Geral, à Comissão Política, ao Secretariado e ao CC cumprir e fazer cumprir os Estatutos e o Programa do Partido e as orientações do 16.º Congresso e não o têm feito porque há cá dentro quem tenha um estatuto mais alto que a generalidade dos militantes, argumentam os tais renovadores tipo Roberto Hue que não conseguem fazer valer as suas posições dentro do Partido fruto da pequena minoria que são e por isso têm de pedir ajuda à Comunicação Social do capital tenham vergonha.

Numa altura em que a ofensiva anticomunista é devastadora, é precisa uma Revolução dentro da Revolução, temos de ser um partido virado para fora, para estarmos atentos aos problemas do povo mais desfavorecido; temos de nos reorganizar; temos de recrutar, criar Comissões de fábrica, Comissões de Freguesia, Comissões Concelhias, renovar as que existem, fazer assembleias com regularidade. É preciso uma alma nova; é preciso outro tipo de discurso mais combativo; não temos nada que nos preocupar com o PS, os denominados Partidos Socialistas têm o que merecem por essa Europa fora, onde dizendo-se de esquerda nada mais fazem que é servir o capital, depois gritam que vem aí a extrema-direita mas só deles se podem queixar. E os Partidos Comunistas que forem atrás deles vão desaparecer todos, só não vê quem não quer, é olhar aqui para a Europa.

Vamos à luta que o PCP tem futuro por mais jornais por mais televisões que nos queiram destruir jamais o conseguiremos com renovadores à mistura. O PCP é indestrutível e tem futuro.

Maria Lucília Rico  
Alcoçaça

## E a repressão não conta?

A "Tribuna da Conferência" no nosso jornal, aberta a todos os militantes, não é, não deverá ser, um campo de tiro, tendo como alvo os dirigentes e o Congresso que os elegeu; já nos basta a metralha de todas as publicações diárias e semanais, rádios e televisões ao dispor de alguns militantes; só de alguns.

Na minha organização, o debate da Conferência já foi iniciado, com a presença significativa de militantes e amigos que conosco colaboram no trabalho autárquico. Todos expressaram, livremente, o que sabiam e sentiam e, porque coopero e participo, encontro-me à vontade para entrar nesta tribuna.

O que pretendemos com este debate é encontrar as causas das dificuldades que vimos atravessando, não só no modo como nos organizamos mas também na relação de cada um de nós com os trabalhadores e a sociedade em geral, sem, no entanto, ignorar o contexto nacional e internacional em que nos encontramos inseridos.

O "estudo da realidade", escamoteada por Avelãs Nunes, branqueia por completo a destruição sistemática das organizações dos trabalhadores em todas as empresas, o despedimento selectivo de militantes do partido, obrigando-os, por uma questão de sobrevivência, a entrar na clandestinidade nos seus locais de trabalho.

Em Portugal, desconheço, ao certo, os números neste tipo de delinquência; sei, no entanto, que em França, segundo um estudo do Ministério do Emprego e Solidariedade publicado em 1999, "15 921 delegados do pessoal e delegados sindicais foram despedidos em 1997, ou seja, mais 16% que em 1996, e que se vieram juntar aos 16 000 de 1992 e aos 18 000 de 1993, anos de forte repressão sindical".

São estes números, mas a nível nacional, que devemos trabalhar para compreender "os gravíssimos erros próprios", "os níveis de desilusão, o número de abandonos, a quebra da capacidade de actuar".

Quantas Comissões de Trabalhadores subsistem, sendo respeitadas de acordo com a Lei, por enquanto ainda vigente?

"Estudar a realidade" é observar e reflectir sobre as consequências de um camarada desempregado que procura emprego com um autocolante da CDU na lapela, ou levando consigo o «Avante!». É reparar nos próprios quiosques de jornais onde os proprietários, para não desagradarem a certa clientela, não colocam o nosso jornal nos escaparates e o mantêm à margem das outras publicações.

Alguns desconhecem (ou fazem por não ver) que a repressão se encontra omnipresente em todos os sectores do mundo laboral, tendo simplesmente tomado formas mais sofisticadas, dificultando assim, ou impedindo mesmo, a militância de camaradas que, até então, era bastante activa. Só por má-fé se pode ignorar esta evidência.

Bom seria que se reflectisse sobre a "capacidade de actuar" de um assalariado a prazo ou dos que, para fazer face às dificuldades económicas, após um dia de trabalho, ainda são obrigados a fazer um "gancho", não lhes sobrando tempo nem alento para o trabalho partidário.

Quantas empresas, onde tínhamos células bastante activas, fecharam ou, abrindo falência fraudulenta, deixaram os trabalhadores com milhões de contos por receber? Ou ainda quantas são as que, embora activas, mantêm salários em atraso.

O estado de espírito em que se encontram estes homens e



mulheres não deve ser tomado em conta para a análise da nossa implantação partidária e eleitoral?

A passagem do trabalho colectivo e solidário na fábrica ou na empresa, a outras actividades de pura sobrevivência, do "desenrascanso", que leva ao individualismo feroz, isolando o ex-operário de amigos e camaradas, criando conflitos familiares e sociais, fomentando o desalento e contribuindo, assim, para o desagregar do tecido social em que estava inserido, são da responsabilidade dos dirigentes e do último Congresso?

Podemos, de algum modo, compreender as dificuldades sentidas nas últimas eleições, desligando-as do fogo cerrado sobre a direcção do nosso Partido, durante toda a campanha eleitoral, fomentada, precisamente, por militantes que, contribuindo, assim, para os maus resultados, vêm de imediato acusar o colectivo partidário?

Gastos os 4000 caracteres, resta-me incentivar os camaradas que olhem à sua volta, e estou certo que aí encontrarão o conteúdo indispensável à discussão, e, com ele, encontraremos os melhores caminhos no árduo trabalho que temos pela frente.

Cid Simões  
Azambuja

## Será que percebi?

Não estando em discussão, no nosso seio, o relatório ou o plano de actividades do Grupo Excursionista Lá Vai Mais Um, mas antes o encontrar de caminhos para uma maior e melhor capacidade de intervenção do Partido Comunista Português na nossa sociedade (assunto bem mais sério, com o devido respeito pelos excursionistas), bom será que as posições assumidas por cada um tenham em conta a importância daquilo que se discute, sem o "acanhamento" demonstrado por alguns camaradas que, dizendo que o *assim* não pode ser, não revelam claramente como deverá ser o *assado* e acabam por nos servir a caldeirada que se vê.

Deixem-me ver, então, se estou a perceber a coisa:

Um dos promotores da exigência da realização de um Congresso Extraordinário (primeira carta publicada nesta Tribuna) opina (juro que este *opina* não pretende ser um trocadilho fácil...) que este deverá ser *preparado e concretizado de forma democrática*.

Diz ainda este promotor que, *em alternativa à orientação suicidária imposta por quem domina o PCP e a JCP* (julgo que se refere às direcções eleitas pelos militantes, de acordo com os estatutos que também eles aprovaram e ou aceitaram no acto da sua filiação partidária), *urge criar condições para o acesso generalizado a informações e propostas relevantes, debater seriamente e*

*em ambiente de fraternidade. Edificar consensos (e, até que enfim!), admitir a presença das várias correntes de opinião.*

Ora bem:

Eu sei, por experiência de muitos anos, que os delegados aos nossos Congressos (com excepção dos que o são por natural inerência) são eleitos, democraticamente, nas organizações em que militam;

Eu sei que as teses, quando apresentadas em Congresso, contêm já a participação de todos os camaradas que à participação se dispuseram;

Eu sou testemunha de que, nos Congressos do PCP, nos plenários de militantes e em reuniões mais restritas nunca se impediu fosse quem fosse de emitir a sua opinião, ainda que contrária ao sentir da maioria dos participantes, e que cada um é livre de votar as propostas apresentadas de acordo com a sua opinião.

Eu só ainda não sei o que vem a ser essa *novidade* pleonasticamente *renovada* da exigência de um Congresso *preparado e concretizado de forma democrática*.

Depois, *urge criar condições para o acesso generalizado a informações e propostas relevantes*. Relevantes para quem e para quê? Quem o define? As direcções eleitas do PCP e da JCP estão à partida fora de jogo porque, segundo esta iluminada tese, as propostas que nos apresentamos e as informações que nos prestamos não são relevantes. O jornal Avante, veículo principal dessas propostas e informações, acaba por ser vítima dessa irrelevância e fica também off-side. Restam-nos os tutores dos comensais da "fraternidade". (Que mal terá feito esta palavra tão linda para a meterem nisto?) Serão eles que, por possuírem a relevância (para se perceber porque leia-se o público, o diário de notícias, o expresso, as revistas do jet-set e vejam-se os canais 1, 2, 3, 4 e 5), estarão em condições privilegiadas para facultar o acesso generalizado a informações e propostas de relevo para a vida e o futuro do Partido, não só a nós, militantes comunistas, mas aos do PS, aos do PSD, aos do CDS/PP, aos do BE, aos do PPM, aos do PN e a todos os etc. que imaginar se possa. Sim, porque a nossa vida interna diz respeito a todos, não é verdade?

E para que a informação seja bem generalizada, teremos o contributo empenhado dos senhores Belmiro de Azevedo, Pinto Balsemão e outros amigos do Partido, cujos nomes agora não me ocorrem.

Por fim e todos juntos, iremos *debater seriamente e em ambiente fraterno* o revigoramento do Partido. Edificaremos consensos e admitiremos fracções (perdão, a presença das várias correntes de opinião).

Parece-me que, mais vírgula menos vírgula, é este o programa de festas da *fraternal* rebelião.

Pronto, tudo bem. Mas... Só mais uma pequenina dúvida: o que terá o Partido Comunista Português a ver com tudo isto?

Adventino Amaro  
Odivelas

## Tomar a iniciativa é preciso!

É do conhecimento geral que, em algumas organizações e sectores do Partido, se vivem situações difíceis, com divisões e alguns indícios de fractura orgânica.

Alguns membros do Partido, a que alguns órgãos da Comunicação Social colocaram o epíteto de «renovadores», certamente já não estarão com o projecto do nosso... Só assim se entende que estejam, segundo eles, preocupados em combater o definhamento do PCP, quando, na prática, o estão a promover.

Isto faz lembrar alguém que, a pretexto de salvar um naufrago que se está a afogar, em vez de o puxar para cima, coloca-lhe a mão sobre a cabeça, empurrando-o para o fundo.

Estamos num período de debate. É necessário continuar a aprofundar as melhores maneiras de intervir e de avançar com as nossas propostas junto dos trabalhadores e das populações em geral. Mas o debate não deve ficar por aí: é necessário que as organizações do Partido, a todos os níveis, regionais, concelhias, de freguesia, ganhem mais capacidade de iniciativa e de intervenção política. No quadro das orientações globais do Partido, as organizações têm um enorme espaço para definirem a sua actividade. É necessário que as organizações locais do Partido dêem resposta aos problemas dos trabalhadores e das populações que, no âmbito das suas responsabilidades, se lhe colocam. Vamos assumir em conjunto as responsabilidades de tocar o Partido para a frente, mobilizando os militantes, procurando sensibilizá-los para a necessidade de, aos mais diversos níveis, dinamizar a actividade partidária, fazer com que o nosso Partido cumpra as suas obrigações para com os cidadãos. Ou seja, no fundo, cumprir com os objectivos para que foi criado.

No Partido teoriza-se muito, e eu também entendo que a teoria é fundamental, mas há muitos militantes que estão desmobilizados, e que necessitam de despertar, de dar algum do seu tempo à actividade partidária, caso contrário transformamo-nos num Partido de debate, de quadros mas não de militantes e de militância, como está definido.

Na Madeira, as dificuldades para a luta do Partido nem são maiores nem menores do que noutras regiões, são idênticas. De há dez anos a esta parte, aumentou significativamente a capacidade de iniciativa e intervenção do Partido. Hoje, o ritmo de intervenção pública do Partido é diário, intensificando-se ao fim-de-semana o contacto com as populações nos seus locais de residência.

Neste momento, estão em preparação as quatro assembleias das principais organizações concelhias do nosso Partido na Região, e o objectivo é reforçar a organização para melhorar a capacidade do Partido em mobilizar os trabalhadores e as populações para a luta, e isso só é possível envolvendo mais camaradas nesse trabalho.

Na Madeira, os dirigentes e os deputados do Partido participam, enérgica e incansavelmente, na mobilização dos trabalhadores e das populações para a acção e para a luta. Na Madeira, ao contrário do que por vezes se ouve como comentários a alguns camaradas, o Partido não vive do trabalho institucional dos deputados no Parlamento Regional, antes pelo contrário.

E estaria o Partido muito mal em termos de resultados eleitorais se fosse essa a sua actividade de base na RAM...

Vítor Martins  
Madeira



## Livros

• Leandro Martins

A reedição de um bom livro costuma justificar-se a si própria e para ela concorre sobretudo o interesse que os leitores mostraram ao lê-lo, ao divulgá-lo, ao suscitar mais leitores e, portanto, ao exigir mais exemplares. Este livro, da autoria do camarada **Álvaro Cunhal**, é um deles.

E há livros que, escritos em determinadas circunstâncias e sempre marcados por elas, se converteram em marcos de uma época determinada e, embora encerrando determinada mensagem ancorada em uma realidade que já passou, se projectam no futuro como se de marcos históricos se tratasse. Este livro é um deles.

E ainda, há livros que, embora assim escritos, podem e devem ser lidos mesmo quando as circunstâncias são outras - ou são aparentemente tão outras que só a sua leitura nos convida a estabelecer as fortíssimas ligações entre as circunstâncias do passado e aquelas do presente, cujas roupagens acabam servindo de disfarce a uma realidade que é, no fundamental, a mesma. Este livro é um deles. E a sua 6.ª

## O Partido com Paredes de Vidro

edição, agora vinda a lume, não podia ser mais oportuna. É um livro que, escrito em 1985, se adianta no futuro. Pela visão alargada e circunstanciada do que é este partido, o Partido Comunista Português, pelas reflexões que propõe aos leitores - principalmente aos leitores comunistas, mas também aos outros que nos querem conhecer melhor -, pelas considerações que tece sobre um colectivo, o seu funcionamento e os problemas que se colocam a organizações e a militantes, sobre os seus ideais e a sua moral, as suas regras internas, o seu relacionamento com as massas e a sociedade, sobre o seu projecto revolucionário.

Um livro que, relendo-o agora ou, para os que nunca o tenham lido, abordando-o pela primeira vez, se revela muito oportuno nas circunstâncias do presente, e muito feliz, portanto, a iniciativa de sua reedição pelas **edições Avante!**.

E, quando falamos de circunstâncias do presente, não fugimos à abordagem da situação difícil que o PCP neste momento vive e para a qual concorrem certamente muitos factores, desde a perda de influência eleitoral ao enfraquecimento de algumas das suas organizações, fruto de uma situação histórica nova em relação aos anos de 1985, com a derrota do socialismo no Leste da Europa e particularmente na URSS, com a vitória do imperialismo e a instauração de uma nova ordem em que o capitalismo exerce o seu domínio a nível global. Oportuno ainda se considerarmos as reedições de velhíssimas teses revisionistas que, de fora, pretendem impor ao PCP, ao mesmo tempo que, no interior do Partido, mais uma vez, elas são ouvidas e feitas suas por alguns dos seus membros, dispostos a abandonar a natureza de classe do Partido, os seus objectivos revolucionários, as suas regras de democracia interna, tudo em nome de uma renovação mirífica,

medida apenas ou sobretudo com olhos fitos em supostos melhores resultados eleitorais.

Esta 6.ª edição de **O Partido com Paredes de Vidro** é, em nossa opinião, e neste momento, um valioso e clarificador contributo para o esclarecimento necessário ao debate que ora se trava.

Em prefácio, o autor lembra os principais objectivos com que foi escrito o livro: «Dar a conhecer como nós, os comunistas portugueses, concebíamos, explicávamos e desejávamos o nosso próprio partido.» E, falando dos «anos desde então decorridos» e das «profundas transformações» verificadas, para salientar que «entretanto, os princípios fundamentais, vasta e pormenorizadamente desenvolvidos no ensaio, mantêm, a nosso ver, significativa actualidade», o camarada **Álvaro Cunhal** reapresenta, capítulo a capítulo, o essencial do livro.

Para recolocar, perante as transformações verificadas, a caracterização feita da situação mundial, que, apesar delas «não desmente (...) a afirmação de que o capitalismo está roído por insanáveis contradições internas e continua a mostrar-se incapaz de responder às legítimas aspirações económicas, sociais, políticas e culturais da humanidade». O ensaio, como o prefácio vai recordando e actualizando com dados, debruça-se sobre a **natureza de classe de um partido comunista**, sobre o **trabalho colectivo** como ideia-chave para toda a actividade do Partido, sobre a **democracia interna** e os princípios do centralismo democrático, sobre o **trabalho de direcção**, sobre os **quadros**, a **organização partidária**, a **ideologia**, que «intervém na luta de classes como força material e inspiradora» e, finalmente, sobre a **unidade do Partido**, capítulo para o qual nos atrevemos a chamar a particular atenção dos leitores.

Álvaro Cunhal

### O Partido com Paredes de Vidro

6.ª edição  
com um prefácio do autor

Avante!

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

## Fabulando

Era uma vez... Perdão,  
era uma vez, não.  
A história assim contada  
parece até  
que é coisa de inventada  
e não é, e não é.

Vejamos como tudo aconteceu.

Numa terra do meu conhecimento  
de repente, choveu.  
E que regalo!  
Que contentamento!  
(Peço intervalo  
para uma explicação.  
Na tal região  
há muito não chovia  
só uma erva esquelética se via  
terra quase careca  
roída pela seca...  
Percebem a alegria que se deu  
quando choveu?)

A história, pois.  
Com mais capim nos montes  
vieram os bisontes  
lebres, veados, búfalos e bois  
gazelas  
tenras e belas  
eram mesmo, eram mesmo verdadeiras  
e não telenovelas  
brasileiras

Forte, o lobo dizia-nos feliz:  
- Fui eu, fui eu que fiz  
tudo o que estão a ver  
tão ao jeito do nosso paladar.  
É comer, é comer,  
é fartar, é fartar

(se não digo que disse de seguida  
«é fartar vilanagem»  
é só porque se trata de uma imagem  
já batida)

Os animais carnívoros, devotos  
da boa mesa, bem,  
foram a votos  
como convém  
e incitaram à escolha para rei  
da confraria  
o lobo, o tal de quem já lhes falei.

Mas veio, rapidíssimo, o deslize.  
Era a crise, era a crise.

- Agora - diz o tigre para a manada -  
sou eu o salvador.  
E a tola bicharada  
que já escolhera o lobo  
explode num arroubo  
sim senhor, ora essa, faxavor...

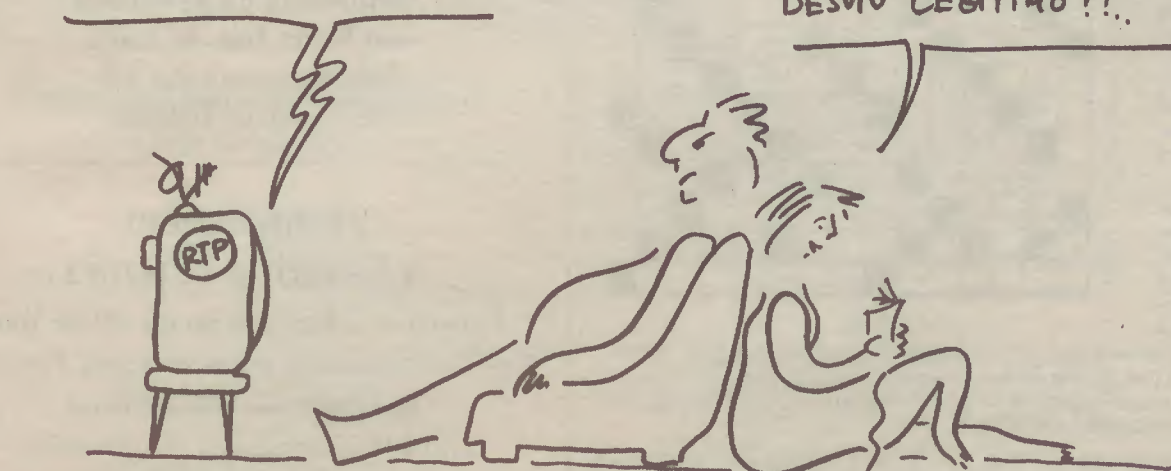
E mais não vou dizer.  
Esperem para ver.

## Cartoon

• Monginho

«VOU ACABAR  
COM A ROUBALHEIRA»  
AFIRMOU DURÃO BARROSO  
NO ALMOÇO DE  
ANIVERSÁRIO DO PSD...!

POIS... TA' BEU!  
OFERECERES A RTP  
AO BALSEMAO E' O QUE...  
DESVO LEGITIMO?!?!



mi-





## Religiões

• Jorge Messias

**P**assemos por sobre a introdução que a «Carta Pastoral» da Conferência Episcopal, intitulada «Na era da Comunicação Social» (11.04.2002), dedica aos aspectos teológicos desse documento. É uma parte do texto de evidente menoridade, onde se procura confundir Ciência e Religião, Igreja Católica e progresso científico do conheci-

«Não seria descabida a existência de um órgão com peso institucional que, em representação dos diversos públicos, emitisse pareceres sobre a qualidade da comunicação» (ponto 19 do texto). Ao Estado compete um simples *papel moderador* na área mediática (ponto 20). Uma das formas que permite ao Estado cumprir esta missão é «velar por que a comunicação social pública não agrida nem silencie os valores que alicerçam o edifício nacional, nomeadamente os de natureza cultural e religiosa». Ofenderia a laicidade do Estado que este se mostrasse contrário ou alheio à religião. Assim, os governantes devem zelar no sentido de que, a nível dos *serviços públicos de comunicação*, se multipli-

## Os voos rasantes (II)

mento humano. Tão lamentável é esta névoa mental em que os bispos se envolvem que, para marcar presença na agenda das realizações mediáticas positivas da igreja, não hesitam em referir como paradigmáticos o jornal *Novidades*, a *Rádio Renascença* e a *Agência Ecclesia*, três lamentáveis exemplos da contra-informação. Depois, numa cerrada retórica, o documento alude a Pio XII quando esse papa refere (*Encíclica Miranda Porsus*, 1957) que «é próprio da Comunicação Social a *difusão*, isto é, a comunicação em larga escala, à *sociedade e a cada um dos seus membros*, dos bens do espírito». Valores que, como se sabe, as comunicações sociais da igreja têm abundantemente contribuído para degradar. Um desclassificável exercício de demagogia!

Os aspectos mais sérios deste documento só depois começam a surgir. A pastoral é longa e é apenas a partir da segunda metade do seu extenso discurso que se começa a apanhar o verdadeiro fio condutor da meada.

Os órgãos de comunicação são veículos quer do Bem quer do Mal. Por razões de mercado, fornecem ao público aquilo que o público lhes pede. E o público português tem uma péssima educação do gosto. Importa, pois, educá-lo no bom uso dos meios de informação. De que modo? Mobilizando as famílias, as escolas, o Estado, os comunicadores, os educadores, os movimentos familiares, as associações de pais, as instituições educativas, a Igreja Católica.

### Ingenuidades... ou nem tanto

A nota do Episcopado admite então, *ingenuamente*:

quem os programas de índole religiosa, e lançar mão de outros meios indirectos de formação das audiências tais como, por exemplo, o apoio técnico e financeiro a «órgãos de comunicação de fraca base económica mas de significativo interesse para determinados sectores da sociedade. Aqui se justifica, ao lado de outras formas de apoio, o *porte-pago*... pelo seu contributo para a integração e valorização de sectores populacionais menos favorecidos» (ponto 22).

A intervenção católica no plano da comunicação social pode fazer-se através de tomadas de posição por parte da hierarquia eclesial. Mas é aos leigos que pertence desempenhar o papel fundamental: «Os leigos católicos assumem especiais responsabilidades na formação das novas gerações para um correcto uso dos OCS, sobretudo através da família e da escola... Esta acção educativa pode alargar-se a outros sectores etários, através de grupos e movimentos. São-lhes ainda pedidas intervenções críticas junto dos diversos órgãos de comunicação social» (ponto 25). Nesta passagem, a nota do episcopado assume um certo aspecto vagamente prepotente e ameaçador: «Os vocacionados para o trabalho profissional em órgãos de comunicação **devem exercê-lo de forma competente e coerente com os princípios cristãos**. Não menos importante que a colaboração dada a órgãos de comunicação da Igreja, pode ser a sua presença e actuação em órgãos não confessionais. O mesmo se dirá de católicos que, embora não sejam profissionais de comunicação, se disponibilizem para se pronunciarem sobre assuntos em que sejam peritos, **sempre que para isso sejam solicitados**.»

## Palavras Cruzadas

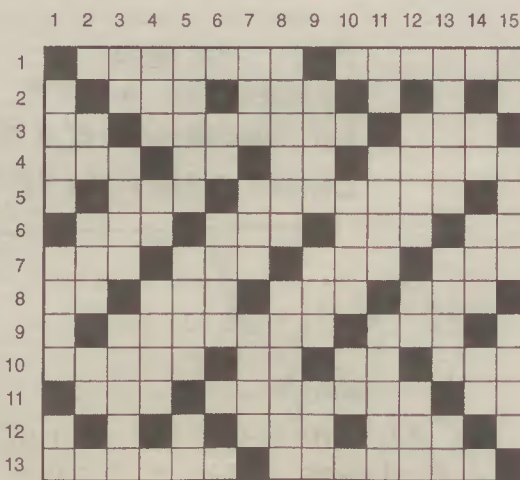
**HORIZONTAIS:** 1 - Doença sem importância (pop); nódoa. 2 - Estrela; pau-ferro. 3 - Centímetro (abrev.); Bajulava; ela! (interj.). 4 - Contr. de maior; prep. indicativa de várias relações como lugar, tempo, modo, etc.; sódio (s.q.); pua. 5 - Fem. de anão; parte de terreno cultivado onde a semente não germinou, ou onde as plantas não medram. 6 - Galha de uma espécie de carvalho; interpretar por meio de leitura; caminhado; observei. 7 - Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de novo; forma apocópada de muito; greda branca; geme (gr). 8 - Contr. da prep. a com o art. def. o; ontem (ant.); espécie de albufeira; coloração da face. 9 - Amolaria; fileira. 10 - Para o lado de fora; outra coisa; milímetro (abrev.); curso de água natural. 11 - Indivisível; tornar lasso; batráquio anfíbio aquático, anuro, da família dos ranídeos. 12 - Suf. nom., de origem grega, que exprime a ideia de filiação, descendência; indivíduo contra quem se intenta processo judicial. 13 - Que roí; aspecto airoso (pop.).

**VERTICAIS:** 1 - O ponto mais alto; cobra-capelo; doutor (abrev.). 2 - Molibdénio (s.q.); elemento de formação de palavras que exprime a ideia de terra; designa nojo ou desprezo (interj.). 3 - Aquelas; escasso; a que lugar. 4 - Filtra; forma proclítica de não; africano. 5 - Mulher da aldeia; tecido de malha para cobrir o pé e parte da perna; contr. da prep. de com o art. def. o. 6 - A unidade; buraco que certos animais, especialmente os coelhos, fazem na terra para sua habitação. 7 - Partícula que, no antigo dialecto do Norte de França, significava sim; monarca. 8 - Curtir com atinado; tecido adiposo que envolve especialmente os rins do boi. 9 - Respeitante à uva; nome de duas espécies de colónias; desloca-se para fora. 10 - Terreiro; manuscrito (abrev.). 11 - Gume; bacia ablonga para lavagem das partes inferiores do tronco; amargo. 12 - Engano; cloro (s.q.); rente. 13 - Pequena embarcação; quantia que, entre os Hebreus, o noivo era obrigado a pagar ao pai da futura esposa; interj. que designador. 14 - Antes de Cristo (abrev.); chegar; dirigir-se. 15 - Interj. que exprime admiração; aguça; nome próprio masculino.

9 - Uval; cia; sal. 10 - Fira; ms. 11 - Az; bid; amaro. 12 - Firo; Ch; res. 13 - Canoa; moari; ui. 14 - AC; vir; ir. 15 - Ah; alta; João.

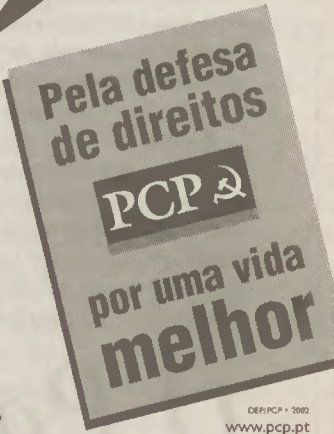
**VERTICAIS:** 1 - Acme; naj; dr. 2 - Mor; geo; fu. 3 - As; taro; aonno. 4 - Co; nã; afro. 5 - Aldé; meia; do. 6 - Um; lura. 7 - Oll; rei; rala. 8 - Alanar; hlada. 9 - Aer; aer; rai; cor. 9 - Alhar; al. 10 - Alfar; ai; mm; no. 11 - Uno; alass; rr. 12 - Ad; téu. 13 - Roedor; atrosia.

**HORIZONTAIS:** 1 - Mecago; mancha. 2 - Sol; itu. 3 - Cm; adular; ena. 4 - Mor; em; Na; broca. 5 - Ana; raitra. 6 - Cr; ler; ido; vi. 7 - Neo; mi; cre; mia.



SOLUÇÃO:

Ó Pai... porque é que eles prometeram baixar os impostos e agora vão aumentar o IVA?



DEFPCP - 2002  
www.pcp.pt



## DEFENDE O CRÉDITO BONIFICADO!

Concentração junto à residência oficial do Primeiro-Ministro

Dia 20 de Maio - 19 horas

**2.º Encontro Regional do Litoral Alentejano**  
Domingo, 19, no CT do PCP de Alvalade-Sado.  
Intervenções de encerramento de Mário Peixoto e Luísa Araújo

**Encontro Regional do Algarve**  
Sábado, 18, às 15h no CT do PCP Faro  
Jantar-convívio às 20h

**Encontro Regional de Leiria**  
Sábado, 18, às 15h na Marinha Grande

Plenário da Organização Concelhia do Barreiro - Eleição do novo Executivo concelhio.  
- Debate sobre a Conferência Nacional do PCP.  
Sábado, 18, às 15h, no CT Concelhio.

\*

**Sardinhada da Juventude em Santa Iria da Azóia**  
Sábado, a partir das 13h no Centro de Trabalho

**Homenagem a Catarina Eufémia**  
Excursões a Baleizão no dia 19 de Maio  
Da Amora, promovida pela Comissão de Freguesia  
Inscrição nos CTs de Amora (21 221 2222) e Seixal (21 221 6952)  
Da Amadora  
(Informações no Centro de Trabalho)



## Assembleias e debates preparatórios

### Alentejo Litoral

Encontro Regional de militantes da ORLA – sábado, 18, 14h30, Pavilhão do Estrela de Santo André, com a participação de Jerónimo de Sousa.

### Bragança

- Bragança - Plenário concelhio de militantes – sexta-feira, 17, 21h30, CT de Bragança, com Jorge Cordeiro.  
- Mirandela - Plenário concelhio de militantes – sábado, 18, 15h, no CT, com Jorge Cordeiro.

### Castelo Branco

Plenário Distrital de quadros – sábado, 18, 15h, no CT da Covilhã, com Armindo Miranda.

### Coimbra

Reunião plenária do Sector Intelectual – sábado, 18, 15h, no CT, com Vítor Dias.

### Évora

Borba - Plenário concelhio de militantes – domingo, 19, 11h, no CT, com Jerónimo de Sousa.

### Leiria

- Alcobaça - Assembleia plenária – quinta-feira, 24, 12h30.

- Bombarral - Assembleia plenária – sábado, 18, 15h.

- Leiria - Reunião de militantes de Maceira – sexta-feira, 17, 21h30, 19, 21h30. Reunião de militantes de Monte Redondo – sábado, 18, 21h30.

- Marinha Grande - Reunião de quadros sindicais – sexta-feira, 17, 21h, no CT, com Jerónimo de Sousa. Assembleia plenária de militantes do concelho – sábado, 18, 21h30, no CT. Reunião de eleitos do PCP – quarta-feira, 22, 21h30, no CT

- Peniche - Reunião de pescadores – sábado, 18, 15h. Reunião de Conservas – sábado, 18, 16h. Reunião de Reformados – quinta-feira, 24, 15h.

- Pombal - Lanche-convívio – sábado, dia 18, 18h.

- Porto de Mós - Jantar-convívio/dinamização da Conferência – quinta-feira, 24, 20h.

### Lisboa

#### ORL/Sectores:

- Bancários - Plenários das células do BES (hoje, dia 16, 17h) e do BCP (dia 20, 17) – ambos no CT Vitória.

- Função Pública - Reuniões das células Dir. Sindicato: quinta-feira, 16, 15; do IM - quinta-feira, 16, 18h; do LNEC – segunda-feira, 20, 17h30; do Min. Educação – dia 20, 18h; do ICT – quarta-feira, 22, 12h; do MAP/MIE/MCT – dia 22, 19h; de Min. das Finanças/Pequenos Ministérios – dia 22, 19h.

- Sector Intelectual - Ciclo de debates sobre desenvolvimento sustentável/Alterações Climáticas: sexta-feira, dia 17, 21h, no CT Vitória; Jornada de Reflexão sobre o Ensino Superior: sábado, dia 18, Fac. Letras da Univ. Lisboa, 10h; Reuniões: plenário do Org. Professores – quinta-feira, 16, 21h; das células Património – segunda-feira, dia 20, 18h30, CT Vitória; de Ciência, Tecnologia, Ambiente – dia 20, 21h, CT Vitória; de Artes do Espectáculo – dia 21, 18h30, CT Vitória; da SAPAD - dia 21, 18h30, CT Vitória; da Comunicação Social – dia 22, 21h, CT Vitória; da célula Ciências Sociais – dia 22, 21h, CT Vitória.

- Sector da Saúde - Plenários de militantes – segunda-feira, 20, no CT Vitória: às 16h30 com Carlos Grilo; às 21h com Aurélio Santos.

- Sector dos Seguros - Reunião do Executivo do OD – quinta-feira, 16.

- Sector Serviços e Hotelaria - Plenário do Sector – quinta-feira, 16, 19h30, CT Vitória.

- Sector Sindical - Das células de Metalúrgicos - Plenário: quinta-feira, 16, 17h30, CT Vitória; dos

Func. Sindicais – dia 20, 18h30, CT Vitória; do Secretariado do Sector – dia 21, 10h, CT Vitória; dos Funcionários Sindicais do CESP – dia 22, 18h, CT Vitória.

- Sector Transportes - Da célula da Carris – plenário da célula: dia 16, 18h, CT Vitória; do núcleo da CIC – dia 17; do núcleo da Musgueira, com eleição de delegados à Ass. do Sector – dia 20, 17h, na Musgueira; do núcleo de Miraflores – dia 20, 17h30, em Miraflores; do núcleo de Santo Amaro – dia 22, 17h30, CT de Alcântara; do núcleo dos Reformados – dia 22, 15h, CT Vitória (todos com eleição de delegados à próxima Assembleia do Sector). Da Rodoviária de Lisboa – dia 16, 20h30, CT de Caneças; da Socarmar – dia 18, na Moita; dos Taxistas do distrito de Lisboa – dia 18h, 15, CT Vitória; da célula do Sitava, também com eleição de delegados à Ass. do Sector de Transportes – dia 20, 18h30, CT Vitória; da célula da Scotturb/Transportes Urbanos – dia 21, 21h, CT de Tires; da célula da ANA/Av. Estrangeira, dia 22, 18h30, CT Vitória; da célula da CP – dia 22, 18h, CT Vitória (as duas últimas também com eleição de delegados à Ass. do Sector); Assembleia da Organização das células TAP-ANA-SITAVA-Av- Estrang. – quarta-feira, 22, 18h, CT Vitória; plenário da célula da Vimeca, também com eleição de delegados à Assembleia do Sector – dia 22, 14h30, CT Vitória.

### Concelhos do distrito de Lisboa:

- Alenquer - Da freguesia do Carregado, com Jorge Humberto – dia 18, 21h.

- Amadora - De Trabalhadores comunistas nas IPSS's do concelho – dia 16, 18h; plenário da célula da Sorefame – dia 17, 17h, CT da Amadora; das freguesias Buraca e Alfragide - Assembleia da Organização – dia 18, 15h, no Espaço CDU/Buraca; da freg. Reboleira – dia 16, 15h, no Ref. Dos Trabalhadores da Junta de Freguesia; Assembleias das Organizações de S. Brás, dia 18, 16h, e da Venteira, dia 18, 15h, ambas no CT da Amadora; reunião de camaradas de Micro, Pequenos e Médios Empresários – dia 20, 21h, CT da Amadora; Debate sobre «A ofensiva do imperialismo, luta e resistência dos povos», com Manuela Bernardino – dia 22, 20h30, CT da Brandoa.

- Cascais - Freg. da Parede - Plenário de militantes – dia 18, 15h30. Freg. de Cascais - Almoço-convívio, seguido de plenário sobre a Conf. Nac. – dia 18, 13h CT de Cascais.

- Lisboa - Plenários de militantes de células e freguesias – da CML – dia 16, 19h, CT Vitória; de Ajuda, S. Francisco Xavier, Belém – dia 17, 21h, CT Ajuda; de Santa Engrácia – dia 17, 21h, CT da Graça; dos Prazeres – dia 18, 15h, CT Prazeres; Santo Condestável/ Santa Isabel – dia 18, 21h, CT Sto. Condestável; de Marvila – dia 18, 15h, CT Marvila; de Olivais – dia 18, 15h, SFUOCO. Reunião da Dir. da Cidade de Lisboa – dia 20, 21h, CT Vitória.

- Loures - Plenários de militantes das freguesias de Moscavide – dia 16, 21h; de Bobadela – dia 17, 21h; de Sta. Iria de Azóia – dia 17, 21h, no Centro de Trabalho local; de Santo Antão do Tojal – dia 17, 21h; de S. Julião do Tojal – dia 18, 15h, com Paulo Loya; de Apelação – dia 18, 15h, com Carlos Luz; de Unhos – dia 18, 15h; de Portela – dia 18, 16h; de Sacavém – dia 18, 15h; de Santo António dos Cavaleiros – dia 18, 15h; da freguesia de Loures – dia 20, 21h; do Sector de Empresas de Loures – dia 21, 18h (todos estes plenários incluem também a eleição de delegados à 10.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures).

- Odivelas - Assembleia da Organização do Concelho de Odivelas – dia 18, 14h30, na Biblioteca Municipal D. Dinis.

- Oeiras - almoço-convívio e debate, do Sector de Empresas de Oeiras – dia 18, 12h, na Liga de Melhoramentos de Algés, com Dias Coelho;



## Conferência Nacional

o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido

22 Junho 2002

## Ciclo de debates no Porto

promovidos pela DORP reservados a militantes do Partido

À quarta-feira, até 5 de Junho  
Esta semana:  
Funções Sociais do Estado

Direitos e conquistas dos trabalhadores Sector público e responsabilidades civilizacionais do Estado

Exercício de direitos, liberdades e garantias no contexto neoliberal  
Dia 22 às 21h30,  
Auditório da Boavista

plenários de militantes das freguesias de Paço d'Arcos/Caxias – dia 18, 16h, no CT de Porto Salvo, com Leonor Barão, e da freguesia de Carnaxide – dia 21, 21h, CT de Carnaxide.

- Sintra - Plenários de militantes das freguesias de Monte Abraão, dia 17, 21h, na Esc. Primária de M. Abraão, e de Mira-Sintra, dia 17, 21h; reunião da Com. Freg. de Algueirão, alargada – dia 20, 21h, CT de Algueirão; do OD do Sector de Empresas – dia 21, CT do Cacém.

- Torres Vedras - Plenário concelhio – dia 17, 21h30, com Domingos Abrantes.

- Vila Franca de Xira - Debate sobre «Comunicação e luta das ideias - formas e meios de intervenção» – dia 17, com Aurélio Santos; plenários de militantes das freguesias de Póvoa de Sta. Iria – dia 17, com Pedro Dias, de Vialonga – dia 18, 15h, CT de Vialonga, com Celeste Soeiro, de Castanheira – dia 22, 21h30, com debate sobre Associativismo. Encontro de operários e outros trabalhadores do concelho com Jerónimo Sousa – dia 18; plenário da célula das OGMA, com Adelaide Pereira – dia 22, no CT de Alverca.

### Porto

Penafiel - Encontro do PCP da sub-região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega – sábado, 18, a partir das 15h, na sala da Assembleia Municipal de Penafiel, com Sérgio Teixeira.

### Santarém

- Abrantes - Organização da freg. de Tramagal - dia 23, 21h, sede do Sind. dos Metalúrgicos.

- Coruche - Reunião da célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal - quinta-feira, 16, 17h30, no CT do PCP

- Couço - Reunião dos camaradas da Volta do Vale – domingo, 19, 18h, no Centro Social.

- Alcanena - Reuniões das organizações das freguesias de Louriceira – sábado, 18, das 17 às 19h, em casa do cam. Vítor Loureiro, com António Magro; de Monsanto – dia 18, das 17 às 19h, em casa do cam. Agostinho Cota, com Valdemar Henriques; de Vila Moreira – dia 18, das 17 às 19h, em casa da Cam. Ermelinda Rodrigues, com Jorge Ferreira.

### Setúbal

- Almada - Encontro Concelhio de Quadros – sexta-feira, 17, às 21h, no CT Concelhio (Pombal), com Jorge Pires.

Encontro de militantes da org. da freguesia do Pragal – sábado, 18, no Bairro Cor-de-Rosa.

- Barreiro - Plenário concelhio de militantes – sexta-feira, 17, 21h, no CT concelhio.

- Seixal - Debate: «Resistência e luta de massas. Acção por objectivos concretos» – sábado, 18, 21h, no CT de Corroios; Assembleia plenária da organização da freguesia de Arrentela, com eleição de delegados à Conf. Nac. – dia 18, 15h, CT de Arrentela, com Rui Fernandes; plenário de militantes da freguesia de Fernão Ferro – dia 19, 9h30.

### Viana do Castelo

Viana do Castelo - Reunião de activistas sindicais – dia 17, 14h30, com Albano Nunes e Branca Carvalho; reunião de militantes de Darque e das freguesias da Margem Esquerda do Lima – dia 17, 21h30, no CT do PCP, com Albano Nunes e Branca Carvalho.

### Reunião em Lisboa da Comissão Distrital de Mulheres (alargada)

inserida na preparação da Conferência Nacional com especial incidência na situação, direitos e luta organizada das mulheres  
Hoje, dia 16, às 18h, no CT Vitória

com a participação de Fernanda Mateus

### Desenvolvimento sustentável Ciclo de debates

Em Lisboa,  
no CT Vitória

promovido pela célula da Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL

– Sexta-feira, 17 de Maio às 21h:

«Alterações climáticas»  
(2.ª sessão)

Apresentação de Ana Maria Silva e Rui Namorado Rosa

### Sector Intelectual da ORL do PCP Jornadas de reflexão sobre o ensino superior

O Processo de Bolonha  
- análise crítica e perspectivas

Moderadores:

Rui Namorado Rosa (Univ. Évora)  
e António Armando da Costa (IST)

Intervenção de encerramento: António Abreu  
Sábado, 18 de Maio, das 10 às 17h,  
Anfiteatro 2 da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

### Debate

«Comunicação Social, Propaganda, Agitação»

No CT de Algés, sexta-feira, 17 às 21h com a participação de

José Casanova  
Leandro Martins  
Correia da Fonseca  
e Carlos Coutinho

«Os problemas da toxicodependência»

- debate no Centro de Trabalho de Benfica,  
sábado, dia 18, às 16h  
com a participação de Dinis de Almeida



## ATVer

A Trégua relata o testemunho verídico da libertação de um prisioneiro italiano do campo de concentração nazi de Auschwitz

### O Intruso

(Quinta-feira, 16.05.02, RTP-2)

O **Intruso** é o último filme do mestre italiano **Luchino Visconti** (feito em 1976), fechando uma brilhante carreira com este melodrama sumptuoso adaptado da obra de **Gabriele d'Annunzio**, onde Visconti regressa ao meio aristocrático e decadente para o zurzir através desta história de um conde que é incapaz de aceitar tanto o facto de a mulher ter uma relação extraconjugal como os conceitos de liberdade e independência da sua amante, desembocando no crime quando o conde decide eliminar a criança que nasceu da relação extraconjugal da mulher, tudo para salvar as aparências morais e sociais de uma classe decadente, conseguir uma absurda recuperação da relação com a mulher e salvar o seu nome de uma situação escandalosa. Uma grande e sumptuosa reconstituição de época, posta de pé com a inimitável capacidade de mestre Visconti, que conta com as excelentes interpretações de **Giancarlo Giannini** e **Laura Antonelli**.

### A Trégua

(Sexta-feira, 17.05.02, RTP-2)

Em 1996, o italiano **Fancesco Rosi** passou para cinema este testemunho verídico de **Primo Levi**, um



### A Barreira Invisível

(Domingo, 19.05.02, RTP-1)

Ao fim de 20 anos sem rodar um filme, **Terence Malick** regressou ao activo com este magnífico **A Barreira Invisível** (que perderia, no ano de 1999, o Óscar da Academia de Hollywood a favor de *O Regresso do Soldado Ryan*, de um **Steven Spielberg** completamente integrado no sistema hollywoodesco). É um surpreendente e apaixonante filme de guerra, adaptado do romance de **James Jones** sobre os sangrentos combates de Guadalcanal no Pacífico durante a II Guerra Mundial, com Malick a construir uma espécie de épico intimista, onde emocionantes cenas de guerra abrem igualmente caminho à reflexão poética, filosófica e até onírica sobre o pesadelo da própria guerra, que assim nos surge numa visão muito particular, nomeadamente através da sua absurda violência que deixa os homens entregues a si próprios e aos seus primários instintos, nomeadamente de sobrevivência. Um filme notável, onde pontificam nomes como **Sean Penn**, **Nick Nolte**, **John Travolta** e **George Clooney**, entre outros.

### Godzilla

(Domingo, 19.05.02, TVI)

A história é linear: uma enorme criatura, produto de uma explosão nuclear, dirige-se à ilha de Manhattan provocando uma destruição maciça e colossal. Os heróis que se lhe opõem são um cientista, um repórter de televisão e um angariador de seguros francês, que unem as suas forças e talentos com o exército dos EUA para não apenas enfrentar e destruir a criatura, mas também para desvendar o mistério da sua origem. Trata-se de uma moderna versão do célebre monstro Godzilla criado nos anos 60 pelo cinema nipónico, exactamente com estas premissas (explosão nuclear, monstro, etc.) e que teve grande sucesso nos EUA e até na Europa. Esta versão norte-americana apenas traz de novo os vastos e qualificados efeitos especiais dos tempos que correm, além de dois nomes sonantes no elenco: o norte-americano **Matthew Broderick** e o francês **Jean Reno**.

### Dançando em Lughnasa

(Segunda-feira, 20.05.02, RTP-1)

**Dançando em Lughnasa** é um sensível e

nostálgico melodrama que evoca a Irlanda interior da década de 30, pelas mãos do irlandês **Pat O'Connor**. Tudo gira em torno da vida recatada e simples de cinco irmãs, quatro delas solteiras e a outra com um filho pequeno, cujo pai aparece inesperadamente na altura em que um irmão, missionário em África, regressa também a casa, perturbando transitoriamente a harmonia familiar. Uma reflexão sobre as consequências do excesso de religiosidade e a repressão sexual, tendo por contraponto a capacidade do ser humano em sonhar e quebrar fronteiras. Com **Meryl Streep** no principal papel.

### Pão, Amor e Fantasia

(Terça-feira, 21.05.02, RTP-2)

**Pão, Amor e Fantasia** é uma divertida comédia de costumes à italiana sobre as atribulações do chefe de um posto de carabineiros numa pequena aldeia, que divide as suas atenções por duas mulheres. O realizador **Luigi Comencini** traça, com sensibilidade e humor, a realidade de um quotidiano de miséria, pobreza e dignidade na Itália interior dos anos 50, centrando-se na dificuldade dos relacionamentos amorosos num micro-universo rigorosamente vigiado. Com **Vittorio De Sica**, e **Gina Lollobrigida**.



**Dançando em Lughnasa** é um sensível e nostálgico melodrama que evoca a Irlanda interior da década de 30



**Barreira Invisível** é um surpreendente filme de guerra sobre os sangrentos combates de Guadalcanal no Pacífico, durante a II Guerra Mundial

Vermelho, em 1945, e que empreende o regresso à pátria através de uma Europa devastada, arrasada e desesperada, sendo o filme o relato dessa odisséia amarga e dolorosa de **Primo Levi** que, ironicamente, tendo sobrevivido a tanto sofrimento – de que deu este impressionante testemunho – acabaria por se suicidar em 1987. No papel de Levi está o sempre seguro **John Turturro**.

### Estado de Guerra

(Sábado, 18.05.02, RTP-1)

(Nota: este filme esteve anunciado para a semana passada. Veremos o que acontece esta semana...) **Walter Hill**, com a eficácia do costume, põe aqui de pé a história do absurdo e brutal massacre de um destacamento da Guarda Nacional dos EUA, perdido nos pântanos da Louisiana, cujos jovens inexperientes vão sendo abatidos brutalmente pelos «cajuns» locais, numa impressionante alegoria à guerra do Vietname. Com **Keith Carradine** e **Powers Boothe**.



**Estado de Guerra**, uma alegoria do Vietname nos pântanos da Louisiana

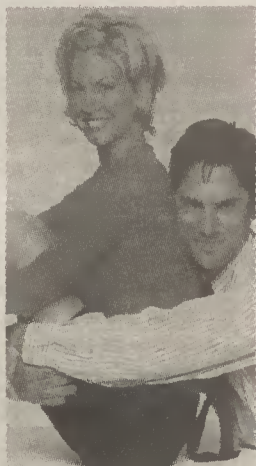
## Quinta, 16

**▼ RTP 1**  
07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.15 Um Estranho em Casa  
16.15 Diário de Maria  
17.15 Estação da Minha Vida  
18.15 Quebra-Cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.30 Futebol: Jogo das Estrelas  
01.15 Conversas de Mário Soares  
02.15 24 Horas  
02.30 «Swing, Uma Dupla de Sucesso» (Filme)

**▼ RTP 2**  
07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.30 Sinais do Tempo  
14.30 Via Aberta  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Basquetebol: Taça de Portugal  
21.00 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Roswell  
00.00 «O Intruso» (Filme)  
02.15 Serviço Público

**▼ SIC**  
08.00 Buééré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 Quando Tudo Corre Mal  
00.45 «Um Ninja Americano 3» (Filme)

**▼ TVI**  
08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.45 Jardins Proibidos



«Dharma e Greg»: dia-riamente na RTP2

15.00 Batatoon  
16.30 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.15 Sonhos Traídos  
23.45 Nunca Digas Adeus  
00.45 «Nascer de Novo» (Filme)  
02.45 Ally McBeal

## Sexta, 17

**▼ RTP 1**  
07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.30 Um Estranho em Casa  
16.30 Diário de Maria  
17.15 Estação da Minha Vida  
18.15 Quebra-Cabeças  
19.30 Futebol: Portugal-Itália (Sub-21)  
21.30 Telejornal  
22.30 Gregos e Troianos



«Fascinating Rythm» é um programa da BBC sobre **George Gershwin**, que levou a música negra à música clássica americana e se tornou um dos génios fundadores da música popular do séc XX (Artes e Letras, domingo na RTP2)

00.30 «Poder de Sedução» (Filme)  
02.30 «Coração de Menino» (Filme)

**▼ RTP 2**  
07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.30 Retratos – Raul Lino  
14.30 Via Aberta  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
18.55 Basquetebol – Taça de Portugal  
21.00 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Assassinatos Políticos  
24.00 «A Trégua» (Filme. Ver Destaque)  
02.15 Serviço Público

**▼ SIC**  
08.00 Buééré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 O Clone  
23.00 O Grande Mestre  
00.30 Sexo e a Cidade  
01.00 Buffy, Caçadora de Vampiros  
02.15 «A Ilha da Reunião» (Filme)

**▼ TVI**  
08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.45 Jardins Proibidos  
15.00 Batatoon  
16.30 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.30 Sonhos Traídos  
23.15 Nunca Digas Adeus  
24.00 «Relatos de um Crime» (Filme)  
03.00 «O Comboio do Leste» (Filme)

## Sábado, 18

**▼ RTP 1**  
07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Automobilismo  
14.30 Top +  
15.15 O Passeio dos Alegres  
19.30 Contra-Infomção  
20.00 Telejornal  
21.15 Fábrica das Aneodotas  
21.45 O Jogo da Espera  
22.45 «Estado de Guerra» (Filme. Ver Destaque)  
01.00 24 Horas



«Fascinating Rythm» é um programa da BBC sobre **George Gershwin**, que levou a música negra à música clássica americana e se tornou um dos génios fundadores da música popular do séc XX (Artes e Letras, domingo na RTP2)

01.30 «A Difícil Arte do Engate» (Filme)

**▼ RTP 2**  
07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto  
19.30 Horizontes da Memória  
20.00 Viva o Improviso  
20.30 Bombordo  
21.00 Por Outro Lado  
22.00 Jornal 2  
23.00 O Lugar da História – «A Última Rendição»  
00.00 Britcom  
01.05 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)  
02.30 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

**▼ SIC**  
08.00 Sic a Abrir  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.45 Catarina.com  
14.30 Walker, o Ranger do Texas  
15.45 Air America  
16.45 Walker, o Ranger do Texas  
17.45 «Os Miseráveis» (Filme)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Linha da Sorte  
22.00 Residencial Tejo  
23.00 «Força Delta» (Filme)  
01.00 «Persuasão» (Filme)  
03.00 Buffy, Caçadora de Vampiros

**▼ TVI**  
08.45 Animação  
09.45 Gala das Estrelas  
11.45 Lux  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Contra-Ataque  
15.15 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 O Último Beijo (Filme)  
00.30 «O Oposto do Sexo» (Filme)  
02.30 «Vidas Nocturnas» (Filme)





«Saxazul» – gravações históricas do Festival de Jazz de Cascais (sábado à noite, RTP2)

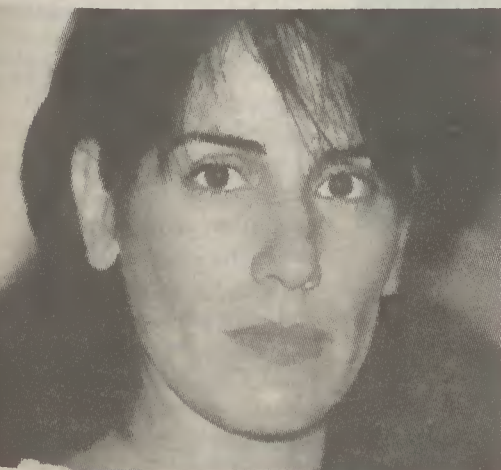
## Domingo, 19

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
12.30 Planeta Azul  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Especial Timor  
Independência  
17.30 Fábrica das Anedotas  
18.45 Melhor É Impossível  
20.00 Telejornal  
21.00 Camilo, o Pendura  
21.30 Spider Man (Making Of)  
22.00 «A Barreira Invisível»  
(Filme. Ver Destaque)  
01.15 24 Horas  
01.45 «Vai Onde Te Leva o Coração» (Filme)

## ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Programa Religioso  
11.30 Horizontes da Memória  
12.00 Turma das Ciências  
13.00 O Homem de Kon-Tiki (I)  
14.00 Desporto 2  
18.30 O Jogo Maravilhoso  
19.30 Onda Curta  
20.30 Futurama  
21.00 Artes e Letras - «Fascinating Rhythm»  
22.00 Jornal 2  
23.00 «Tráfico» (Filme Português)



Glória Pires na telenovela «Desejos de Mulher»

00.40 Sinais do Tempo  
01.45 2010 (Rep.)

## ▼ SIC

06.45 SIC a Abrir  
12.00 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «Um Milionário na Escola» (Filme)  
16.00 «Indiana Jones - Jornada Radiosa» (Telefilme)  
18.00 «Presa Fatal» (Filme)  
19.15 Malucos do Riso  
20.00 Jornal da Noite  
22.00 Herman SIC  
24.00 «Golpe Duro» (Filme)  
02.00 Buffy, Caçadora de Vampiros

## ▼ TVI

08.45 «Dr. Quinn, Medicine Woman» (Filme)  
11.00 Cerimónias Religiosas  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Domingo Fantástico  
17.30 «City Hall - A Sombra da Corrupção» (Filme)  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Anjo Selvagem  
22.00 O Último Beijo  
23.30 «Godzilla» (Filme. Ver Destaque)  
02.00 Academia das Estrelas  
03.15 Os Médicos

## Segunda, 20

## ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.15 Um Estranho em Casa  
16.00 Futebol - Portugal-Suíça (Sub-21)  
18.20 Quebra-Cabeças  
19.15 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Sorte Grande  
21.15 Fábrica das Anedotas  
21.45 O Jogo da Espera  
22.45 «O Pornógrafo» (Filme)  
01.00 24 Horas  
01.15 «Dançando em Lughmas» (Filme. Ver Destaque)

## ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.30 O Lugar da História  
14.30 Via Aberta  
17.00 Informação Gestual  
18.15 Informação Religiosa  
19.00 Planeta Azul  
19.30 Caderno Diário  
19.55 Veterinário de Emergência  
20.20 Casei com uma

Feiteiceira  
20.30 Off Centre  
21.00 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 A Família Green  
00.00 «A Lenda de 1900»  
(Filme)  
01.40 Serviço Público

## ▼ SIC

08.00 Buérré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 «Céu em Chamas»  
(Filme)  
02.15 «Durian, Durian»  
(Filme. Hong-Kong)

## ▼ TVI

08.30 Animação Infantil  
09.45 Missa e Bênção dos Docentes  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Academia das Estrelas  
15.00 Batatoon  
16.30 Sonhos Traídos  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.15 Sonhos Traídos  
23.15 Nunca Digas Adeus  
24.00 «Crime do Século»  
(Filme)  
02.45 «Tudo por um Sonho»  
(Filme)

## Terça, 21

## ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.30 Um Estranho em Casa  
15.30 Amor e Ódio  
16.15 Diário de Maria  
17.30 Programa não designado  
18.20 Quebra-Cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Grande Informação  
21.45 Fábrica das Anedotas  
22.15 O Jogo da Espera  
23.00 «Hilary e Jackie»  
(Filme)  
01.30 24 horas  
01.45 «Tempestades sobre o Índico» (Filme)

## ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.00 2010  
14.30 Via Aberta  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Onda Curta  
19.30 Caderno Diário  
19.55 Turma das Ciências  
20.20 Casei com uma Feiteiceira  
20.30 Off Centre  
21.00 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Os Limites do Terror  
00.00 «Pão, Amor e Fantasia» (Filme. Ver Destaque)  
02.15 Serviço Público

## ▼ SIC

08.00 Buérré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante



«Planeta Azul», em defesa do ambiente: ao domingo de manhã na RTP1

20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 Ficheiros Clínicos  
01.00 «Disposta a Tudo»  
(Filme)

## ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.45 Jardins Proibidos  
15.00 Batatoon  
16.30 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.00 Sonhos Traídos  
23.00 Gala das Estrelas  
01.30 «A Música da Morte»  
(Filme)  
04.15 Os Homens do Presidente

## Quarta, 22

## ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.15 Um Estranho em Casa  
16.30 Diário de Maria  
17.30 Programa não designado  
18.00 O Preço Certo em Euros  
18.45 Telejornal  
19.30 Futebol: Portugal-Inglaterra (Sub-21)  
21.45 Fábrica das Anedotas  
22.15 Jogo da Espera  
23.00 «A Vingança» (Filme)  
01.00 24 Horas  
01.00 «O Vingador Tóxico»  
(Filme)

## ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
10.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.30 Por Outro Lado  
14.30 Via Aberta  
17.15 Informação Gestual



18.30 Informação Religiosa  
19.00 Bombordo  
19.45 Caderno Diário  
19.55 Verdaderamente Insólito  
20.20 Casei com uma Feiteiceira  
20.30 Off Centre  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Conversas de Mário Soares (34)  
00.00 «O Castigador» (Filme)  
01.40 Serviço Público

## ▼ SIC

08.00 Buérré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante

20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
00.00 Hora Extra  
01.00 «Sexo Mortal»

## ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Academia de Estrelas  
16.45 Batatoon  
17.30 Academia de Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.45 Sonhos Traídos  
23.45 Nunca Digas Adeus  
00.30 «Nas Malhas da Adopção» (Filme)  
02.30 Os Olhos da Lei

## Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TVisto

• Correia da Fonseca

## O senhor ministro

O senhor ministro foi entrevistado nos estúdios da TSF. É natural: o senhor ministro é das figuras mais mediáticas do Governo graças à espectacular medida anunciada acerca

da televisão portuguesa, e essa vocação mediática explica a entrevista. Por acaso, neste caso concreto e por motivos que adiante serão explicados, mordisca-me a suspeita de que esta entrevista foi como certos crimes: planeada, premeditada. Mas posso estar enganado: não sou do partido dos que

nunca têm dúvidas e raramente se enganam.

O senhor ministro foi, pois, dar uma entrevista na rádio. E, coitado, queixou-se e com razão. Calcule-se que o dr. Arons de Carvalho, secretário de Estado do anterior governo, tivera o descoco de, já em tempo de despedida governamental, emitir uma espécie de aval estatal, mais exactamente uma Carta de Conforto, para que um consórcio bancário estivesse mais à vontade para conceder à RTP um financiamento de 25 milhões de contos. E fizera-o sem dar cavaco (com perdão da palavra) ao Ministério das Finanças. Coisa destas, sublinhou o senhor ministro, não aconteceria em mais nenhum país do mundo. Além da inevitável admiração que me toma pelo conhecimento do senhor ministro de quanto se passa por todo o mundo em matéria de Cartas de Conforto, incluindo sem dúvida os mais recônditos estados, acho que o senhor ministro exibiu carradas de razão. Por isso bem se entende a sua afirmada disposição de, provavelmente, arrastar o dr. Arons para o banco dos réus, assento desconfortável em que desembocará uma chamada Carta de Conforto.

A entrevista, ou melhor, este passo dela foi transmitido pela SIC, pela TVI, pela SIC-Notícias. Também pela RTP 1. Por sinal, achei maravilhoso que todas estas estações tivessem equipas de reportagem ali, no estúdio da TSF, decerto por feliz coincidência, no exacto momento em que o senhor ministro disparava tão grave acusação. Porém, aconteceu que a RTP fez um pouco mais: foi ouvir o dr. Arons de Carvalho. E o dr. Arons de Carvalho afirmou peremptório, lá por palavras dele, que a acusação feita pelo senhor ministro era falsa e caluniosa. Mais: exibiu perante a câmara, que a focou em grande plano, a carta do Ministério das Finanças que implicava concordância com a

operação que o senhor ministro caracterizava como tendo sido feita à sorrelfa. Finalmente, maravilha das maravilhas, a carta do Ministério era assinada por uma funcionária decerto superior que é hoje chefe do gabinete do próprio senhor ministro. Fica a gente forçosamente espantada: ele há coisas! Ou como escreveu Mestre Gil: «A história de Deus tem tais profundezas...»

## Fazer contas

Depois disto, não é impossível que alguma piraqueta ou um atroador barulho de diversão venha fazer esquecer a feia situação em que este episódio deixa o senhor ministro. Além de que, sublinhe-se, SIC e TVI coibiram-se de ir fazer perguntas ao dr. Arons, prudente opção que afunda a deontologia mas salva o prosseguimento do bombardeamento intenso contra a RTP, que é o que interessa. Porém, salvo o devido respeito e melhor opinião, este senhor ministro não vai por bom caminho. Ainda poucos dias antes, no edifício respeitável da Assembleia da República e dirigindo-se a um punhadão de jovens estudantes, segmento a que parece ser dever ministerial dar bons exemplos, tivera a coragem (na aceção de descaramento, consagrada pelo uso corrente) de assumir o desejo de não pagar eventuais indemnizações a funcionários da RTP que sejam despedidos, não obstante tais indemnizações estarem previstas em contrato. Quer dizer: o senhor ministro, que por sinal também é jurista, admite que por sua vontade não cumprirá contratos assinados por uma empresa pública por ele tutelada. Porque são injustos, argumentar-se-á. Pois sim, mas o caso é que «são» sempre injustos os contratos que não queremos cumprir e, por esse caminho, depressa deixará de valer a pena celebrá-los sequer. Na TSF e na A. R., o senhor ministro falou de descabro financeiro da RTP; não admira, o que está a dar é falar dos descabros financeiros e ficar por aí, isto é, não ir às suas causas. No caso da RTP, porém, os trabalhadores da empresa alegam umas coisas. Dizem que por obra e graça do prof. Cavaco, há 15 milhões de contos/ano, desde 92, de prejuízo pela supressão da taxa. Mais 2 milhões de contos pela entrega da rede de emissores pelo preço da chuva. Mais 7 milhões pela imposta limitação às receitas publicitárias (em benefício das estações privadas, é claro). Mais 9 milhões de encargos pagos a Banca pelos financiamentos a que os incumprimentos do Estado para com a RTP obrigaram. Faça-se as contas: dão mais de 200 milhões de contos, quase todos imputáveis ao PSD. O senhor ministro, que é jurista, também sabe fazer contas?



## A talhe de foice

• Henrique Custódio

# Desgraças

Talvez por ter ganho o poder quase de graça, o Governo do PSD e do PP chefiado por Durão Barroso não viveu um único dia do chamado «estado de graça» e já mostrou, em pouco mais de um mês, que é uma desgraça.

Para o País e sobretudo para os trabalhadores, evidentemente.

Quaisquer das medidas que lançou trazem a marca de classe e, sobretudo, ou são inócuas e demagógicas ou francamente ameaçadoras para os interesses da população e do País.

O caso mais gritante é o da subida do imposto do IVA. Contrariando frontalmente as suas promessas eleitorais de abaixamento de impostos, o Governo não apenas os aumentou como, ao fazê-lo, atingiu cegamente tudo e todos, o que, na prática, significa agravar a vida à esmagadora maioria da população que vive dos seus magros salários e pensões. Ao mesmo tempo, tratou de anular de vez a eventual taxa das mais-valias, deixando incólumes os lucros especulativos e parasitários da economia...

Tudo isto em nome do combate a um défice público que tem conhecido tratos de polé, ora surgindo nuns terríveis quatro ou cinco por cento, ora despenhando-se para dois e tal, conforme a hora e o local em que o Governo fala: se a conversa é para o País ouvir, lá vêm os números negros da desgraça para impressionar o pagode e levá-lo a aceitar os cortes e apertos que o Executivo pretende fazer; se o discurso é para os nossos parceiros comunitários, então o défice desce para valores aceitáveis e nada dramáticos...

Enfim, uma enorme falta de seriedade.

Depois, temos uma arte curiosíssima de governar que consiste, basicamente, em anular ou suspender tudo o que já existia, sem estudos ou planos prévios e muito menos propostas alternativas. De concreto, o que se avançou foi com uns milhões de contos para as Forças Armadas, enquanto nas mais diversas áreas impera a «lei da tesoura», ou seja, o corte puro e simples: no Ensino, mandam-se 1500 professores em destacamento no Ministério de regresso às escolas, sem se saber de que serviços do Estado eles saem, que falta fazem nesses serviços ou que lugar têm nas escolas, onde a baixa do número de alunos é uma realidade em permanente acentuação; na Função Pública pretende-se extinguir indeterminados milhares de postos de trabalho — aumentando mais e mais o desemprego — enquanto as contratações e os vínculos precários continuam a alastrar pelos serviços públicos, sem os quais, aliás, muitos pura e simplesmente não funcionariam; anula-se a co-incineração e não se propõe qualquer alternativa ou caminho para ela, deixando a questão dos resíduos sólidos perigosos e da poluição ambiental ao deus dar; anuncia-se a suspensão de grandes obras (travessias no Estuário do Tejo, novo aeroporto na Ota, auto-estradas, etc.) e não se planifica ou propõe nada de novo; finalmente, avança-se com intenções nas áreas da Saúde e da Segurança Social que, de concreto, o que propõem é entregar ao capital privado unidades hospitalares construídas e financiadas com dinheiros públicos e à voracidade do lucro e do negócio a questão das pensões e das reformas. Outra «frente» da governação — e que está a dar grande polémica — consiste no anúncio da extinção, pura e simples, «de um dos canais da RTP» dentro de seis meses, sem estudos nem propostas, não se sabendo que canal será extinto, como é que será financiado e como cumprirá o serviço público de televisão, aliás constitucionalmente obrigatório. O que de concreto se sabe é da indisfarçável satisfação dos dois canais privados (particularmente o da SIC, de Pinto Balsemão) perante a perspectiva de partilharem, sozinhos, o «bolo» da publicidade, o que deixa grandes suspeitas quanto à isenção do Executivo nesta matéria. Tal como se sabe que a extinção de um dos canais é meio caminho andado para o encerramento definitivo da RTP e do serviço público de televisão em Portugal. Enfim, uma desgraça pegada... para os do costume.

# SPGL define rumos de mudança Em defesa da escola pública

**Cerrar fileiras em defesa da escola pública é uma prioridade para os professores da Grande Lisboa que, reunidos em Congresso na semana passada, alertaram para os perigos das políticas que se esboçam com o actual Governo.**

Centenas de professores participaram, dias 9 e 10 de Maio, nos trabalhos do IV Congresso do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL).

O Congresso aprovou o documento-base «Escola Portuguesa: Rumos para a mudança» e uma «Resolução sobre a actividade reivindicativa», de par de múltiplas moções abarcando quer questões ligadas à defesa da escola e dos professores quer de solidariedade com outros sectores de trabalhadores

sobre as diversas e complexas áreas da problemática educativa e a «actividade reivindicativa que, hoje em dia, os docentes sabem cada vez melhor que é a fonte e o fio condutor do futuro do sindicalismo docente» — nas palavras de Paulo Sucena, secretário-geral da Fenprof, as «duas vias a caminho do futuro» — foram os grandes temas presentes no Congresso. Em causa estão, no que respeita à problemática educativa, questões tão diversas

**Actividade reflexiva e actividade reivindicativa foram os grandes temas do Congresso**



Centenas de professores participaram nos trabalhos do Congresso

e com outros povos. Os trabalhos do Congresso desdobraram-se em três secções, para debate mais aprofundado das reformas educativas e curriculares, rede escolar e autonomia das escolas e conteúdos funcionais das carreiras docentes. Em debate esteve também «A dimensão sindical dos professores e o futuro do sindicalismo docente».

### Duas vias para o futuro

A «actividade reflexiva e de aprofundamento crítico

como a direcção e gestão democrática das escolas, a reforma curricular, a avaliação dos alunos, o modelo de escola e a concepção de professor, sua formação e estatuto, as competências das autarquias. E, naturalmente, as questões específicas dos diversos segmentos do sistema educativo, da pré-primária ao superior.

O papel do sindicalismo docente foi sintetizado, por Paulo Sucena, como «simultaneamente um pólo de reflexão e de acção, no interior e no exterior da sua área,

### A escola que queremos

Como medidas de carácter urgente, o SPGL propõe a recuperação e humanização das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tal como definido no Manifesto tornado público pela Fenprof e pela associação de pais, Confap, a provação imediata de um plano de combate ao abandono e insucesso escolar, e ainda a aprovação de um plano que permita combater situações de indisciplina e violência nas escolas, nomeadamente atra-

vés da desburocratização do regime disciplinar dos alunos, a criação de condições excepcionais de trabalho e resposta em escolas de intervenção prioritária e a constituição de equipas multidisciplinares.

Neste quadro, e numa perspectiva de melhorar o funcionamento das escolas, o SPGL defende, entre outras medidas, a adequação dos quadros das escolas às suas reais necessidades, a aprovação de uma Carta das Condições de Funcionamento das Escolas e a redução do número de alunos por turma.

Salienta a urgência de definir respostas sociais adequadas e de qualidade, envolvendo, quer a implementação da escola de turno único, a institucionalização de um serviço de refeições e uma adequada ocupação de tempos livres ao nível do 1.º CEB quer a concretização de contratos-programa destinados à promoção do sucesso escolar no ensino superior.

O SPGL aposta ainda no desenvolvimento do ensino experimental das Ciências e Tecnologias e, partindo-se da suspensão da revisão curricular, numa negociação da reestruturação científica e pedagógica do ensino secundário.

Uma alteração do actual regime de avaliação dos alunos do básico e secundário, «no sentido de reforçar as estratégias de avaliação continuada» e o alargamento da obrigatoriedade escolar até ao 12.º ano, são outras das propostas dos professores.

As alterações ao regime de faltas e disciplinar dos alunos, que o actual Ministério da Educação pretende introduzir, causam algumas preocupações.

Reconhecendo a necessidade de revisão nesta área, o Congresso sublinha a exigência de diálogo, «dada a complexidade da questão e a necessidade de manter uma escola democrática e inclusiva e não a sua transformação num espaço marcadamente repressor e repressivo para os alunos».



## Em defesa da RTP

Na terça-feira, ao fim do dia, decorreu, em Lisboa, junto à sede da RTP, uma concentração de protesto dos trabalhadores desta estação pública de televisão contra o ataque anunciado do Governo ao serviço público da televisão.

A concentração, que se iniciou ao fim da tarde, juntaram-se muitas pessoas anónimas e numerosos artistas e músicos que actuaram pela noite dentro.

Idênticas manifestações de protesto ocorreram no Monte da Virgem, no Porto, e em todos os centros de emissão regional.

## Carvalhas em Timor

A convite do governo de Timor, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, deslocou-se a esse país, no dia 20, por ocasião das cerimónias da independência.

Carlos Carvalhas integra uma delegação oficial portuguesa. Durante a visita, participará em contactos com o presidente Xanana Gusmão, com o governo de Timor e com a Fretilin.

